



BOLÍVIA

Empresa de Transportes El Porvenir Limitada, S.R.L.



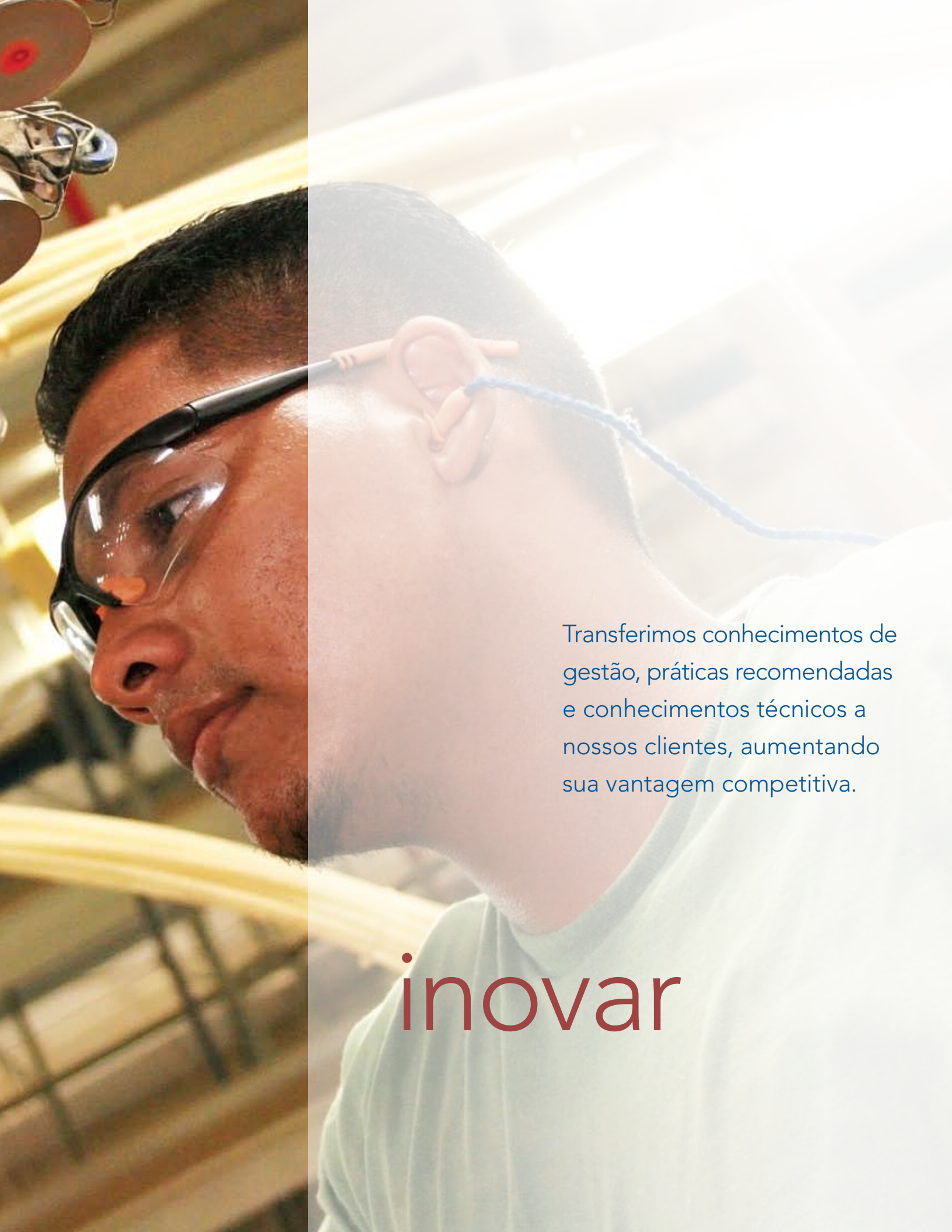
desenvolver

Ajudamos nossos clientes a enfrentar os desafios de um ambiente econômico altamente dinâmico. Até o presente, aprovamos mais de 500 projetos totalizando US\$ 3,58 bilhões em empréstimos e investimentos acionários de incentivo ao desenvolvimento, que alcançaram mais de um milhão de empresas em toda a América Latina e Caribe.



HONDURAS

Caracol Knits, S.A. de C.V.



Transferimos conhecimentos de gestão, práticas recomendadas e conhecimentos técnicos a nossos clientes, aumentando sua vantagem competitiva.

inovar



PANAMÁ

Barrio La Constancia, financiado por La Hipotecaria S.A.



crescer

Nosso apoio ajuda PMEs a crescer e tirar proveito de novas oportunidades de negócio, como projetos de energia renovável, que receberam US\$ 56 milhões em financiamentos nossos apenas nos últimos cinco anos.



Segundo seu convênio constitutivo, a missão da **Corporação Interamericana de Investimentos** (CII) é fomentar o desenvolvimento econômico de seus países membros na América Latina e Caribe por meio do financiamento a empresas privadas. A CII iniciou suas operações em 1989 e se concentra no apoio a empresas de pequeno e médio porte com dificuldade em conseguir financiamentos de médio e longo prazo de outras fontes.

Os projetos financiados pela CII devem oferecer oportunidades de investimento rentável e promover o desenvolvimento econômico. Desde a criação de empregos e ampliação da titularidade do capital até a facilitação das transferências de recursos e tecnologia, os projetos devem estimular o crescimento econômico e encorajar a boa gestão ambiental. Também estão qualificados para receber apoio da CII os projetos que gerarem receitas em moeda estrangeira ou estimularem a integração econômica da América Latina e do Caribe.

Na condição de instituição financeira multilateral, a CII oferece diversas formas de financiamento, inclusive empréstimos diretos, garantias, investimentos em participações societárias, linhas de crédito para intermediários financeiros locais e aplicações em fundos de investimento locais e regionais. Além disso, atua também como catalisadora para a atração de tecnologia, know-how e financiamento adicional de outras fontes. Esses recursos são mobilizados por meio de cofinanciamento e sindicalização, apoiando a subscrição de títulos e valores mobiliários e identificando parceiros para joint ventures.

A CII é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é juridicamente autônoma e seus recursos e administração são separados do BID. Tem sede em Washington, DC, EUA, e funcionários em onze países da região.

Índice

CARTA DE ENVIO	8
CARTA DO GERENTE GERAL	9
25 ANOS PROMOVEDO O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CRONOLOGIA	10
DESTAQUE: APOIO À REGIÃO EM UMA CONJUNTURA DIFÍCIL	20
A CII EM UM RELANCE	34
VISÃO GERAL DE 2009	42
GOVERNANÇA	59
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS	62
ANEXOS	
GOVERNADORES E GOVERNADORES SUPLENTES	99
DIRETORES EXECUTIVOS E DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTES	100
ÓRGÃOS DE LIGAÇÃO	101
INFORMAÇÕES DE CONTATO	102



carta de envio

23 de março de 2010

Presidente da Assembleia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente,

Segundo as disposições do Parágrafo 9(a) do Artigo IV do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual de 2009 da Corporação e suas demonstrações financeiras auditadas, que incluem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as demonstrações de resultados, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa correspondentes, referentes aos exercícios encerrados naquelas datas.

O relatório resume as principais realizações da Corporação e os fatos mais destacados ocorridos ao longo do ano.

Atenciosamente,



Luis Alberto Moreno
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

carta do Gerente Geral

Uma base sólida para um futuro inovador

Ao longo do ano que acaba de terminar, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) voltou a renovar seu compromisso com as empresas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe. A crise econômica – a pior desde a Grande Depressão de 1929 – lançou uma sombra de incerteza sobre o mundo.

Mas, pela primeira vez em décadas e em contraste ao que ocorreu em outras crises recentes, a região foi bem menos afetada que os Estados Unidos, a União Europeia e outras economias avançadas. Por conseguinte, agora devemos empreender projetos que fomentem o desenvolvimento sustentável e estimulem a inovação e a criatividade entre as empresas de pequeno e médio porte da América Latina e do Caribe.

Em 2010, a CII comemorará 25 anos de apoio às PMEs de nossa região. Desde o início de nossas operações, concedemos empréstimos diretos e mobilizamos empréstimos indiretos que totalizaram US\$ 3,58 bilhões, além de financiar US\$ 2,19 bilhões em aquisições de ativos permanentes.

Com nosso apoio, foram disponibilizados financiamentos para mais de um milhão de PMEs latino-americanas e caribenhas. E a aprovação de nosso primeiro empréstimo para o Haiti, em agosto deste ano, marcou o cumprimento de um dos nossos objetivos centrais: mobilizar recursos que beneficiem todos os países da região.

A CII reagiu rapidamente à crise, assegurando a sustentabilidade de sua estratégia a longo prazo. Aumentamos nossas provisões em mais de 20% para enfrentar os maiores riscos decorrentes da crise financeira mundial. Não obstante, apresentamos lucros pelo sétimo ano consecutivo.

Com a admissão da China como o quadragésimo quarto país membro da CII, retomamos nossos investimentos em participações societárias e em quasi-capital. Também ampliamos o alcance de nossos produtos não financeiros, como o FINPYME® (que ajuda as empresas a aumentar sua competitividade) e o GREENPYME® (que visa apoiar e promover a eficiência energética e o uso de energia renovável e tecnologias limpas).

No futuro próximo, uma das prioridades será fomentar e apoiar projetos criativos conduzidos por PMEs pioneiras, criando valor agregado e ampliando as oportunidades para a América Latina e o Caribe na sociedade do conhecimento do presente.

Examine nosso Relatório Anual de 2009.



Jacques Rogozinski

Gerente Geral

Corporação Interamericana de Investimentos

1984

25

ANOS promovendo o crescimento sustentável

a CII hoje

- 25 anos de operações
- 20 anos de investimentos e empréstimos
- Empréstimos diretos com valores mínimos de US\$ 100.000
- Mais de US\$ 3,5 bilhões em empréstimos
- 1 milhão de subempréstimos até o presente
- Mais de US\$ 1,42 bilhão em ativos
- 44 países membros
- 107 funcionários

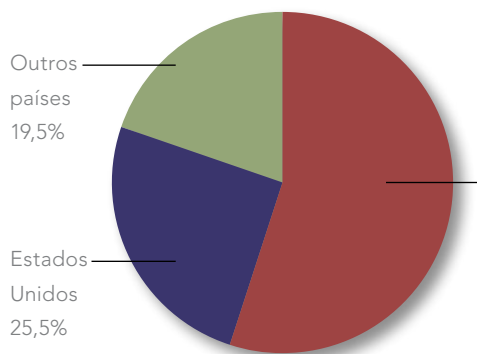
Em 1984, após vários anos de debate, 34 países firmaram a Ata Final das Negociações para a Criação da Corporação Interamericana de Investimentos. Durante 25 anos, em tempos de crescimento ou declínio econômico, a CII tornou-se uma parceira confiável e um forte elemento catalisador para a expansão do desenvolvimento econômico na América Latina e no Caribe.

Com maior acesso a recursos financeiros e assistência técnica, as PMEs tem melhores condições de crescer, criar empregos e promover a sustentabilidade social e ambiental. Durante todos esses anos, a CII tem trabalhado para fazer uma diferença, sobretudo durante épocas de dificuldade econômica, ajudando a melhorar as condições de vida em toda a região.

2009

1984

US\$ 200 milhões de capital inicial



A CII foi constituída com um capital inicial de US\$ 200 milhões, tendo sido autorizada inicialmente a emprestar até um dólar para cada dólar de capital integralizado mais reservas.

1985

O Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos é firmado por 21 países.

1986

O Convênio Constitutivo da CII entra em vigor, e realiza-se a primeira reunião anual da Assembleia de Governadores, em Caracas, na Venezuela. Nove outros países firmam o Convênio Constitutivo da CII, elevando o total de países membros para 30.





1989: Apresentação dos cinco primeiros projetos para aprovação



Empréstimo de longo prazo para a ampliação de um armazém portuário da Terminal 6 na Argentina



Capital de risco (participação societária) para a Caderi, uma empresa de capital de risco no Brasil



Empréstimo para a expansão da Zona Franca San Isidro, na República Dominicana



Linha de crédito para a Banca Serfin visando a PMEs voltadas à exportação no México



Empréstimo e investimento acionário para a Migranja, uma empresa de agronegócios do Uruguai

1987

Israel e Países Baixos se tornam membros, levando o total de países membros a 32.



Uma nova Diretoria Executiva é eleita para servir um mandato de três anos, e a CII publica seu primeiro relatório anual.

1988

Com Haiti e Itália o número de países membros sobe para 34.



Gunther H. Muller é nomeado como primeiro Gerente Geral, autoriza-se a contratação de gerentes sênior, e dá-se início à elaboração de diretrizes operacionais para a CII.



Gunther H. Muller

1989

Nomeação do primeiro grupo de gerentes sênior.





Realização de um investimento acionário de US\$ 1 milhão no BancoSol, da Bolívia, o primeiro banco privado da América Latina a atender microempresas.

Na primeira operação de cofinanciamento da CII, a Banca Serfin, do México, recebe um empréstimo A, no valor de US\$ 5,5 milhões, e um empréstimo B, de US\$ 22 milhões.

A ZIP Choloma torna-se o primeiro projeto da CII em Honduras e a primeira zona de processamento industrial do país. Um empréstimo de US\$ 2,5 milhões da CII ajuda a gerar mais de 5.000 empregos diretos, e a região de San Pedro Sula vive um *boom* econômico, transformando-se em uma plataforma de exportação.



O Meliá Playa Conchal (atual Paradisus Playa Conchal), construído com o apoio de um empréstimo de US\$ 8 milhões da CII, é o primeiro resort de luxo de Guanacaste, na Costa Rica, onde o turismo tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes.



No Uruguai, o Terminal Tres Cruces, construído no centro de Montevidéu, é o primeiro terminal rodoviário a centralizar todas as linhas de ônibus e rotas nacionais e internacionais. A construção foi financiada por um empréstimo de US\$ 4,5 milhões e US\$ 300.000 em participação societária da CII, além de um cofinanciamento de US\$ 11,1 milhões. A cada ano, 11,3 milhões de pessoas usam o terminal.

1990

Aprovação de US\$ 67 milhões em financiamentos.

1991

Avanços importantes na adoção de diretrizes específicas de investimento, operação e política financeira, entre as quais destacam-se as políticas de qualificação de projetos, avaliação ambiental, provisionamento, cofinanciamento, atrasos e empréstimos improdutivos, e diretrizes de gestão de ativos líquidos que definem os parâmetros, meios e estratégias para executar o mandato da CII.

1992

A CII começa a estabelecer uma presença local na região que atende, designando um funcionário para a Costa Rica.

A CII implementa a prática de redigir contratos no idioma falado no país do cliente, sujeitando-os à legislação e jurisdição local.

Estabelece-se um sistema para o cálculo do impacto de cada projeto no desenvolvimento, inclusive a taxa de retorno econômico, a expectativa de criação de empregos e a contribuição para o PIB.

Cria-se um Fundo Fiduciário Italiano com US\$ 200.000.



A Hidroelétrica Platanar, primeiro projeto de geração de energia a qualificar-se para o investimento privado na Costa Rica, recebe da CII US\$ 1 milhão em participação de quasi-capital e um empréstimo de longo prazo no valor de US\$ 5 milhões, que ajudam a mobilizar recursos para o projeto de 15 megawatts, avaliado em US\$ 20 milhões e concluído em 1995. Todas as operações da empresa são desenvolvidas em conformidade com as práticas ambientais recomendadas.



A Tahuamanu, renomada por suas práticas de sustentabilidade ambiental e programas sociais para os filhos de seus trabalhadores, recebe US\$ 1,6 milhões para a construção de uma fábrica de processamento de castanhas-do-pará de cultivo natural para a exportação, em um projeto avaliado em US\$ 5,5 milhões na Bolívia. Até 2001, são criados 300 empregos diretos, 50 temporários e 800 indiretos.

Aprova-se um investimento acionário de US\$ 3 milhões no Central American Investment Fund para beneficiar empresas que gerem divisas e queiram ampliar operações e vendas.



1994

1995

1993

O número total de projetos aprovados ultrapassa 100, com um valor superior a US\$ 450 milhões.



John C. Rahming é nomeado Gerente Geral interino.

Um grupo de assessoramento externo recomenda que a CII amplie seus negócios com instituições financeiras e intensifique as operações de participação societária e os serviços de assessoramento. O grupo conclui que a CII é uma instituição sólida com necessidade de ajuste e reestruturação e estimula a CII a elaborar uma nova estratégia de negócios, a alcançar a rentabilidade e a integrar-se mais ao Grupo do BID.

Os Governadores unanimemente aprovam um plano de ação para mobilizar mais recursos financeiros e uma resolução para emendar o Convênio Constitutivo da CII, aumentando a taxa de endividamento de 1:1 para 3:1, permitindo a adesão de países não membros do BID à CII e autorizando, em casos limitados, investimentos diretos em PMEs na região que não sejam controladas por investidores locais.





Com o apoio de um empréstimo de US\$ 1,5 milhão da CII, a Waterfields Company constrói e começa a operar uma usina de dessalinização de água marinha por osmose invertida nas Bahamas. O projeto contribui para o desenvolvimento econômico da ilha, que era prejudicado pela escassez de água.

1996

A CII expande-se para um outro local na região, designando funcionários para o Uruguai.

A CII participa como assessora do AIG-GE Capital Latin America Infrastructure Fund, um fundo de US\$ 1 bilhão criado com o patrocínio do American International Group e da GE Capital Corporation para realizar investimentos acionários na América do Sul, México, América Central e Caribe.



A Latin Healthcare Fund, L.P. recebe um investimento acionário de US\$ 5 milhões da CII, disponibilizando capital de longo prazo para modernizar operações, aumentar a capacidade e prestar serviços com mais eficiência e rentabilidade em suas empresas de serviços privados de saúde.

1997

A Dinamarca torna-se o 35º país membro.



A presença da CII na região aumenta com a designação de funcionários para a Colômbia.

O BID aprova um empréstimo de US\$ 300 milhões para a CII atender às necessidades de crédito de PMEs da região.



A Desler, uma empresa de gestão de resíduos ambientais, constrói o primeiro aterro sanitário devidamente projetado para resíduos perigosos na Argentina com um empréstimo da CII no valor de US\$ 6,64 milhões.

1998

O Suriname torna-se o 36º país membro.





A CII lança seu website: www.iic.int

O capital da CII é elevado em US\$ 500 milhões.

1999

Belize torna-se o 37º país membro.



A CII elabora diretrizes ambientais e trabalhistas e realiza sua primeira oficina de gestão de riscos ambientais para o setor financeiro.

A Áustria cria um fundo fiduciário de US\$ 500.000 na CII.

Jacques Rogozinski é nomeado Gerente Geral.



A Almer, um dos principais elos da cadeia de produção de tortilhas no México, recebe um empréstimo de US\$ 10 milhões da CII para aumentar o capital de giro e utiliza os recursos para conceder financiamentos a pequenos produtores, criando um efeito multiplicador e ajudando centenas de produtores de milho.



O Banco Improsa, da Costa Rica, desenvolve um sistema de gestão ambiental após participar de uma oficina de treinamento ambiental da CII.

2000

US\$ 394 milhões em ativos

O Escritório de Avaliação e Supervisão do BID começa a oferecer validações independentes para as avaliações realizadas pela CII em suas operações de empréstimo e investimento.

As instituições financeiras clientes são obrigadas a participar de sessões de treinamento sobre gestão de riscos ambientais e a desenvolver sistemas de gestão ambiental.

Classificação da S&P: AA

A classificação AA da Standard & Poor's representa um marco importante para mobilizar recursos adicionais nos mercados financeiros em apoio à missão de desenvolvimento da CII.

Lança-se o FINPYME.



2001

A Suécia torna-se o 38º país membro.



A CII adere ao Evaluation Cooperation Group dos bancos multilaterais de desenvolvimento, adota suas Normas de Práticas Recomendadas para avaliar operações de investimento no setor privado e cria Relatórios Ampliados de Supervisão Anual.

Aprova-se a matriz de adicionalidade, uma nova ferramenta criada para medir o impacto no desenvolvimento e a adicionalidade.

Realizam-se 30 avaliações diagnósticas FINPYME no Chile e 20 na Bolívia.



A Hidroabanico, uma geradora de energia hidroelétrica no Equador, é o primeiro projeto do Grupo do BID a gerar créditos de carbono, produzindo rendas que são reinvestidas para desenvolver um programa de gestão de bacias hidrográficas, substituir uma usina antiga por uma nova usina hidroelétrica com produção de energia mais limpa e criar empregos.

A Cablemás, uma empresa líder no setor de serviços de televisão a cabo, internet e telecomunicações situada no México, recebe garantia da CII para uma emissão de obrigações, para ganhar acesso os mercados de capitais locais a termos competitivos.

2002

A CII obtém a segunda maior pontuação entre as instituições classificadas no primeiro exercício de criação de referenciais na implementação de Normas de Práticas Recomendadas pelo Evaluation Cooperation Group dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

A CII e a Corporação Financeira Internacional copatrocinam a primeira Mesa Redonda Inter-Agências sobre a Adicionalidade de Programas e Operações de Desenvolvimento no Setor Privado Apoiados por Instituições Financeiras Internacionais.

O número total de países membros cresce para 41, com a entrada da Finlândia, Noruega e Portugal.



2003

Standard & Poor's nota que "a Corporação tem um mandato mais difícil do que o de qualquer outra instituição financeira multilateral de desenvolvimento classificada" e que esse mandato "é de extrema importância".

A CII muda sua sede para novos escritórios em Washington e estabelece uma presença regional no Chile.

A Bélgica torna-se o 42º país membro.



A CII e o Governo da Dinamarca firmam um convênio para estabelecer um Fundo Fiduciário para Serviços de Consultoria de 3 milhões de coroas dinamarquesas.

2004

US\$ 487 milhões em ativos

A CII aumenta sua presença na região designando pessoal para Honduras.

A Declaração de Nuevo León insta o Grupo do BID a triplicar o volume de empréstimos concedidos por meio do sistema bancário para microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Essa meta viria a ser ultrapassada pela CII.

A CII é autorizada a apresentar projetos de financiamento ao Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Suíça do BID.



A CII conclui sua primeira emissão de obrigações em moeda local, na Colômbia, tornando-se a primeira instituição financeira multilateral a injetar recursos de volta à economia local. Os resultados são repassados a cinco empresas de *leasing*, que prestam apoio a 1.000 PMEs.



Aprova-se o primeiro projeto de Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL, na sigla em inglês), beneficiando o Instituto Cultural Anglo Uruguayo, que recebe um empréstimo de US\$ 280.000 para adquirir uma propriedade e construir uma escola de nível secundário em Montevideú, Uruguai.

A Belize Co-Generation Energy Limited, o primeiro projeto de cogeração em escala comercial em Belize, gera energia com a queima de bagaço de cana. O empréstimo da CII ajuda a criar empregos e prestar apoio aos mais de 8.500 produtores independentes que fornecem cana-de-açúcar à empresa.

Ampliam-se as operações em moeda local, passando a incluir o México.

A C. Kersten & Co., uma empresa altamente diversificada, é o primeiro projeto que a CII empreende no Suriname e o primeiro projeto conjunto de estruturação, mobilização de recursos e cofinanciamento CII-BID.

A CII vende suas ações do Banco del Desarrollo, do Chile, produzindo mais de US\$ 45 milhões em ganhos de capital, e aprova o programa IFEM, no valor de US\$ 30 milhões, para financiar instituições financeiras especializadas no México.

Ampliam-se as operações em moeda local, passando a incluir Argentina, Brasil, Chile e Peru.

2005

US\$ 675 milhões em ativos

A República da Coreia se torna o 43º país membro.



O número de presenças regionais se expande para oito com o acréscimo da Argentina, Nicarágua e Paraguai.

Steven Reed é nomeado Subgerente Geral.



Lança-se o Programa de Instituições Financeiras para mobilizar até US\$ 160 milhões em financiamentos por ano para PMEs, por meio de instituições financeiras locais.

Cria-se um Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento de PMEs de US\$ 40 milhões; a CII desenvolve seus próprios programas pró-ativos de assistência técnica para PMEs.

O Fundo Fiduciário Italiano recebe recapitalização de US\$ 1,5 milhão.

2006

Lança-se o programa SBRL, permitindo que a CII agilize a concessão de empréstimos de US\$ 100.000 a US\$ 600.000 para PMEs.

2007

US\$ 1,2 bilhão em ativos

O programa de Financiamento de Capital de Risco é estabelecido para desenvolver, com prudência, uma carteira de projetos novos com alto impacto no desenvolvimento, mas risco maior. Os setores qualificados pelo programa incluem energia renovável, novas tecnologias e integração econômica.

Cria-se a Unidade de Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional para aperfeiçoar o trabalho da CII em termos de impacto no desenvolvimento e adicionalidade.

Cria-se a Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana como parte do realinhamento do BID.

Lança-se o FINPYME na América Central, Panamá e República Dominicana com o apoio de facultades de administração de empresas da região e financiamento do fundo fiduciário coreano. Realiza-se a primeira Oficina de Treinamento em Governança de Empresas Familiares, no Panamá.

Acrescentam-se US\$ 7 milhões ao programa SBRL.





Primeiro projeto aprovado no Haiti. A Carifresh, uma empresa agrícola, recebe um empréstimo de US\$ 300.000 para investir em equipamentos de irrigação e infra-estrutura agrícola no âmbito do programa SBRL. Os recursos também ajudam a gerar empregos.

Segundo projeto aprovado no Haiti. A Distributeurs Nationaux, uma empresa de distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes, recebe um empréstimo de US\$ 10 milhões. A assistência técnica para os estudos ambientais iniciais do projeto é oferecida com recursos do fundo fiduciário coreano.



2008

US\$ 1,5 bilhão em ativo

O programa SBRL recebe mais US\$ 4 milhões.

A CII começa a aplicar a abordagem de carteira, permitindo contabilizar cada projeto em termos financeiros e de contribuição ao desenvolvimento; lança-se o sistema DIAS de pontuação da contribuição ao desenvolvimento e a adicionalidade para identificar, monitorar e avaliar os resultados de desenvolvimento durante todo o ciclo do projeto. Cria-se a Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas.

Estabelecem-se presença local no Peru, El Salvador e Guatemala, elevando o total para 11.

A CII lança seu Programa GREENPYME, que oferece auditorias de eficiência energética para PMEs.



Greenpyme

2009



A República Popular da China torna-se o 44º país membro.

A China cria um fundo de participação societária, com volume de US\$ 75 milhões, dobrando os recursos alocados pela CII para o seu plano de retomada dos investimentos em participações societárias.


Lança-se o IDEAS, um portal de intranet que concentra dados sobre as operações, carteiras, finanças e tesouraria da CII.

O FINPYME é lançado no Caribe com financiamento dos fundos fiduciários da República da Coreia e Áustria e em parceria com faculdades de administração de empresas do Caribe.

Lançam-se o FINPYME *ExportPlus* na Guatemala e o FINPYME Colômbia, com financiamento dos fundos fiduciários da República da Coreia e Espanha, e o FINPYME *ExportPlus* no Haiti recebe financiamento da Região da Valônia, na Bélgica. Realiza-se uma Oficina de Treinamento em Governança de Empresas Familiares, na Colômbia.

Classificação da Moody's: Aa2

Classificação da S&P: AA-



apoio à
região em uma
conjuntura difícil



COSTA RICA

Maderas Cultivadas de Costa Rica, S.A. e
Reforestación Industrial Los Nacientes, S.A.

A CII trabalha com
PMEs de toda a região
para ajudá-las a superar
as dificuldades e
continuar a promover o
desenvolvimento.



A incerteza e a volatilidade continuam, na esteira da crise financeira global. Embora alguns economistas sejam da opinião que a crise começou a recuar, as condições econômicas nos mercados emergentes continuam difíceis. E embora a escassez de crédito tenha criado novas oportunidades para a CII apoiar empresas privadas, elas estão assumindo uma abordagem mais cautelosa em suas decisões de expansão, e ainda mais ao analisar investimentos totalmente novos.

A CII está trabalhando para ajudar a região a atravessar essa conjuntura difícil. Com o oferecimento de apoio financeiro e de outros tipos, como assistência técnica, a CII está agindo para ajudar as empresas atualmente em sua carteira a superar a crise. Simultaneamente, a CII está trabalhando para aprimorar ainda mais seus procedimentos de gestão de riscos na avaliação de novos investimentos e na administração de um ciclo de negócios imprevisível.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS VOLTADAS PARA AS PMES

Em 2008, o Grupo do BID lançou uma iniciativa estratégica para fortalecer empresas de pequeno e médio porte e dar um apoio melhor durante a desaceleração econômica. Esse plano de negócios integrado define metas para cada um dos guichês do setor privado do Grupo. Como parte dessa iniciativa, a CII deve concentrar-se mais em instituições financeiras de pequeno porte – um segmento de mercado novo e desafiador. A CII deve também ampliar suas operações diretas com empresas, inclusive seus esforços em andamento para atingir os segmentos inferiores do mercado com projetos menores.

A CII está comprometida com os empréstimos a PMEs, principalmente em momentos de dificuldades econômicas. Com uma gama de programas – a Linha Rotativa para Pequenos Negócios (SBRL), o programa de empréstimos para instituições financeiras e o programa de diagnóstico FINPYME – a CII está trabalhando com PMEs de toda a região para ajudá-las a superar as dificuldades de forma a poder continuar impulsionando o desenvolvimento. Além de trabalhar diretamente com as PMEs no desenvolvimento da capacidade para concessão de pequenos empréstimos, a CII formou parcerias com importantes intermediários financeiros para ampliar o acesso a financiamentos e serviços.

SBRL – Uma fonte confiável de suporte

Entrando em seu quinto ano de funcionamento, a SBRL fornece pequenos empréstimos padronizados para PMEs qualificadas por meio de um processo de aprovação mais

\$23 milhões

alocados ao programa SBRL até 2016

\$75 milhões

Fundo China-CII para Investimento em Participações Societárias em PMEs, constituído em 2009 com US\$75 milhões

A CII lançou uma nova iniciativa de capital de giro para solucionar a carência de créditos de curto prazo durante a atual retração econômica.

rápido, com limites prudentes para as operações individuais e para a exposição total. A CII alocou um total de até US\$ 23 milhões (equivalentes a menos de 2% da carteira líquida de ativos atual da CII) para propiciar financiamentos diretos a empresas de pequeno porte até 2016. Em 2009, a CII aprovou cinco operações de SBRL, num total de US\$ 1,06 milhão. Todas essas operações foram feitas nas menores economias da região.

A maioria dos clientes da SBRL está superando as condições econômicas difíceis. Entretanto, a redução na demanda por seus produtos e serviços levou a deficiências no fluxo de caixa e aumento nas contas a receber vencidas. Como resultado, alguns clientes atrasaram seus pagamentos. Porém a CII está trabalhando ativamente para reestruturar seus empréstimos a esses clientes a fim de apoiá-los nesse período difícil.

A desaceleração econômica também reduziu a demanda por crédito sob amparo da SBRL e reduziu a capacidade das empresas candidatas para atender aos requisitos de qualificação para a linha. Apesar disso, a CII está trabalhando para gerar carteiras de SBRL na Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai, no valor de até US\$ 2 milhões em cada país. Também está criando uma carteira de até US\$ 7 milhões para o grupo de países formado por Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago.

Os empréstimos por intermédio de instituições financeiras estimulam o crescimento

Os empréstimos por intermédio de instituições financeiras geram empregos diretos e indiretos e aprimoram a estrutura financeira das PMEs da América Latina e do Caribe. Eles melhoram também o acesso das PMEs a financiamentos com prazos superiores a um ano. Em 2009, a CII aprovou 16 operações com instituições financeiras, no total de US\$ 189,5 milhões.

primeiros projetos no Haiti



A Distributeurs Nationaux S.A. (DINASA) é líder na distribuição e comercialização de combustíveis e lubrificantes no Haiti. Em 2009, a CII aprovou um empréstimo de US\$ 10 milhões para financiar a aquisição pela DINASA dos ativos e operações de uma empresa sob controle estrangeiro. Os acionistas da DINASA também estão planejando investimentos para melhorar sua gestão de riscos ambientais e de segurança e modernizar todos os seus tanques de armazenagem de combustível.

Ao fornecer e mobilizar financiamento de longo prazo, escasso no Haiti, a CII está ajudando os empresários locais a adquirir ativos comerciais estratégicos.

FINPYME – Acesso a um tesouro de conhecimentos

Com o programa FINPYME, a CII oferece às PMEs participantes acesso gratuito a equipes de especialistas que realizam diagnósticos estratégicos objetivos de suas empresas. As PMEs recebem planos de ação para ajudá-las a se tornar mais competitivas e ampliar seu acesso a fontes de financiamento. FINPYME é uma sigla em espanhol para financiamento inovador a empresas de pequeno e médio porte.

O capital de giro mantém a empresa em movimento

Em 2009, a CII lançou uma nova iniciativa de capital de giro para solucionar a carência de créditos de curto prazo durante a atual retração econômica. Muitas empresas, antes bem servidas pelos bancos locais, viram-se com pouco acesso ao crédito de curto prazo, normalmente usado para financiar capital de giro. Sem essa fonte essencial de financiamento, as empresas ficariam incapacitadas de manter suas operações, o que afetaria severamente o nível de emprego e o crescimento econômico.

Com essa iniciativa, a CII oferece empréstimos de curto prazo (geralmente entre US\$ 2 milhões e US\$ 8 milhões), principalmente para PMEs. Em 2009, a CII aprovou cinco empréstimos para capital de giro, totalizando US\$ 35 milhões. Espera-se que a necessidade por esses empréstimos diminua quando a economia se fortalecer e as instituições financeiras locais recuperarem sua capacidade de concessão de empréstimos.

Os investimentos em participações societárias impulsionam o desenvolvimento

Em 2009, a Diretoria Executiva aprovou uma iniciativa para relançar os investimentos em participações societárias e quasi-capital da CII na região. A iniciativa busca ampliar a linha de produtos oferecidos pela CII e criar mais valor agregado para as PMEs por meio de instrumentos de financiamento novos e mais flexíveis. A CII investe em participações societárias na forma de empréstimos subordinados, quasi-capital

A Carifresh, empresa agrícola integralmente sob controle local, exporta mangas e outros produtos agrícolas de qualidade, além de fornecer milho, iúca e feijão para o mercado local. Com um empréstimo de US\$ 300.000 da IIC, a Carifresh poderá melhorar sua estrutura e sua produção. O empréstimo também proporciona financiamento estável para suas necessidades de capital de giro.

Este empréstimo para a Carifresh reflete o compromisso da CII de apoiar pequenos produtores por meio de empréstimos de longo prazo, capacitando-os a concorrer no mercado internacional.



capital de giro na Jamaica

A Jamaica Broilers é um dos maiores grupos empresariais da Jamaica. Suas diversas atividades abrangem avicultura, produção de rações e insumos agrícolas e processamento de etanol; além disso, o grupo está envolvido também na cogeração de eletricidade, pecuária e processamento e venda de carne bovina e pescados.

As operações avícolas da Jamaica Broilers estão integradas verticalmente. A empresa trabalha com cerca de 180 avicultores, fornecendo vacinas, treinamento e assistência técnica. Com o suporte da Jamaica Broilers, os avicultores contratados estão substituindo seus galinheiros tradicionais por outros mais eficientes, com ventilação por túnel.

Um empréstimo de US\$ 7 milhões da CII financiará o capital de giro para apoiar e reforçar as várias operações do grupo Jamaica Broilers.

34 iniciativas

financiadas por doadores
aprovadas desde 2008

e capital ordinário. Esses investimentos ajudam as empresas a crescer e oferecem a oportunidade de trabalhar com a Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas (TAS) da CII em questões como governança corporativa, melhoria de processos e políticas ambientais.

Também em 2009, a China constituiu o Fundo Fiduciário China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs. Administrado pela CII, o fundo, com patrimônio de US\$ 75 milhões, busca fomentar o desenvolvimento do setor privado, principalmente pelo apoio às PMEs. O fundo visa também ampliar os efeitos das operações de investimento em participações societárias da CII e mobilizar capital adicional para a região. Para ampliar os recursos do fundo, a CII tem disponíveis mais US\$ 75 milhões para novos investimentos em participações societárias.

Em 2009, houve progresso significativo na consolidação do programa e definição dos critérios de investimento. Mais de 15 projetos potenciais de investimento foram identificados em 10 países e serão analisados em 2010.

O primeiro investimento em participações societárias sob esta nova iniciativa, no valor de até US\$ 2,75 milhões, foi no Fondo Escala Capital, da Colômbia, fundo fechado multisetorial não alavancado para investimentos em private equity em

Projetos de assistência técnica aprovados em 2009

DOADOR	PROJETO	PAÍS	MONTANTE APROVADO
Coreia	Programa de Desenvolvimento de Capacidades de PMEs	Bahamas, Barbados, Guiana e Suriname	US\$ 45.000
	Programa FINPYME Caribe	Caribe	292.000
	Programa FINPYME Colômbia	Colômbia	300.000
	Seminários de eficiência energética e identificação de empresas qualificadas para auditorias energéticas	Colômbia	51.000
	Treinamento em governança de empresas familiares	Colômbia	30.000
	Verificação de diligência devida ambiental e jurídica	Haiti	93.000
	Estudo de diligência ambiental e social de duas empresas de energia	Haiti	80.000
	Higiene e controle de qualidade para PME fornecedoras	Peru	74.000
	Treinamento em governança de empresas familiares	Trinidad e Tobago	56.000
	Programa Coreano de Jovens Profissionais	Regional	150.000
	Programa de Princípios PACI para PMEs	Regional	35.000
Espanha	FINPYME Colômbia e América Central	Colômbia e América Central	857.799
	Programa de Governança Corporativa	Regional	447.797
	Assistência técnica direta	Regional	94.848
França	Estudo de PMEs	Haiti	68.660
Itália	FINPYME <i>ExportPlus</i>	Guatemala	283.500
	Programa Italiano de Desenvolvimento	Regional	116.450
Região da Valônia (Bélgica)	FINPYME <i>ExportPlus</i>	Haiti	220.223



mercados emergentes. O fundo investe em participações societárias em empresas com vendas anuais em moeda local na faixa do equivalente a US\$ 7,5 milhões ao equivalente a US\$ 20 milhões. Estima-se que o investimento da CII represente 6,2% do patrimônio líquido total do Fondo Escala Capital.

SERVIÇOS DE VALOR AGREGADO

Durante 2009, com o apoio dos doadores a TAS aprovou 18 projetos de assistência técnica que, em conjunto com os 16 aprovados em 2008, totalizam 34 projetos aprovados pela divisão desde sua criação, no valor total de US\$ 5,64 milhões.

Destaques do FINPYME em 2009

O programa FINPYME originou-se da ferramenta de diagnóstico de mesmo nome, que é marca registrada da CII. O FINPYME, um programa em múltiplas fases, oferece assessoria abrangente às PMEs para ajudá-las a se tornar mais competitivas e melhorar seu acesso a financiamentos.

O processo FINPYME tem três fases. Na primeira, as áreas de administração da empresa participante são analisadas para identificar suas necessidades e definir suas prioridades. O resultado é um diagnóstico e um plano detalhado para a melhoria de sua competitividade.

Durante a segunda fase, o programa oferece assistência técnica para ajudar a empresa a efetuar as melhorias necessárias, identificadas no diagnóstico e no planejamento detalhado. A assistência técnica prestada é individualizada e foca as necessidades específicas de cada empresa. Por exemplo, concede-se o acesso a serviços profissionais de consultoria, geralmente disponíveis apenas para empresas de grande porte, além de assistência técnica para grupos, por meio de oficinas e seminários de treinamento. As sessões em grupo focalizam as áreas que geralmente precisam de melhorias nas empresas de um país específico.

A terceira fase é composta por treinamentos em áreas como planejamento estratégico, administração financeira, marketing e acesso ao mercado internacional, governança de empresas familiares e preparação de planos de sucessão.

160 empresas

receberam diagnósticos do FINPYME em 2009

O FINPYME foi lançado em cinco países de língua inglesa do Caribe e na Colômbia.

FINPYME: projetos de assistência técnica individual

PAÍS	SETOR	MONTANTE	ÁREA	DESCRIÇÃO
 Costa Rica	Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 20.758	Governança corporativa	Esboço de uma proposta de protocolo familiar que determine políticas e mecanismos para a solução proativa de conflitos em empresas familiares. É obrigatória a participação e conformidade dos membros da família.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	12.113	Qualidade	Implementação de uma auditoria de qualidade e segurança alimentar, diagnóstico e consultoria em sistemas gerenciais com base na ISO 22000:2005.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	12.113	Qualidade	Implementação de um processo de gerenciamento da segurança alimentar que, no médio prazo, leve à certificação ISO 22000:2005.
	Manufatura em geral	11.400	Reestruturação financeira	Desenvolvimento de um protocolo para gestão do fluxo de caixa. Avaliação da carteira de crédito, análise do sistema de gerenciamento de estoque, localização de registros de pagamento e cobrança, identificação de processos e programação de auditorias.
	Diversos	5.565	Modelo gerencial	Implementação de um modelo baseado nas capacidades de negociação e tomada de decisões.
 El Salvador	Agricultura e agronegócios	7.515	Modelo gerencial	Projeto, implementação e serviço de uma solução de software integrada para consolidar diversas áreas da empresa. Desenvolvimento de um serviço de pós-venda para expansão e manutenção do banco de dados.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	5.206	Planejamento estratégico	Desenvolvimento de um plano estratégico para um modelo de gestão abrangendo todas as áreas funcionais e operacionais.
	Manufatura em geral	6.119	Planejamento estratégico	Criação de um exercício de planejamento anual para a implementação de método de análise e controle econômico e financeiro e sistemas de monitoração da atividade empresarial.
	Produtos químicos e plásticos	4.831	Planejamento estratégico	Determinação de metas e indicadores de monitoramento. Harmonização das metas gerais e específicas de cada área funcional. Desenvolvimento de diretrizes para parcerias estratégicas.
	Produtos químicos e plásticos	3.931	Melhoria da produção	Reprojeto da fábrica para aumentar a capacidade de produção e armazenagem.
	Saúde	10.842	Desenvolvimento de novos produtos	Criação de uma unidade de pesquisa e desenvolvimento na empresa.
			Marketing	Desenvolvimento de uma política de preços que inclua a análise e sistematização da estrutura de custos. Determinação de margens de rentabilidade competitivas.
	Serviços não financeiros	5.368	Marketing	Desenvolvimento de um plano anual de marketing. Determinação de objetivos e preparação de orçamento refletindo promoções e fatores sazonais.
			Reestruturação financeira	Projeto, implementação e serviço de uma solução de software integrada para automatizar processos, consolidar todas as áreas principais da empresa (vendas, contas a pagar, contas a receber, estoques, folha de pagamento, contabilidade) e emitir relatórios gerenciais.
	Serviços públicos e infra-estrutura	18.525	Planejamento estratégico	Desenvolvimento de software de <i>balanced scorecard</i> . Definição de um plano de remuneração baseado nos resultados da empresa e da área funcional.
			Reestruturação financeira	Revisão e ajuste da estrutura de crédito de modo a propor o melhor nível de alavancagem financeira para aumentar o retorno sobre o patrimônio líquido.
	Tecnologia, comunicações e nova economia	4.831	Planejamento estratégico	Aprimorar o planejamento estratégico das áreas funcionais e operacionais da empresa, com foco no financiamento estratégico. Implementação de um sistema de <i>balanced scorecard</i> para avaliar o desempenho administrativo.
	Turismo e hotelaria	19.108	Planejamento estratégico	Desenvolvimento de um processo descentralizado para tomada de decisões e definição de metas de médio e longo prazo.
			Reestruturação financeira	Avaliação dos custos de provisão de serviços profissionais. Melhorias de projeto para procedimento de análise e interpretação das informações financeiras.
Diversos	4.509	Planejamento estratégico	Desenvolvimento de um plano estratégico com ferramentas logísticas, administrativas e técnicas para a identificação e aproveitamento de novas oportunidades de negócios.	
Diversos	4.348	Planejamento estratégico	Desenvolvimento de um plano estratégico com ferramentas logísticas, administrativas e técnicas para a identificação e aproveitamento de novas oportunidades de negócios.	
 Guatemala	Agricultura e agronegócios	2.660	Marketing	Execução de pesquisa de mercado para avaliar as perspectivas de exportações para novos mercados. Análise da demanda (aspectos qualitativos e quantitativos), concorrentes e estrutura de mercado.
	Agricultura e agronegócios	2.660	Reestruturação financeira	Alteração do sistema contábil nas áreas de vendas e contas a receber.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	12.109	Meio ambiente	Execução dos estudos hidrogeológicos e de impacto ambiental de um projeto de construção.
			Qualidade	Desenvolvimento e implementação de um sistema de gerenciamento de qualidade baseado na ISO 9001:2008.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	2.660	Marketing	Aprimoramento da estratégia de marca. Projeto e desenvolvimento de uma entidade empresarial e dos materiais gráficos relacionados.
Reestruturação financeira			Desenvolvimento de um sistema contábil baseado em custos para aprimorar os processos. Treinamento nos novos sistemas contábeis.	

em andamento na América Central

PAÍS	SETOR	MONTANTE	ÁREA	DESCRIÇÃO
Guatemala (cont.)	Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 2.660	Marketing	Condução de um estudo de mercado e desenvolvimento de um plano de marketing para três novos produtos.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	2.660	Marketing	Desenvolvimento de um site na Internet fácil de usar. Definição do público-alvo e dos parâmetros de funcionalidade. Definição de uma estratégia de promoção baseada em mecanismos de busca.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	2.660	Modelo gerencial	Desenvolver um organograma baseado em funções e uma política e fluxograma para decisões. Atualização de estrutura salarial.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	2.660	Reestruturação financeira	Preparação de projeções de fluxo de caixa de médio prazo. Determinação das necessidades de financiamento para seguir os planos de expansão. Avaliação da capacidade de geração de caixa para cobrir as obrigações.
	Produtos químicos e plásticos	2.660	Marketing	Desenvolvimento de um plano de marketing para ampliar a participação de mercado.
	Produtos químicos e plásticos	2.660	Modelo gerencial	Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento operacional eficiente e eficaz, incluindo definições de procedimentos. Atualização da estrutura organizacional. Definição de metas de curto, médio e longo prazo vinculadas a indicadores de desempenho e estratégias.
	Produtos químicos e plásticos	2.660	Planejamento estratégico	Orientação da alta administração sobre planejamento estratégico para um aprimoramento do plano de marketing.
			Processos de produção	Melhora dos processos da linha de produção.
	Produtos químicos e plásticos	2.660	Reestruturação financeira	Fortalecimento dos controles internos nas áreas financeira e contábil.
			Marketing	Marketing
	Serviços de consultoria	2.660		Modelo gerencial
			Marketing	Execução de pesquisa de mercado para identificar produtos e margens de rentabilidade da concorrência. Determinação de margens, sistemas de distribuição e volume de vendas para aumento da rentabilidade e eficiência.
	Serviços não financeiros	2.660	Marketing	Execução de pesquisa de mercado para identificar produtos e margens de rentabilidade da concorrência. Determinação de margens, sistemas de distribuição e volume de vendas para aumento da rentabilidade e eficiência.
	Tecnologia, comunicações e nova economia	4.750	Marketing	Execução de pesquisa de mercado. Avaliação das perspectivas de exportações para novos mercados. Análise da demanda (aspectos qualitativos e quantitativos), concorrentes e estrutura de mercado.
Turismo e hotelaria	2.660	Marketing	Desenvolvimento, atualização e publicação de site na Internet.	
		Reestruturação financeira	Definição de plano de ação para reestruturar o sistema de contabilidade e controle interno. Determinação dos índices de produtividade e rentabilidade.	
Diversos	2.660	Modelo gerencial	Projeto de processos de produção e exportação de artigos de artesanato. Desenvolvimento de uma estratégia organizacional para otimizar o modelo gerencial.	
Nicarágua	Alimentos, engarrafamento e bebidas	4.750	Modelo gerencial	Implementação de um plano de ação baseado em objetivos estratégicos. Identificação e documentação das principais pessoas e processos. Análise e reprojeto da estrutura organizacional.
	Alimentos, engarrafamento e bebidas	2.375	Melhoria da produção	Revisão, avaliação e reprojeto dos processos e sistemas de produção. Identificação dos requisitos pessoais e técnicos e estimativa dos custos para implementação do reprojeto proposto.
	Manufatura em geral	12.925	Marketing	Desenvolvimento e implantação de uma estratégia de marketing que inclui apresentação de produto, promoção e publicidade. Estabelecimento de um canal de distribuição apropriado.
	Produtos químicos e plásticos	4.997	Marketing	Desenvolvimento de um plano estratégico de marketing. Análise do mercado atual. Identificação de novos segmentos de mercado potenciais. Identificação de novos produtos e linhas de produtos com base na demanda do mercado. Determinação do cronograma e dos custos de implementação.
	Serviços não financeiros	4.997	Marketing	Desenvolvimento de um plano estratégico de marketing. Proposta de um novo plano de ação baseado em um estudo de mercado (análise da oferta, demanda, preços, redes de distribuição, concorrentes) e determinação dos investimentos necessários.
	Serviços não financeiros	3.800	Marketing	Desenvolvimento de um plano estratégico de marketing. Identificação e desenvolvimento de novos mercados/produtos. Desenvolvimento de um sistema de avaliação da satisfação dos clientes.
	Serviços públicos e infra-estrutura	2.565	Marketing	Projeto de uma estratégia de marketing baseada na Internet. Projeto de um site com um catálogo atualizado de produtos e serviços.
	Turismo e hotelaria	4.997	Marketing	Realização de pesquisa para identificar novos mercados e canais de comercialização.
Total		US\$ 255.244		

As empresas que participam do programa FINPYME emergem do processo mais sólidas, mais competitivas e mais bem equipadas para superar desafios, empreender planos de investimentos sustentáveis e obter financiamentos de médio e longo prazo.

FINPYME na América Central

Em 2009, um total de 160 empresas foram submetidas a diagnósticos em cinco países da América Central, no Panamá e na República Dominicana. A CII e os agentes do FINPYME estão avaliando uma segunda rodada de análise sob o programa na Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

A tabela nas páginas 26–27 mostra os 51 projetos de assistência técnica individual em andamento com 42 empresas na Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

Participaram das 16 oficinas de treinamento em grupo do FINPYME 65 empresas da Costa Rica, El Salvador, Guatemala, e Nicarágua. As oficinas concentraram-se nas áreas com necessidade de melhoria identificadas repetidamente nos diagnósticos das empresas que participaram do FINPYME.

FINPYME Caribe

Em 2009, o FINPYME foi lançado nas Bahamas, Barbados, Belize e Jamaica bem como em Trinidad e Tobago. As apresentações públicas do programa contaram com a presença de altas autoridades do ministério das finanças e economia de cada país, bem como representantes da CII, do BID, da República da Coreia, de organizações sem fins lucrativos e de câmaras de comércio. Após cada evento as PMEs foram convidadas a inscrever-se no programa. Em cooperação com os agentes do FINPYME e com o Bank of Nova Scotia, a CII selecionou uma média de 20 empresas em cada



Para ajudar na transferência de tecnologia e know-how para os países receptores, a CII firmou parceria com universidades e escolas de administração de empresas locais para a condução dos diagnósticos do FINPYME.

Seminários e oficinas de treinamento em grupo

PAÍS	ÁREA
Costa Rica	Gestão de recursos humanos
	Governança corporativa de empresas familiares
	Planejamento estratégico
	Protocolos de sucessão
El Salvador	Alta administração de empresas familiares
	Busca por mercados internacionais
	Inovação estratégica de modelos gerenciais
	Marketing estratégico
Guatemala	Finanças
	Marketing
	Planejamento estratégico
	Recursos humanos
Nicarágua	Administração financeira
	Empresas familiares
	Gerenciamento de marketing
	Planejamento estratégico

31 diagnósticos

de PMEs no Caribe concluídos até dezembro de 2009

país, dando preferência para as que poderiam obter mais benefícios com o programa. Os agentes do FINPYME preveem concluir a primeira fase do programa no primeiro trimestre de 2010. Além disso, a CII convidou 13 agentes dos diversos países para uma oficina onde foram preparados para a fase de assistência técnica.

Até dezembro de 2009 já haviam sido concluídos 31 diagnósticos de PMEs da região do Caribe.

Para ajudar na transferência de tecnologia e know-how para os países receptores, a CII firmou parceria com universidades e escolas de administração de empresas locais para a condução dos diagnósticos do FINPYME. Em 2008, a CII assinou um contrato de agenciamento com a Mona School of Business (Jamaica). Esta instituição de ensino é utilizada pela University of the West Indies em projetos comunitários e atua em parceria com a Cave Hill School of Business de Barbados, o Department of Management Studies de Trinidad e Tobago, o College of The Bahamas e o Trade and Investment Development Service, em Belize.

FINPYME Colômbia

Para implementação do programa FINPYME na Colômbia, durante as Reuniões Anuais de 2009 do BID e da CII em Medellín, a CII firmou convênios com três universidades de destaque, três bancos e as câmaras de comércio de Bogotá, Cáli e Medellín. As universidades participantes são a Universidad de los Andes, Universidad EAFIT e Universidad ICESI; os bancos são o Bancóldex, Bancolombia e BBVA Colombia.

III congresso MPMEs das Américas sobre comércio internacional

Em 2009, a CII participou de um evento duplo em Cáli, na Colômbia – o III Congresso MPMEs das Américas sobre Comércio Internacional e o IV Fórum Nacional Colombiano de Microempresas. Durante o evento, a CII fortaleceu suas relações com o Departamento das Pequenas Empresas do Governo dos EUA (Small Business Administration, SBA, em inglês), órgão do governo federal norte-americano encarregado de trabalhar com as PMEs nos Estados Unidos e no exterior. Essa parceria abriu as portas para uma cooperação mais ampla no trabalho de ajudar as PMEs da região a se tornarem mais profissionais e a ampliarem sua capacidade de crescer e prosperar.

Participaram desse evento cerca de 1.500 representantes de PMEs, ministérios da economia, órgãos de fomento às pequenas empresas e associações do setor privado de toda a América Latina. As organizações anfitriãs foram o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, a SBA, o serviço de cooperação técnica do Chile – a SERCOTEC – e o Sebrae, serviço brasileiro de apoio às pequenas e médias empresas.

As discussões se concentram no desenvolvimento da capacidade comercial das PMEs da região, principalmente no âmbito do comércio internacional. Os palestrantes incluíram Luis Guillermo Plata, Ministro do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Esteban Piedrahíta, Diretor do Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia e o Dr. Julián Domínguez, da Câmara de Comércio de Cáli. Michael Apel falou em nome da CII.



“A SBA e o Comitê Multinacional de Direção do Congresso MPME das Américas sobre Comércio Internacional tiveram o prazer de ter Michael Apel, da CII, como um dos apresentadores do painel ‘Acesso das PMEs a financiamentos por meio de instrumentos inovadores’. Esperamos manter nosso relacionamento produtivo com a CII”.

—Stephen Sullivan, Escritório de Comércio Internacional, Departamento das Pequenas Empresas dos EUA



Por intermédio do FINPYME *ExportPlus*, as PMEs recebem assistência técnica para ajudá-las a acessar mercados estrangeiros e concorrer na economia global.

Agentes em Bogotá, Cáli e Medellín foram treinados na metodologia FINPYME e o programa foi lançado nas três cidades. O lançamento oficial do programa contou com a presença de altas autoridades e, nessa oportunidade, os países doadores – República da Coreia e Espanha – reiteraram seu apoio e a importância de tais iniciativas para ajudar as PMEs a se tornarem mais competitivas.

FINPYME ExportPlus na Guatemala

Em 2009, com o apoio do governo da Itália, a CII lançou o programa FINPYME *ExportPlus* na Guatemala. Parte da iniciativa global Ajuda ao Comércio, lançada em 2005 pela Organização Mundial do Comércio, o programa FINPYME *ExportPlus* visa facilitar o acesso das PMEs aos mercados de exportação. A iniciativa de Ajuda ao Comércio visa auxiliar os países em desenvolvimento a fortalecer sua capacidade para operar no mercado internacional por meio do aprimoramento de seus programas de promoção comercial.

Existem diversos parceiros estratégicos envolvidos no programa FINPYME *ExportPlus*, inclusive a Câmara Guatemalteca de Comércio, o Agexport, o Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras, o Citibank Guatemala, o Grupo Financiero de Occidente, a Cámara del Agro de Guatemala e a Universidad Rafael Landívar (agente do FINPYME na Guatemala).

Estão sendo selecionadas e analisadas de 20 a 50 PMEs guatemaltecas, dos setores de agricultura, pesca e outros, que receberão assistência técnica para ajudá-las a acessar os mercados estrangeiros e concorrer na economia global. A assistência irá se concentrar na melhoria da certificação sanitária e de embalagem, no aprimoramento dos processos operacionais (inclusive cadeias de produção), controle de qualidade e logística e no fortalecimento dos processos administrativos (inclusive mecanismos de marketing e exportação).

*FINPYME ExportPlus no Haiti**

Por intermédio da Agence wallonne à l'Exportation et aux Investissements étrangers (AWEX), a CII firmou um convênio com a Região da Valônia, na Bélgica, para desenvolver no Haiti o programa FINPYME *ExportPlus*, visando facilitar o acesso das PMEs do país aos mercados de exportação. Este programa abrange quatro áreas principais de atuação:

*Este programa será implementado de forma a assegurar o apoio contínuo e efetivo para as PMEs no Haiti na recuperação e reconstrução da nação após o terremoto de janeiro de 2010.



iniciativas de assistência técnica no Haiti*

Foi feita uma avaliação dos aspectos ambientais e trabalhistas da Société du Rhum Barbancourt, T. Gardère & Cie, empresa haitiana que atua nas áreas de alimentos, engarrafamento e bebidas. O estudo, no valor de US\$ 93.000, financiado pelo Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, determinará as ações corretivas que a Barbancourt deverá tomar para atingir a conformidade com as práticas recomendadas do setor e as diretrizes ambientais e trabalhistas da CII. A Barbancourt talvez necessite de assistência também para modernizar suas práticas de controle de qualidade para atender aos padrões internacionais (ISO 9000), sistemas de gestão ambiental (ISO 14001) e certificações orgânicas. Os fundos serão usados também para a condução de um estudo de diligência devida jurídica sobre a atividade empresarial no Haiti.

Também foi aprovada uma avaliação de saúde e segurança ocupacional da DINASA, comerciante e distribuidora haitiana de combustíveis e lubrificantes. O estudo, no valor de US\$ 80.000, é também financiado pelo fundo coreano e abrange os impactos associados ao projeto da DINASA financiado pela CII. Os dados desse estudo foram usados para avaliar seu projeto e assegurar que a empresa esteja em conformidade com todos os procedimentos ambientais e trabalhistas da CII, todas as disposições aplicáveis da Política de Meio Ambiente e de Cumprimento de Salvaguardas do BID, e as Diretrizes Ambientais e de Saúde e Segurança para Redes Varejistas de Petróleo, Terminais de Petróleo Bruto e Derivados e Solos Contaminados da Corporação Financeira Internacional.

A AWEX, organização de interesse público que fomenta o comércio exterior e atrai investimentos estrangeiros para a Região da Valônia, na Bélgica, aprovou uma verba de € 150.000 para a implementação do FINPYME *ExportPlus* no Haiti. A iniciativa busca ampliar a capacidade das PMEs para acesso aos mercados de exportação.

O Fundo Francês de Cooperação Técnica para Serviços de Consultoria e Atividades de Treinamento aprovou uma verba de US\$ 68.660 para a realização de um estudo sobre o setor privado no Haiti. O estudo buscará também identificar as empresas que poderiam beneficiar-se dos financiamentos da CII.

*A CII e seus doadores trabalharão juntos para assegurar a mobilização de financiamentos de assistência técnica para maximizar o apoio às PMEs beneficiárias no Haiti após o terremoto de janeiro de 2010.

- estudos de mercado sobre setores e subsetores selecionados;
- coleta de informações sobre as empresas em operação nesses setores, a fim de identificar as que poderiam ser beneficiadas pelo programa;
- seleção das PMEs; e
- projeto e execução do programa de assistência técnica.

Programa de eficiência energética

Com o objetivo de atenuar a mudança climática, o GREENPYME apoia e estimula eficiência energética, energia renovável e tecnologias limpas entre as PMEs. Busca fornecer às PMEs os conhecimentos, ferramentas e apoio financeiro e tecnológico para a implementação de medidas de eficiência energética.

Em 2009, a CII forneceu treinamento em eficiência energética a 150 PMEs em Belize e na Jamaica, além de, em colaboração com o Royal Bank of Canada e o Scotiabank, ter organizado oficinas sobre eficiência energética para PMEs nas Bahamas e em Trinidad e Tobago.

Foram conduzidas 10 auditorias energéticas na Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Além disso, foram formalizados dois projetos de assistência técnica. O primeiro incluiu 26 auditorias energéticas simples em PMEs de Belize e da Jamaica. O segundo envolveu 10 auditorias energéticas detalhadas em empresas de médio porte do setor de turismo das Bahamas e da Jamaica, que incluíram três oficinas para compartilhamento das práticas recomendadas com outras empresas do setor e implementação de um projeto de neutralidade de carbono em um hotel.

Na Colômbia, o GREENPYME foi introduzido em parceria com diversas empresas internacionais de destaque, como o Grupo Abengoa, Applus, BBVA e Telefónica, e

150 PMEs

de Belize e da Jamaica participaram no treinamento sobre eficiência energética em 2009

O GREENPYME apoia e fomenta a eficiência energética, energia renovável e tecnologias limpas entre as PMEs.

73 participantes

de 20 empresas familiares assistiram a um seminário sobre governança de empresas familiares em Bogotá



O seminário ofereceu a oportunidade de ampliar os conhecimentos sobre governança de empresas familiares para melhorar a continuidade no longo prazo e estimular a competitividade.

fornece assistência técnica em eficiência energética e energia renovável a mais de 300 PME colombianas. Após três oficinas de treinamento – em Bogotá, Cáli e Medellín – foram iniciados os preparativos para auditorias energéticas e outras atividades que beneficiaram as PMEs selecionadas, que estão recebendo apoio financeiro direto da CII e de seus parceiros.

Programa de governança de PMEs familiares

Com significativo apoio financeiro da República da Coreia, a CII iniciou um programa destinado a aprimorar a governança entre PMEs de propriedade familiar. Com recursos do Fundo Espanhol de Cooperação Geral do BID, foi contratado um especialista espanhol com dedicação integral ao desenvolvimento do programa. Os recursos serão usados também para fortalecer o programa, principalmente nos países da América Central.

Diversos projetos de governança iniciados em 2009 irão se prolongar em 2010. Incluem três oficinas para PMEs, seminários de “treinamento de instrutores” para agentes do FINPYME na América Central, e o desenvolvimento de um conjunto de ferramentas de diagnóstico e de uma plataforma de conhecimentos baseado na Internet.

oficina de governança de PMEs familiares

Em Bogotá, na Colômbia, a CII conduziu uma oficina de quatro dias sobre governança de empresas, maiormente financiado pelo Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, que é administrado por ela. A oficina foi organizada em colaboração com o Bancóldex e a Escuela de Dirección y Negocios INALDE de la Universidad de la Sabana.

A oficina proporcionou às empresas familiares a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre governança de empresas familiares para melhorar suas possibilidades de continuidade no longo prazo e estimular sua competitividade. Foram abordadas as dificuldades normalmente enfrentadas pelas PMEs de propriedade familiar, inclusive o desenvolvimento de propriedade responsável e unida, compreensão do processo de sucessão e preparação da próxima geração.

A oficina contou com 73 participantes de 20 empresas familiares. A maioria das empresas participantes era da própria Colômbia. No cumprimento de sua missão de apoiar e fortalecer as PMEs, a CII planeja continuar a organizar e patrocinar esse tipo de oficina para desenvolvimento de capacidades.



a perspectiva do doador: República da Coreia

Eun-Bo Jung, diretor geral adjunto do Departamento de Finanças Internacionais do Ministério de Estratégia e Finanças da República da Coreia, participou dos eventos de lançamento do FINPYME nas Bahamas e na Jamaica e fez as seguintes observações nos eventos, ocorridos em março de 2009:

“Representar a Coreia nessas cerimônias tão importantes foi uma excelente experiência, porque pude testemunhar diretamente como o Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs funciona como um excelente veículo para nossos amigos: as PMEs da América Latina e do Caribe. Esse sempre foi o objetivo da Coreia como país membro do Grupo do BID e o motivo de termos constituído esse fundo. Desde sua criação, em 2005, o fundo já aprovou 40 projetos, num total superior a US\$ 5,4 milhões. Embora valorize todos os projetos que contribuem para o desenvolvimento das PMEs na América Latina e no Caribe, penso que o FINPYME é um dos programas de maior destaque, que se enquadra perfeitamente em nossa filosofia. Em diversas reuniões com empresários da Jamaica e das Bahamas, constatei que não é apenas um estudo acadêmico ou uma iniciativa isolada, mas sim um programa dinâmico, baseado em resultados, que tem um forte impacto sobre o desenvolvimento e efeitos duradouros. Em resumo, estou orgulhoso do apoio da Coreia a este programa e tenho a certeza de que proporcionará benefícios reais para as PMEs da região. Espero poder participar de novos eventos do programa FINPYME, que a Coreia continuará a apoiar”.

Promoção da integridade entre as PMEs

Como participante da Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção (PACI) do Fórum Econômico Mundial, a CII trabalhou com especialistas em integridade para projetar e implementar um programa para promover os princípios da PACI entre as PMEs. Especialistas da Câmara Coreana de Comércio e Indústria visitaram a CII para compartilhar suas experiências e as práticas recomendadas ao trabalhar essa questão com as PMEs. Como resultado, a CII preparou um roteiro com os principais pontos de atuação de sua estratégia e programa de promoção da integridade. Com o avanço do programa, a CII trabalhará de perto com outras instituições de destaque, como o Departamento de Comércio dos EUA e a Organização dos Estados Americanos.

Programa Italiano de Desenvolvimento

O Programa Italiano de Desenvolvimento foi estabelecido para criar uma rede de empresas italianas, latino-americanas e caribenhas ligadas por meio de operações de importação, exportação e investimento estrangeiro direto. A meta é identificar PMEs que precisem de financiamento para expansão e indicá-las à CII.

Como resultado criou-se uma vasta rede, composta por agências de desenvolvimento, governos regionais e centrais, bancos, organizações internacionais e empresas da Itália, América Latina e Caribe, que promove o comércio na região. Com o apoio de parceiros italianos, foram realizadas conferências e oficinas na Itália e na América Latina para apresentar a CII e o programa.

Em 2009, a CII firmou um acordo de cooperação com a Camera di Commercio, Industria, Artigianato e Agricoltura de Turim. Por meio dessa e de outras alianças, a CII está recebendo apoio para ampliar suas atividades de aproximação e fornecimento de assistência técnica a PMEs da América Latina e do Caribe em busca de oportunidades de negócio na Itália.

A rede do Programa Italiano de Desenvolvimento é um excelente exemplo de cooperação descentralizada que abre as portas para novas regiões e identifica PMEs interessadas.

A rede do Programa Italiano de Desenvolvimento é um excelente exemplo de cooperação descentralizada que abre as portas para novas regiões.

a CI em um relance



EL SALVADOR

Bexcafé, S.A. de C.V.

países membros

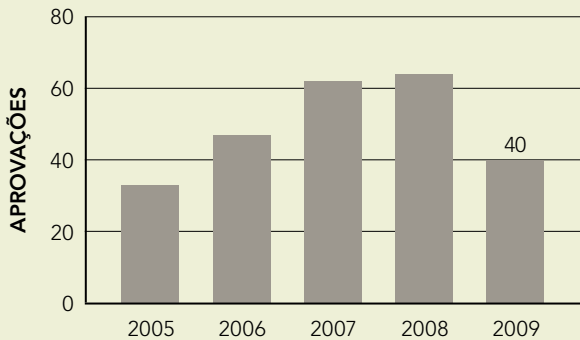


44

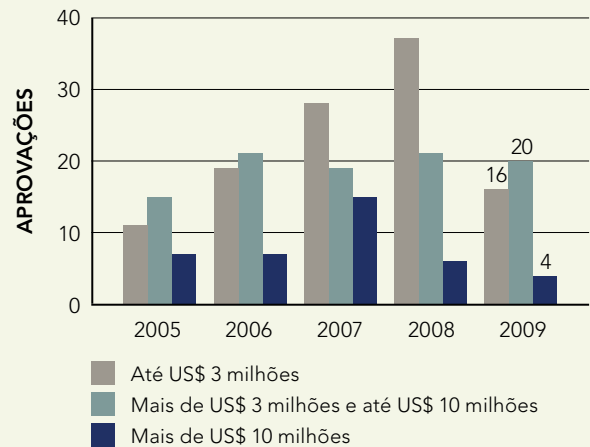
países membros

principais indicadores operacionais

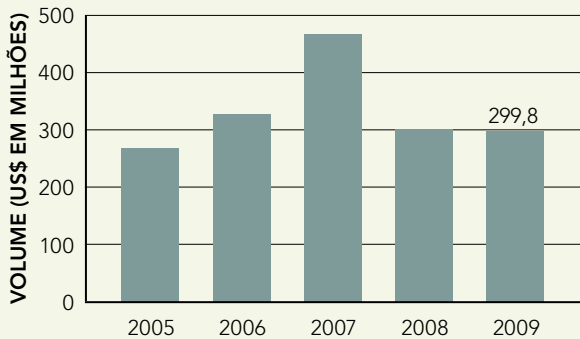
Número de aprovações



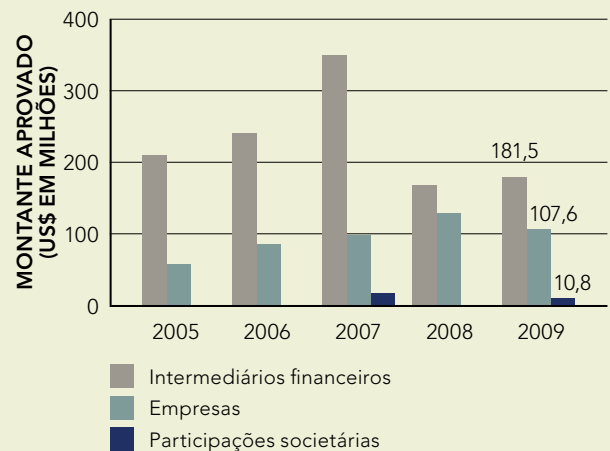
Aprovações por volume de investimento



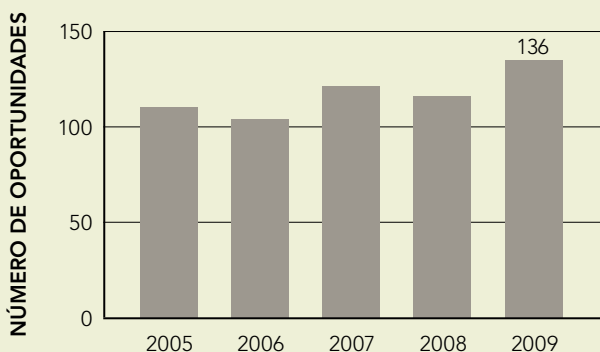
Volume de aprovações



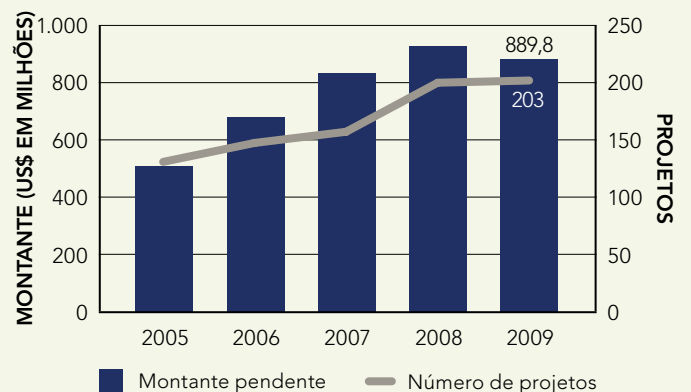
Volume de aprovações por tipo de operação



Oportunidades de investimento analisadas



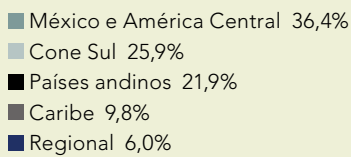
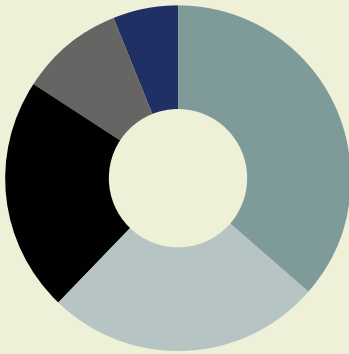
Carteira de investimentos*



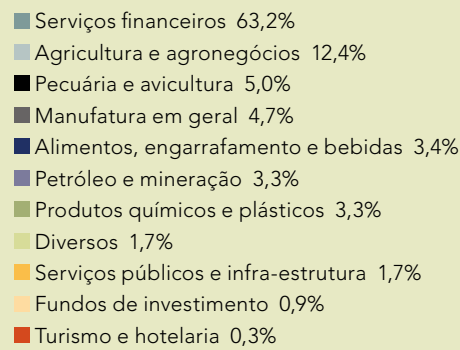
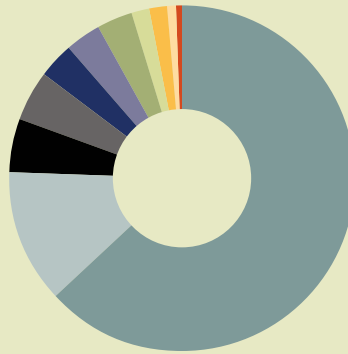
*Não inclui as operações com Compartamos e RBTT, as quais são contabilizadas nas demonstrações financeiras como investimentos em títulos e valores mobiliários.

investimentos em 2009 e composição de aprovações

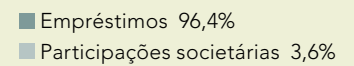
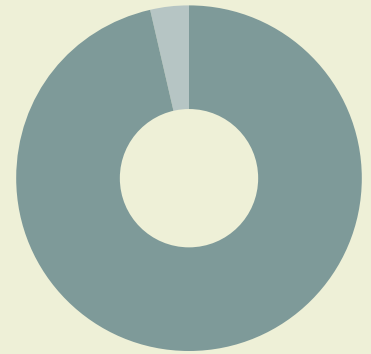
Aprovações por região



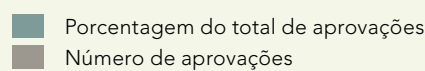
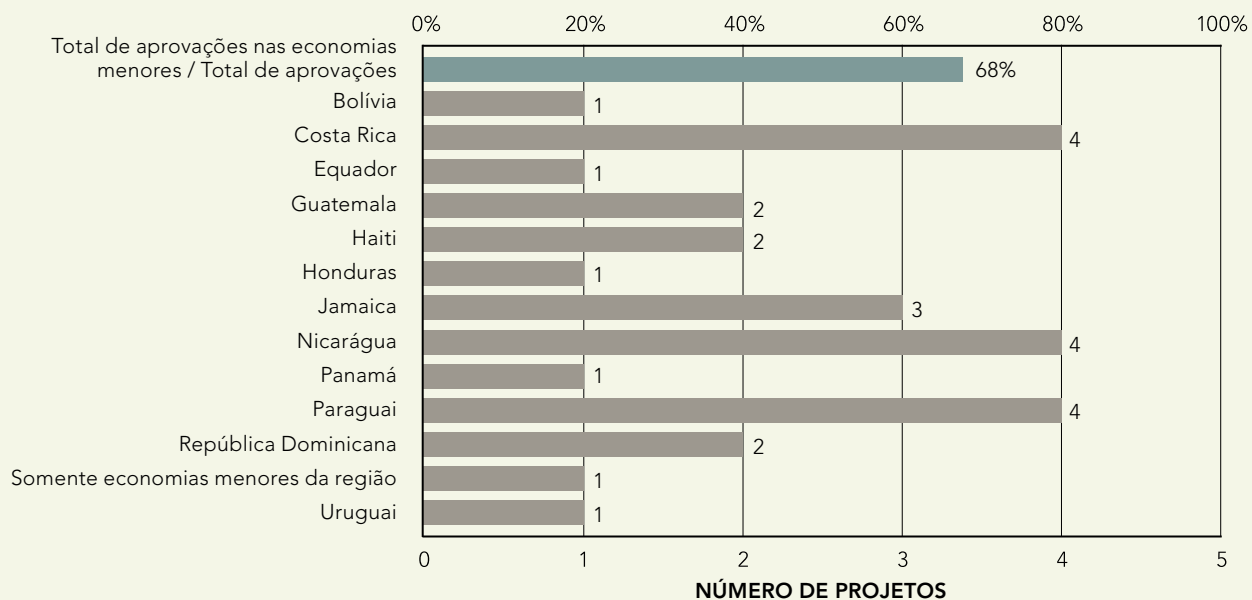
Aprovações por setor



Aprovações por tipo de investimento

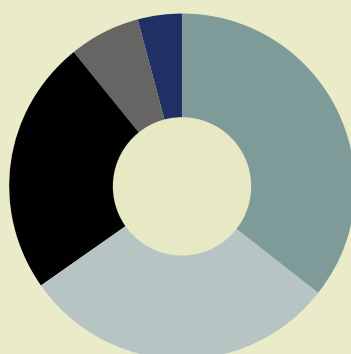


Composição de aprovações por região e montante



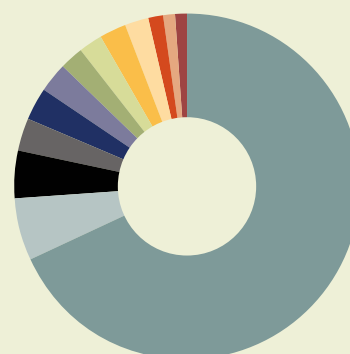
carteira de investimentos e programas para PMEs

Carteira pendente por região*



- Cone Sul 35,6%
- Países andinos 29,7%
- México e América Central 24,1%
- Regional 6,6%
- Caribe 4,0%

Carteira pendente por setor*



- Serviços financeiros 68,1%
- Agricultura e agronegócios 5,9%
- Serviços públicos e infra-estrutura 4,5%
- Diversos 3,0%
- Fundos de investimento 3,0%
- Manufatura em geral 2,8%
- Alimentos, engarrafamento e bebidas 2,3%
- Aquacultura e pesca 2,3%
- Produtos químicos e plásticos 2,3%
- Têxteis, confecções e couro 2,2%
- Pecuária e avicultura 1,5%
- Petróleo e mineração 1,1%
- Madeira, papel e celulose 1,0%

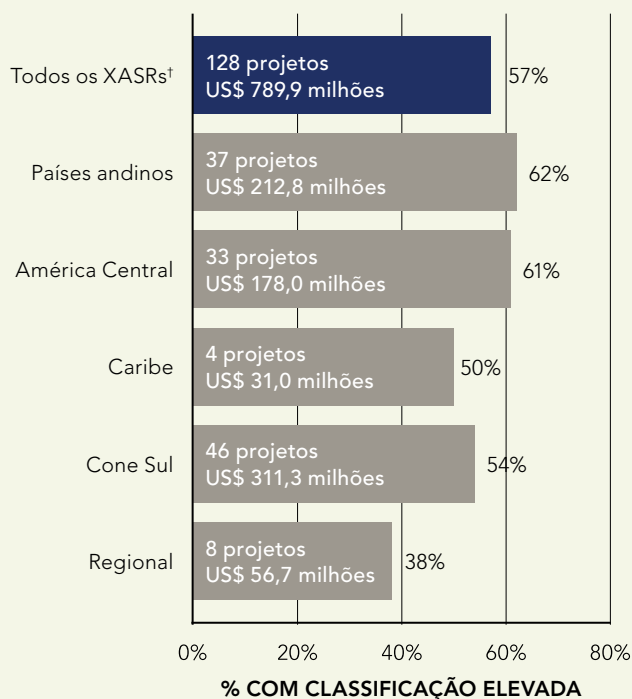
*Não inclui as operações com Compartamos e RBTT, as quais são contabilizadas nas demonstrações financeiras como investimentos em títulos e valores mobiliários.

Programas para PMEs

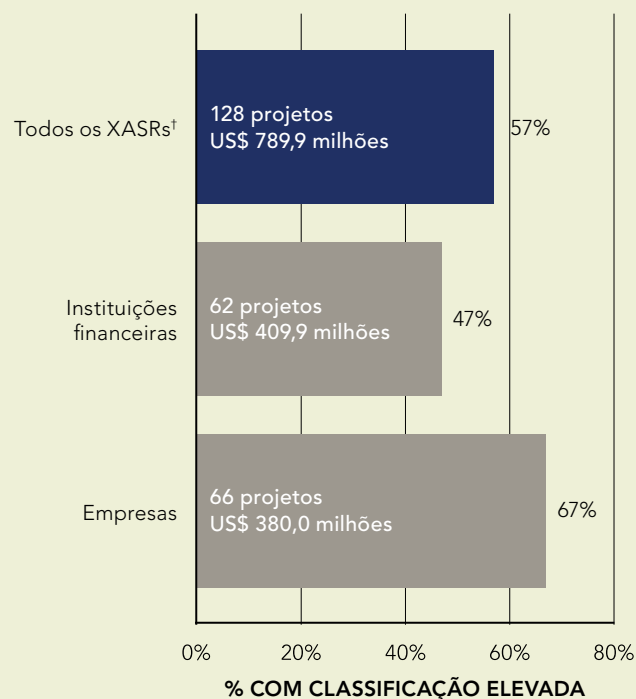
FINPYME	Número cumulativo de avaliações diagnósticas realizadas	191
	Número cumulativo de empresas que receberam assistência técnica individual ou em grupo	101
GREENPYME	Número cumulativo de participantes em seminários	672
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	46
FINPYME Governance	Número cumulativo de participantes em seminários	127
Assistência técnica direta	Número cumulativo de projetos com componente de assistência técnica	47
Curso de treinamento ambiental	Número cumulativo de participantes em seminários	417
Empréstimos por meio de intermediários financeiros	Número cumulativo de empréstimos	961.671
IFEM	Número cumulativo de projetos aprovados	10
SBRL	Número cumulativo de projetos aprovados	35
	Valor cumulativo da assistência técnica para clientes diretos da CII	US\$ 2.251.959
	Financiamento médio do IFEM	US\$ 2.165.000
	Financiamento médio da SBRL	US\$ 249.800

resultados no desenvolvimento de 2009

Resultados no desenvolvimento por região*



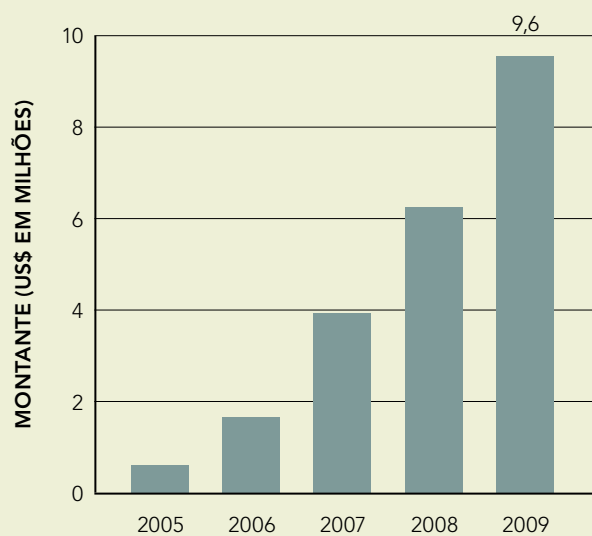
Resultados no desenvolvimento por tipo de operação*



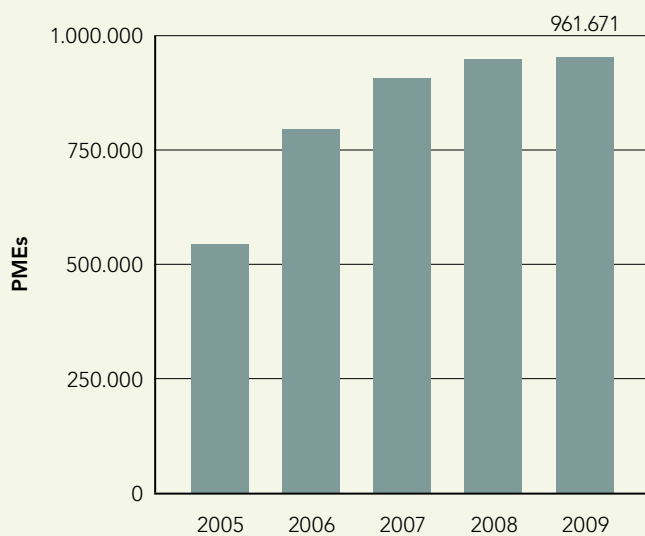
*Dados dos XASRs em 31 de dezembro de 2009, abrangendo projetos aprovados pela CII entre 1989 e 2004 e avaliados pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID. Para mais detalhes consultar a seção Resultados no desenvolvimento.

†Relatório Ampliado de Supervisão Anual.

Programas e projetos de assistência técnica aprovados, montante cumulativo

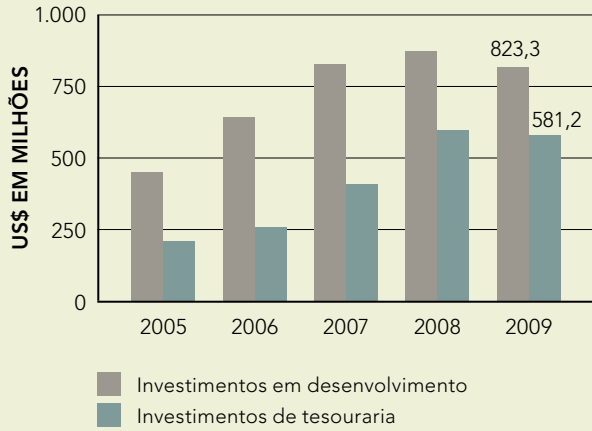


Número cumulativo de PMEs alcançados por meio de intermediários financeiros

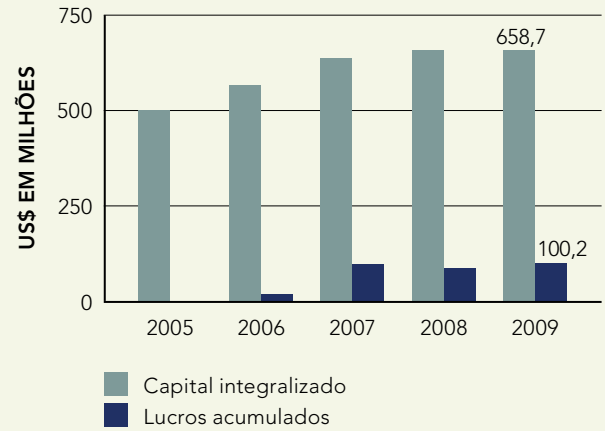


indicadores financeiros

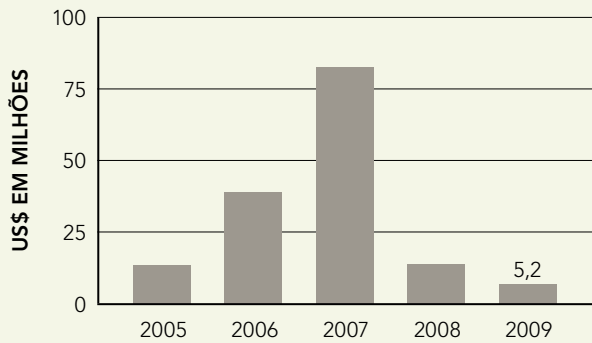
Composição de ativos



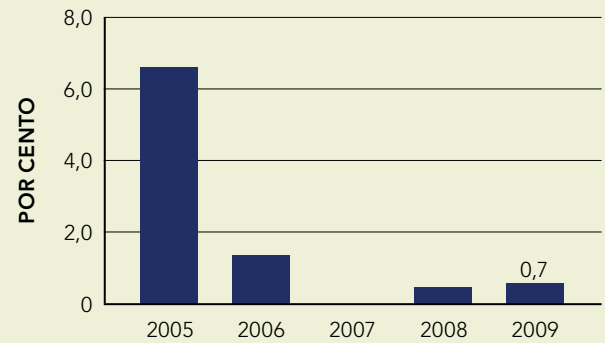
Patrimônio líquido



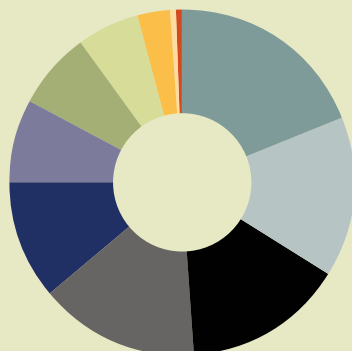
Resultado líquido



Carteira de inadimplentes



Linhas de crédito em aberto



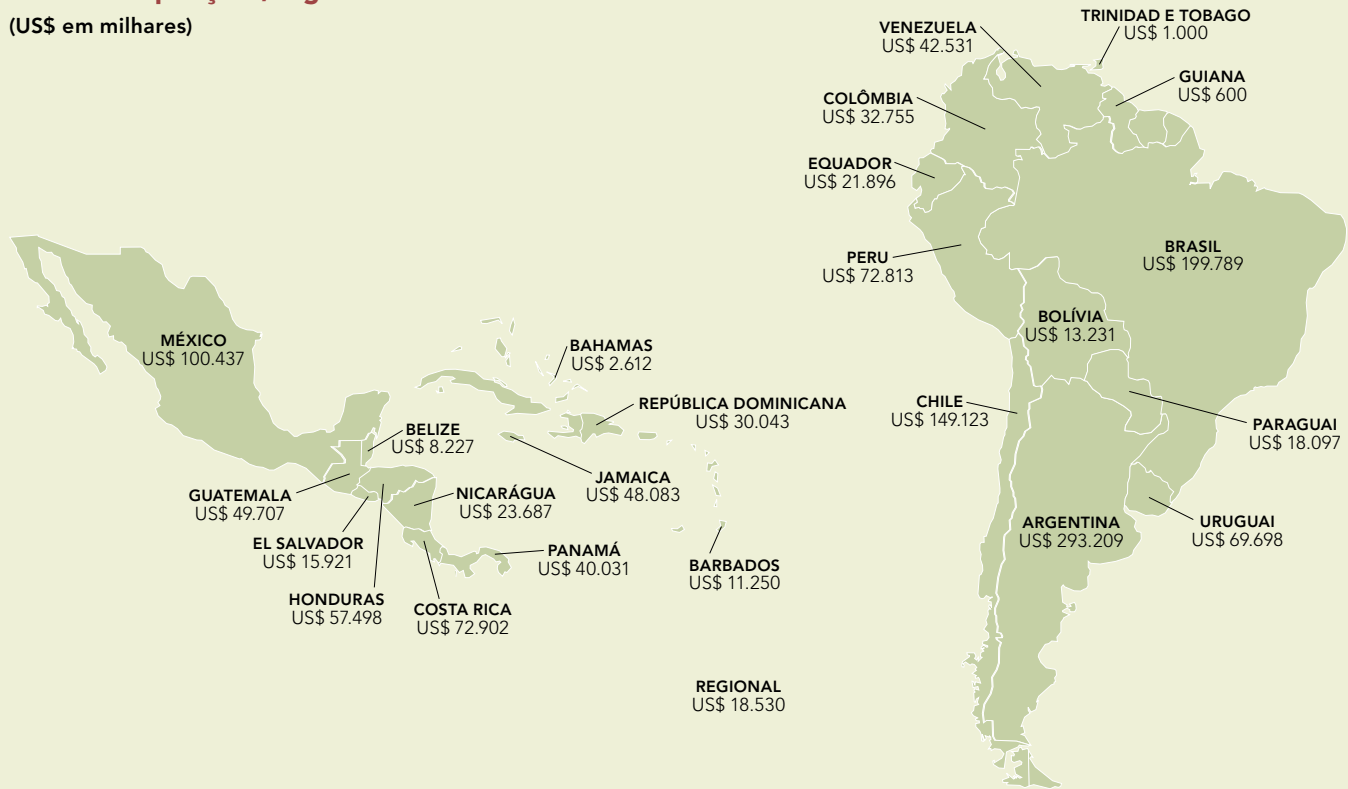
PORCENTAGEM PENDENTE

Japão 19%	Brasil 7%
BID 15%	México 6%
Espanha 15%	Peru 3%
Portugal 15%	Argentina <1%
Colômbia 11%	Reino Unido <1%
França 8%	

total das aquisições

Total das aquisições, regional

(US\$ em milhares)



Total das aquisições, não regional

(US\$ em milhares)



visão geral de 2009

RESULTADOS OPERACIONAIS

Em 2009, a CII aprovou US\$ 299 milhões em empréstimos diretos e investimentos e US\$ 342 milhões em operações de cofinanciamento que ampliaram significativamente os recursos fornecidos diretamente por ela.

Os empréstimos e programas da CII são resumidos nas páginas a seguir.



NICARÁGUA

Acabados Rústicos, S.A.

destaques de 2009

JANEIRO	<ul style="list-style-type: none">• O Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs faz uma colaboração financeira para a preparação de uma estrutura estratégica para o desenvolvimento de instrumentos financeiros criativos de quasi-capital para PMEs.
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none">• Financiado pela China, o Fundo Fiduciário China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs é constituído para contribuir com o desenvolvimento do setor privado na região, principalmente por meio do investimento em participações societárias ou quasi-capital de longo prazo em empresas privadas.
MARÇO	<ul style="list-style-type: none">• A CII firma uma aliança estratégica com o BBVA por meio de um convênio de cooperação e assistência técnica para definir metas de investimento para fomentar o desenvolvimento das PMEs, permitindo que a CII canalize financiamentos e serviços não financeiros agregadores de valor por intermédio das agências do BBVA na América do Sul.• A CII firma um memorando de entendimento com o Bancóldex para a criação de uma linha de crédito no valor de 35 bilhões de pesos colombianos, que lhe permite conceder empréstimos de médio e longo prazo em moeda local para mais PMEs colombianas.• Criação de uma parceria estratégica com a Universidad de los Andes, Universidad EAFIT, Universidad ICESI, Bancóldex, Bancolombia, BBVA Colombia e as câmaras de comércio de Bogotá, Cáli e Medellín para implementação do programa FINPYME na Colômbia.• Lançamento do programa FINPYME nas Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Trinidad e Tobago.
ABRIL	<ul style="list-style-type: none">• A CII firma um memorando de entendimento com o banco de desenvolvimento alemão KfW para identificar e apoiar conjuntamente projetos e programas sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina.
MAIO	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da iniciativa Capital para o Desenvolvimento de Negócios das Pequenas e Médias Empresas, para ampliar a gama de produtos oferecidos pela CII e gerar maior valor agregado para as PMEs por meio de instrumentos financeiros mais flexíveis, principalmente participações societárias.• São iniciados os diagnósticos do FINPYME Caribe, começando pelas Bahamas.• O FINPYME <i>ExportPlus</i> é lançado na Guatemala, com apoio do governo da Itália e em parceria com organizações locais do setor privado e a Universidad Rafael Landívar, a fim de melhorar o acesso das PMEs aos mercados de exportação.
JUNHO	<ul style="list-style-type: none">• Lançamento do FINPYME Belize, com diagnóstico de 13 empresas.
JULHO	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a primeira operação para uma empresa do Haiti – um empréstimo de longo prazo, no valor de US\$ 10 milhões, para a DINASA.
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none">• A Standard & Poor's mantém a nota de crédito AA- para a CII, com base em sua estratégia conservadora de gestão de riscos; a S&P observou que a CII está bem posicionada para enfrentar a atual crise econômica graças à qualidade de sua carteira de empréstimos, políticas de provisionamento, perfil de liquidez e disponibilidade de captação.
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none">• Realização de seminários de treinamento do FINPYME Colômbia.• Realização de um seminário para agentes do FINPYME em Trinidad e Tobago.• O Programa GREENPYME realiza auditorias energéticas em Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua.
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none">• Realização, na Jamaica, do 13º seminário sobre gestão de riscos sociais e ambientais para o setor financeiro, organizado pela Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID.• Realização de seminário sobre governança de empresas na Colômbia, para promover melhoras na governança em empresas familiares.• Lançamento do GREENPYME Colômbia.
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none">• Lançamento do FINPYME Colômbia em Bogotá, Cáli e Medellín.

operações aprovadas em 2009

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Argentina 	Granja Tres Arroyos, S.A.	Pecuária e avicultura	US\$ 8.000.000	US\$ 42.400.000	Maior produtora de aves da Argentina, a empresa vende seus produtos nos mercados interno e externo, estando economicamente integrada ao setor de grãos e dando apoio a seus fornecedores por meio da prestação de garantia para a aquisição de imobilizado. A empresa planeja ampliar sua capacidade de produção e aumentar o valor agregado de sua linha de produtos.
	Molino Cañuelas, S.A.C.I.F.I.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	4.000.000	10.000.000	Maior exportadora de farinha da Argentina, a empresa faz moagem de trigo, esmagamento de oleaginosas e, entre outros produtos, fabrica misturas, massas alimentícias, biscoitos e bolachas. Opera em um setor estratégico e em rápido crescimento, que é um importante gerador de divisas. A cadeia de produção da empresa é composta por cerca de 1.200 agricultores de pequeno e médio porte, em cinco províncias, para quem o pagamento imediato é essencial. O empréstimo oferecerá financiamento de longo prazo, escasso no mercado local, e ajudará à empresa a melhorar seu perfil financeiro.
	Profertil, S.A.	Produtos químicos e plásticos	10.000.000	65.000.000	Produtora de fertilizantes, a empresa comercializa localmente cerca de 90% de sua produção e exporta o restante para outros países da região. O empréstimo ajudará a financiar imobilizações e investimentos.
Bolívia 	ADM-SAO, S.A.	Agricultura e agronegócios	10.000.000	10.000.000	Produtora, processadora e comercializadora de produtos e subprodutos de soja e girassol, principalmente para exportação, a empresa utilizará o empréstimo para ajudar a financiar sua carteira de empréstimos de safra para agricultores, principalmente de pequeno porte. 
Brasil 	Banco Industrial e Comercial S.A.	Serviços financeiros	10.000.000	10.000.000	Especializado em empréstimos garantidos de curto prazo, principalmente para empresas de médio porte, o banco está bem posicionado em seu nicho de mercado. O produto do empréstimo será repassado para PMEs localizadas principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, para financiar suas necessidades de capital de giro de curto prazo. O valor médio das operações será de US\$ 1 milhão por PME.
	Banco Rabobank International Brasil S.A.	Serviços financeiros	30.000.000	200.000.000	O banco se concentra nos setores agrícola e de alimentos, onde tem uma parcela expressiva do mercado de empresas de pequeno e médio porte. O empréstimo será utilizado para conceder financiamento direto a PMEs e ampliar a carteira de seu fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), que aplica em contas a receber de empresas de grande porte com relacionamento comercial com um grande número de compradores, muitos dos quais são PMEs.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Colômbia 	Fondo Escala Capital, FCP	Fundos de investimento	US\$ 2.750.000	US\$ 40.000.000	Este fundo fechado multissetorial não alavancado para investimentos de private equity em mercados emergentes investirá em participações societárias em empresas colombianas com vendas anuais em moeda local na faixa do equivalente a US\$ 7,5 milhões e o equivalente a US\$ 20 milhões. A participação da CII no fundo visa um efeito de demonstração, com o apoio ao setor de private equity, ainda incipiente na Colômbia. A CII venderá 50% de seu investimento para o Fundo Fiduciário China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs.
	Termo Rubiales, S.A.	Serviços públicos e infra-estrutura	5.000.000	68.500.000	A empresa foi constituída para desenvolver o projeto de uma termoelétrica integrada a uma operação de óleo combustível pesado em um dos campos petrolíferos mais estratégicos da Colômbia. A CII apoia o desenvolvimento do setor petrolífero colombiano com a concessão de financiamento de longo prazo e pelo estímulo ao investimento do setor privado, aumento na produção local de petróleo e conformidade com as normas sociais, de proteção ambiental e de saúde e segurança.
					
Costa Rica 	Banco BAC San José, S.A.	Serviços financeiros	25.000.000	25.000.000	O banco direcionará os recursos de médio prazo ao financiamento de PMEs na Costa Rica. Os recursos também sustentarão a estratégia do banco de diversificar suas fontes de captação de médio prazo, que se tornaram mais escassas após o início da crise financeira. Estima-se que cerca de 200 PMEs serão beneficiadas com a operação, com um volume médio de US\$ 250.000 por empresa.
	Financiera CAFSA, S.A. e Arrendadora CAFSA, S.A.	Serviços financeiros	2.000.000	2.000.000	A Financiera CAFSA oferece serviços financeiros a PMEs e microempresários, além de financiamento para compra de veículos para pessoas da classe média. A Arrendadora CAFSA arrenda veículos para PMEs e microempresários do setor de transporte de cargas e de passageiros. O produto do empréstimo permitirá que as duas empresas atendam as necessidades de empréstimo e leasing operacional das PMEs costa-riquenhas. Estima-se que as PMEs se beneficiem desta operação à razão de US\$ 300.000 cada.
	Maderas Cultivadas de Costa Rica, S.A. e Reforestación Industrial Los Nacientes, S.A.	Agricultura e agronegócios	1.500.000	4.800.000	Este grupo integrado de empresas de silvicultura opera na Costa Rica e na Nicarágua. Suas operações combinadas abrangem todo o processo de produção, desde o reflorestamento e aprimoramento genético das espécies até o processamento e venda de produtos de madeira. O empréstimo será utilizado para financiar a expansão das atividades produtivas e para a aquisição de itens do imobilizado, além de financiar as necessidades de capital de giro e investimento. Ajudará também as empresas a continuar a reflorestar novas áreas com plantações certificadas pelo Forest Stewardship Council, o que contribuirá para seu crescimento sustentável no longo prazo.
					

operações aprovadas em 2009 (cont.)

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Costa Rica (cont.)	Productos Ujarrás, S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 100.000	US\$ 100.000	Produtora e exportadora de doces, geleias e compotas de frutas tropicais, a empresa adquire frutas frescas de pequenos agricultores de todo o país. O empréstimo será usado para acelerar a produção e ampliar a capacidade instalada.
Equador 	Banco ProCredit, S.A.	Serviços financeiros	3.000.000	3.000.000	Com foco em micro, pequenas e médias empresas dos setores formal e informal, o banco utilizará o empréstimo para financiar as necessidades de capital de giro e de compras de imobilizados de empresas dos setores de varejo, transporte, serviços, agricultura, pecuária, turismo e outros. As empresas equatorianas qualificadas serão beneficiadas por empréstimos no valor médio de US\$ 200.000 por empresa ou US\$ 400.000 por grupo econômico.
Guatemala 	Bioetanol, S.A.	Agricultura e agronegócios	5.700.000	129.000.000	A Pantaleon é a maior usina de açúcar da Guatemala e a Bioetanol produz etanol. As duas empresas são parte do Grupo Pantaleon, maior produtor integrado de eletricidade, açúcar, etanol e outros derivados de cana da América Central, com operações na Guatemala, Honduras e Nicarágua. Os empréstimos serão utilizados para financiar os investimentos necessários para ampliar a capacidade da usina de açúcar e cogeração de eletricidade de Pantaleon e expandir a planta de Bioetanol, ambas localizadas na Guatemala.
	Pantaleon, S.A.	Agricultura e agronegócios	4.300.000	129.000.000	
Haiti 	Carifresh, S.A.	Agricultura e agronegócios	300.000	300.000	Exportadora de mangas e outros produtos agrícolas de qualidade, a empresa também fornece milho, iúca e feijão para o mercado local. O empréstimo irá ajudar a empresa a melhorar sua infra-estrutura e produção, além de proporcionar estabilidade de financiamento para suas necessidades de capital de giro.
	Distributeurs Nationaux S.A.	Petróleo e mineração	10.000.000	66.700.000	Líder na comercialização e distribuição de óleo diesel, gasolina, querosene, óleo combustível, lubrificantes e GLP no Haiti, a empresa utilizará o empréstimo para a aquisição de ativos estratégicos. O apoio da CII fornecerá à empresa um empréstimo de longo prazo, que é escasso no Haiti.
Honduras 	Corporación Dinant, S.A. de C.V. e Exportadora del Atlántico, S.A. de C.V.	Agricultura e agronegócios	7.000.000	153.368.690	As atividades verticalmente integradas dessas duas empresas vão da produção à comercialização de produtos agrícolas e alimentícios. O empréstimo possibilitará que as duas empresas operacionais do grupo mantenham seus planos de expansão, ampliem a capacidade de produção, melhorem sua rede de distribuição e expandam as plantações de palmeiras. 
Jamaica 	Golden Grove Sugar Company Limited	Agricultura e agronegócios	4.000.000	6.000.000	A empresa surgiu com a privatização das empresas do setor de açúcar na Jamaica. Suas operações integradas incluirão plantação de cana de açúcar e processamento de açúcar cru e melaço. O empréstimo ajudará a financiar a aquisição e modernização de uma usina de açúcar e de ativos complementares, a aquisição de terrenos para o plantio de cana-de-açúcar e o financiamento das necessidades de recursos operacionais.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Jamaica (cont.)	Jamaica Broilers Group Limited	Pecuária e avicultura	US\$ 7.000.000	US\$ 7.000.000	Os principais negócios da empresa são avicultura, rações e suprimentos agrícolas e processamento de etanol, além de participações em cogeração de eletricidade, venda de ingredientes para rações, pecuária e processamento e venda de carne bovina e pescados. O empréstimo financiará as necessidades de capital de giro que sustentarão e fortalecerão suas operações.
	Precise Technology Limited	Marketing e distribuição	150.000	150.000	A empresa vende computadores, peças para computador, acessórios, artigos de papelaria e mobiliário para escritório e presta serviços contábeis a clientes em toda a Jamaica.
México 	Banco Mercantil del Norte, S.A.	Serviços financeiros	40.000.000	40.000.000	Terceiro maior banco do México por volume de ativos e quarto maior por depósitos do público, o banco usará essa linha de crédito rotativo não comprometida, com prazo de dez anos, para conceder financiamentos a PMEs no México. As operações aos beneficiários finais não serão superiores a US\$ 1,5 milhão.
	enConfianza, S.A. de C.V. SOFOM ENR	Serviços financeiros	1.000.000	1.000.000	A empresa apoia microempresários mexicanos por meio da concessão de empréstimos. Concedido sob amparo do programa IFEM para o financiamento de instituições financeiras especializadas no México, o empréstimo será direcionado a projetos qualificados na forma de repasses de até US\$ 50.000.
	Operadora de Servicios Mega, S.A. de C.V. SOFOM ENR	Serviços financeiros	3.000.000	3.000.000	A empresa oferece a seus clientes soluções financeiras que incluem leasing e empréstimos diretos. Este empréstimo, sob amparo do programa IFEM, permitirá que a empresa apoie as PMEs do México com repasses de até US\$ 500.000.
Nicarágua 	Café Soluble, S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	3.000.000	4.500.000	Produtora e embaladora de café torrado e moído e bebidas instantâneas, a empresa utilizará o empréstimo na implementação de projetos para melhoria da rentabilidade por meio da ampliação de sua linha de produtos e aprimoramento da eficiência operacional.
	Compañía Cervecera de Nicaragua, S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	7.000.000	7.000.000	Produtora e distribuidora de cerveja, a empresa produz também água e outras bebidas não alcoólicas. O empréstimo permitirá à empresa concluir seus planos operacionais e de investimento e manter seus programas de alcance social.
	Corporación de Inversiones Turísticas, S.A.	Turismo e hotelaria	1.000.000	1.870.000	Operadora de hotéis com a marca Holiday Inn em Manágua, a empresa usará o empréstimo da CII para transformar o hotel em um centro de convenções Holiday Inn, o que envolverá novos equipamentos, sistemas, mobiliário e melhoria das instalações.
	CrediFactor, S.A.	Serviços financeiros	500.000	500.000	Primeira empresa financeira autorizada pelas autoridades bancárias e pela bolsa de valores da Nicarágua para emitir instrumentos financeiros no mercado local, a empresa utilizará o financiamento da CII para melhorar sua liquidez e facilitar o acesso das PMEs a operações de financiamento, que são difíceis de conseguir no país. Os repasses serão, no máximo, de US\$ 25.000 por projeto qualificado.

operações aprovadas em 2009 (cont.)

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
	QBE del Istmo Compañía de Reaseguros, Inc.	Serviços financeiros	US\$ 8.000.000	US\$ 20.000.000	Resseguradora sediada no Panamá, a empresa está presente nas Américas Central e do Sul. A participação societária da CII ampliará seu capital e permitirá sua entrada em novas linhas de negócios com produtos de massa, principalmente seguro odontológico para quem não tiver cobertura. A empresa poderá se expandir para o Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras e Peru e espera ter mais de 1,2 milhão de clientes até 2012.
	Banco Regional, S.A.E.C.A.	Serviços financeiros	6.000.000	6.000.000	O banco foca o atendimento das necessidades financeiras da região sudeste do Paraguai, onde as atividades econômicas predominantes são a pecuária e a agricultura. O empréstimo possibilitará a concessão de financiamentos de médio e longo prazo a PMEs, com repasses no valor máximo de US\$ 250.000, necessários para que continuem com suas operações.
	Emprendimientos Forestales, S.R.L.	Agricultura e agronegócios	370.000	370.000	Tendo como atividade principal a silvicultura, reflorestamento e atividades relacionadas, a empresa usará o empréstimo para o financiamento de parte do capital de giro necessário para cumprir novos contratos de reflorestamento com empresas locais.
	Sudameris Bank, S.A.E.C.A.	Serviços financeiros	3.000.000	3.000.000	O banco tem uma estratégia abrangente de atender ao setor empresarial, empresários de médio porte e pessoas físicas. O empréstimo permitirá ao banco financiar projetos qualificados por meio de empréstimos de médio e longo prazo para empresas do Paraguai que atendam os critérios de crédito e os requisitos ambientais e trabalhistas da CII. Os repasses não podem exceder US\$ 250.000.
	Wilhelm S.A.C.I.A.G.	Agricultura e agronegócios	140.000	420.000	Fabricante e exportador de óleos essenciais para as indústrias farmacêutica, alimentícia e de cosméticos, a empresa também importa outras essências e planta laranjas para fornecer matérias primas à sua própria destilaria. Produz 40% da essência de laranja amarga exportada pelo Paraguai, que é o único produtor do mundo. O empréstimo vai financiar investimentos em uma de suas usinas e parte do capital de giro necessário para permitir que seus produtos tradicionais cheguem a novos mercados.
	Banco Continental, S.A.	Serviços financeiros	40.000.000	40.000.000	Segundo maior banco do Peru, com seus negócios concentrados na intermediação financeira, o banco está centrado no desenvolvimento de suas atividades empresariais, de atacado e varejo, bem como suas atividades de tesouraria. A linha de crédito rotativo não comprometida, com prazo de dez anos, será usada para a concessão de empréstimos a PMEs do Peru. Para qualificarem-se para o empréstimo, as empresas não poderão ter ativos ou receitas superiores a US\$ 20 milhões.



PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Peru (cont.)	Hipermercados Metro, S.A. e E. Wong, S.A.	Marketing e distribuição	US\$ 5.000.000	US\$ 5.000.000	A linha de capital de giro concedida pela CII tem um componente de assistência técnica para apoiar a cadeia de produção das empresas, melhorando a qualidade dos produtos e a gestão ambiental de cerca de 700 fornecedores, a maioria dos quais são PMEs.
República Dominicana	Banco Múltiple Santa Cruz, S.A.	Serviços financeiros	2.000.000	2.000.000	Esta instituição financeira atua em nichos específicos de mercado e está buscando conquistar uma parcela significativa do mercado de produtos baseados em tarifas, principalmente em operações de comércio exterior, onde pode tirar proveito de suas vantagens competitivas. O empréstimo oferecerá a captação de médio prazo de que o banco necessita para ampliar sua carteira de empréstimos a PMEs, com valor médio de US\$ 200.000 por operação.
	Industrias Nacionales, C. por A.	Manufatura em geral	6.000.000	6.000.000	Produtora e comercializadora de produtos de ferro, aço e PVC para o mercado interno e para exportação, principalmente para o Caribe e América Central, a empresa utilizará o empréstimo para melhorar seu perfil financeiro e assegurar a fabricação eficiente de seus produtos.
Uruguai	Nuevo Banco Comercial, S.A.	Serviços financeiros	6.000.000	16.000.000	O banco repassará o empréstimo para PMEs uruguaias qualificadas que necessitem de financiamento de médio ou longo prazo para conduzir suas operações e tenham acesso limitado a créditos com prazo superior a um ano. Os repasses não podem exceder US\$ 500.000.
Regional	Corandes, S.A.	Manufatura em geral	8.000.000	8.000.000	Líder na Argentina na produção e comercialização de latas para a embalagem de frutas, vegetais, carne e derivados, frutos do mar e aerossóis, bem como tampas metálicas, a empresa utilizará o empréstimo para financiar as necessidades permanentes de capital de giro de suas operações.
	Scotia Leasing Costa Rica, S.A., Scotia Leasing Guatemala, S.A., Scotia Leasing Honduras, S.A., e Scotia Leasing Panamá, S.A.	Serviços financeiros	10.000.000	10.000.000	Quatro empresas centro-americanas de arrendamento mercantil direcionarão o empréstimo a financiamentos de médio prazo para PMEs da Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá. Os recursos serão usados para financiar projetos qualificados, com valor individual de até US\$ 500.000.
Total			US\$ 299.810.000	US\$ 1.146.978.690	



IMPACTO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Medição dos resultados no desenvolvimento e adicionalidade: um foco mais forte nos resultados

Os efeitos e o valor das atividades da CII são aprimorados pelo seu acompanhamento e pelas lições obtidas com a experiência. Utilizam-se ferramentas de avaliação inovadoras para medir o desempenho financeiro da CII, bem como os resultados no desenvolvimento e a adicionalidade de suas operações. A avaliação dos projetos permite à CII analisar o desempenho de seus investimentos durante o ciclo de vida do projeto. As avaliações levam a aprimoramentos nos projetos em andamento e no planejamento e execução das operações futuras.

Este ano, além do desempenho financeiro, a CII está apresentando também informações quantitativas sobre o resultado no desenvolvimento e a adicionalidade de suas operações.

Abordagem da CII à mensuração do desenvolvimento

A CII usa duas ferramentas para acompanhar o impacto de suas operações sobre o desenvolvimento. O sistema DIAS de pontuação da contribuição ao desenvolvimento e a adicionalidade fornece uma estimativa do possível impacto sobre o desenvolvimento no lançamento e ao longo de um projeto. Quando da maturação de um projeto, é preparado um Relatório Ampliado de Supervisão Anual (XASR) para avaliar os resultados no desenvolvimento e os resultados do investimento, qualidade do trabalho e a adicionalidade da CII. O DIAS e o XASR têm muitos indicadores em comum; entretanto, eles são avaliados em momentos diferentes ao longo do ciclo de vida de um projeto para determinar um quadro mais claro de seu resultado.

<u>DIAS</u>	<u>SUPERVISÃO ANUAL</u>	<u>XASR</u>
Avaliação no lançamento do projeto e durante seu ciclo de vida	Avaliação anual de supervisão e atualização do DIAS	Avaliação do projeto após sua maturação

O DIAS foi introduzido em 2008, quando a CII fortaleceu o acompanhamento dos resultados no desenvolvimento e da adicionalidade. O sistema foi projetado para complementar as informações fornecidas pelos XASRs, que já eram executados anualmente desde 2001, mas apenas em projetos maduros. O banco de dados sobre o desenvolvimento resultante permitiu que a CII extraísse lições significativas de suas operações anteriores. O exercício 2009 foi também o primeiro ano em que as operações aprovadas em 2008, e após desembolsadas, tiveram uma pontuação DIAS atualizada que faz parte do processo de supervisão e monitoramento anual dos investimentos.

O banco de dados sobre desenvolvimento da CII permite extrair lições significativas de operações anteriores.



estrutura para mensuração do desenvolvimento

ÁREA DE DESEMPENHO	INDICADOR E REFERENCIAIS	EXEMPLOS DE INDICADORES ESPECÍFICOS	DIAS	XASR
RESULTADO NO DESENVOLVIMENTO				
Desempenho financeiro	Retorno para os investidores	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de retorno financeiro Retorno sobre o capital investido Retorno sobre o patrimônio líquido Custo do projeto Implementado pontualmente e dentro do orçamento 	X	X
Desenvolvimento econômico	Retorno para a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de retorno econômico Empréstimos para microempresas e PMEs Empregos Receita tributária Divisas geradas 	X	X
Desempenho ambiental e social	Padrões da CII alcançados	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias na gestão social e ambiental, como redução no nível de emissões 	X	X
Impacto no desenvolvimento do setor privado	Contribuição para o setor privado além da empresa do projeto	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de empresas copiando as inovações introduzidas pelo cliente da CII Alterações na legislação Governança corporativa Expansão do mercado Aumento da concorrência 	X	X
Objetivos estratégicos da CII	Contribuição e apoio para a missão da CII	<ul style="list-style-type: none"> Diversificação de países Tipo de investimento Tipo de cliente Mecanismo de entrega Uniformidade com a estratégia do Grupo do BID 	X	
ADICIONALIDADE DA CII				
Adicionalidade financeira	CII como catalisadora de investimentos do setor privado; condições não estavam disponíveis no mercado	<ul style="list-style-type: none"> Financiamento alternativo (com termos, custo, prazo, moeda e oportunidade similares) não disponível Mobilização de recursos 	X	X
Adicionalidade não financeira	A CII melhorou o desenho do projeto	<ul style="list-style-type: none"> Uso de assistência técnica para melhorar o desenho do projeto Introdução de padrões empresariais melhores Introdução de práticas e produtos inovadores Introdução de padrões ambientais, sociais, trabalhistas e de saúde 	X	X
QUALIDADE DO TRABALHO DA CII	Avaliação da qualidade do trabalho da CII durante o ciclo de vida do projeto	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do trabalho em termos de filtragem, avaliação, estruturação, supervisão, administração, papel e contribuição 		X
RESULTADO DO INVESTIMENTO DA CII	Referenciais de desempenho de empréstimos e participações societárias definidos em relação às expectativas da CII no momento da aprovação	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição do projeto em termos de lucro bruto 		X



67%

dos 15 projetos classificados em 2009 atingiram resultados elevados no desenvolvimento

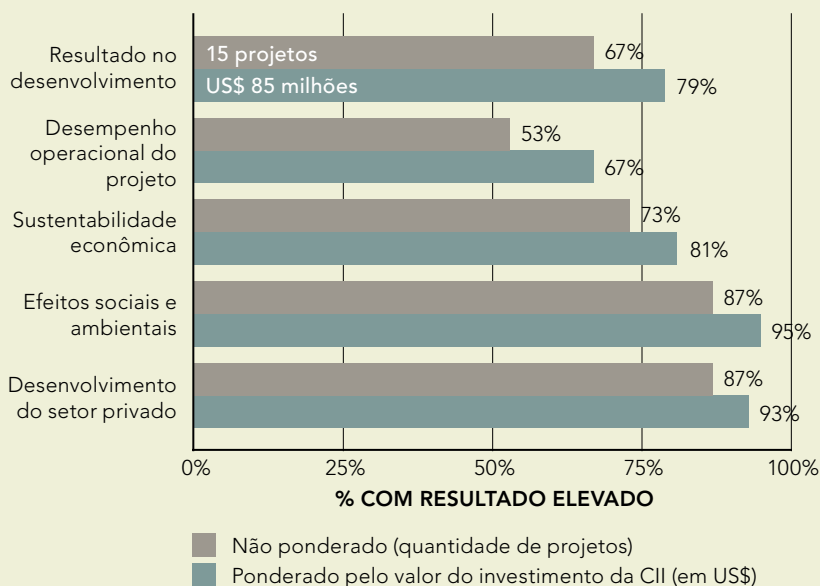
Resultados no desenvolvimento

A estrutura de avaliação da CII segue os padrões de práticas recomendadas dos bancos multilaterais de desenvolvimento ao avaliar as operações de investimento do setor privado. Segundo esses padrões, todos os XASRs devem passar por validação independente. Na CII, essa função é executada pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID. O OVE examina a confiabilidade da análise, a imparcialidade e consistência das classificações e as lições extraídas da experiência.

Em 2009, o OVE entregou à Administração da CII os resultados do Sétimo relatório de avaliação independente.¹ O relatório abrange 15 XASRs, referentes a 7 projetos com empresas e 8 com intermediários financeiros, aprovados entre 2003 e 2004 e maturados em 2008.² No total, o OVE já avaliou 128 XASRs do banco de dados de resultados no desenvolvimento, abrangendo projetos aprovados pela CII entre 1989 e 2004.

Essa seção do relatório anual foca os resultados no desenvolvimento; entretanto, o relatório do OVE apresenta também uma avaliação independente de três outras áreas: resultado do investimento, qualidade do trabalho e adicionalidade. O OVE constatou que a maioria – 87% – dos 15 projetos classificados em 2009 atingiu resultados elevados nas três categorias. O relatório afirma também que, nos últimos anos, a CII fez progressos substanciais na qualidade do trabalho, o que pode ser atribuído aos diversos aperfeiçoamentos introduzidos na elaboração e administração de projetos.

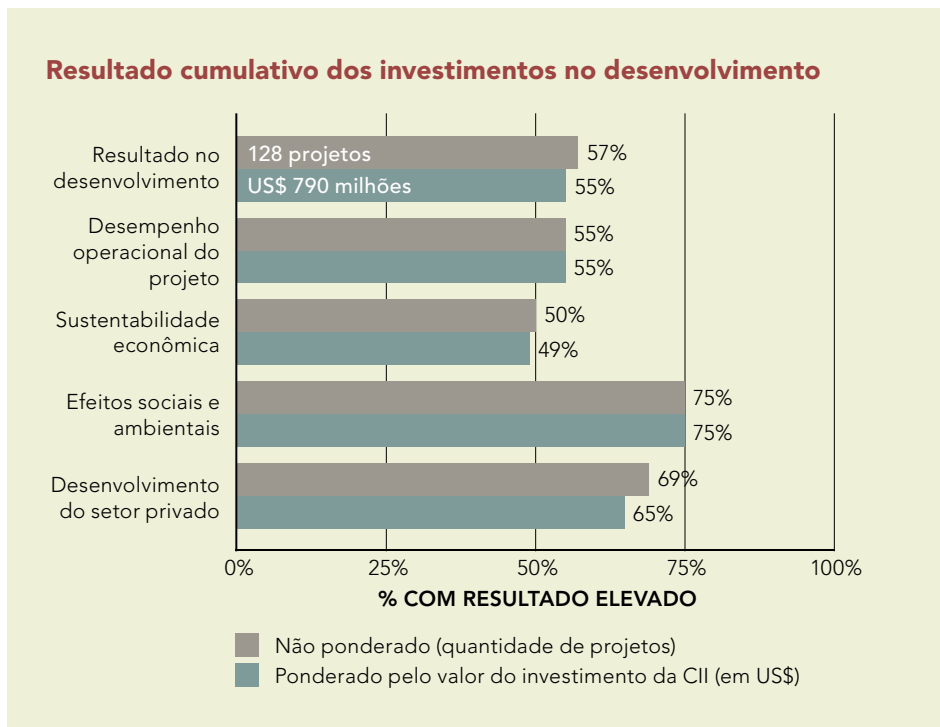
Resultados no desenvolvimento segundo as avaliações de 2009*



*Sétimo relatório OVE

- 1 A apresentação do Sétimo relatório de avaliação independente do OVE à Diretoria Executiva da CII está prevista para o primeiro semestre de 2010.
- 2 As práticas recomendadas definem maturação de projetos com empresas como: (a) o projeto financiado foi concluído, ou (b) o projeto financiado gerou receitas operacionais para a empresa por 18 meses, ou (c) a CII recebeu pelo menos um conjunto de demonstrações financeiras auditadas abrangendo pelo menos 12 meses de receitas operacionais geradas pelo projeto. Para projetos com intermediários financeiros, a maturação é atingida 30 meses após o desembolso final.

Segundo a sétima avaliação independente os resultados atingidos no âmbito de desenvolvimento em geral indicam que 67% dos 15 investimentos analisados alcançaram resultados elevados, com resultados sustentáveis em termos de desempenho empresarial, impacto econômico e desempenho ambiental e social, além de fazer uma contribuição ao desenvolvimento do setor privado em geral. Os resultados ponderados pelo volume de investimento da CII foram mais fortes, com 79% deles alcançando altas pontuações em termos de resultados de desenvolvimento.



A CII vem coletando e analisando dados sobre resultados no desenvolvimento dos projetos aprovados nos últimos 15 anos.

O gráfico anterior mostra os resultados no desenvolvimento dos projetos ao longo de 15 anos. De 1989 a 2004, uma porcentagem menor de projetos teve resultados elevados no desenvolvimento, porque muitos deles foram afetados negativamente pelas diversas retrações econômicas que afetaram a região. Na média, os projetos corporativos diretos tenderam a atingir resultados no desenvolvimento mais elevados do que as operações que envolveram intermediários financeiros. Isto apoia nossa visão de que as operações de empréstimos diretos a empresas geralmente atingem um nível mais amplo de resultados no desenvolvimento mensurável e, por tanto, é mais provável que atinjam pontuações mais elevadas na maturação.





Ferramentas de avaliação inovadoras são usadas para medir o desempenho financeiro da CII bem como os resultados no desenvolvimento e a adicionalidade de suas operações.

Resultados no desenvolvimento: projetos com empresas e com intermediários financeiros*

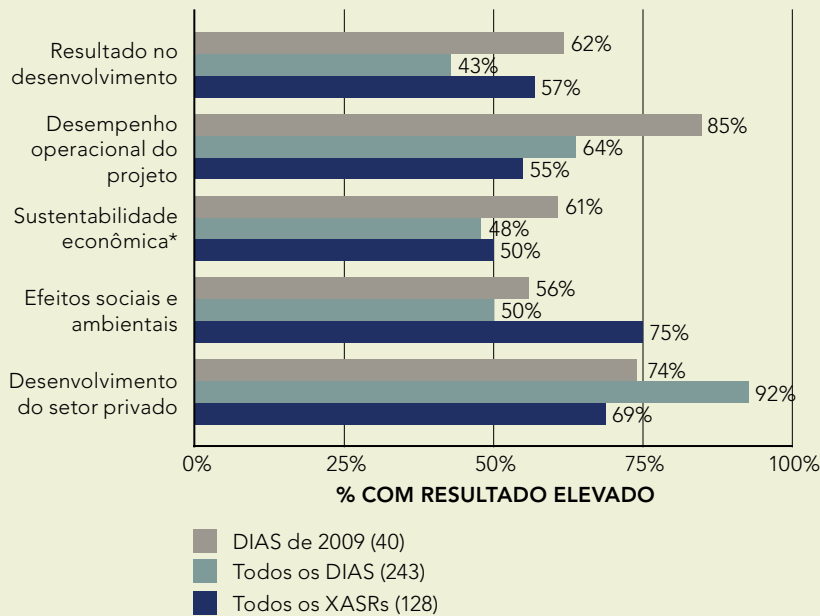


*Todos os XASRs avaliados pela OVE até 31 de dezembro de 2009.

Predição do desempenho no desenvolvimento

Alimentado pelas pontuações do DIAS e pelos resultados do XASR, o banco de dados sobre desenvolvimento está ajudando a eliminar a defasagem de informações entre a estimativa inicial e a avaliação final dos resultados e desempenho de um projeto.

Banco de dados de desenvolvimento – DIAS e XASRs



*Os dados do DIAS incluem somente projetos com empresas; os projetos com intermediários financeiros não estão incluídos.

Os empréstimos por meio de intermediários financeiros possibilitam que a CII atinja empresas para as quais seria difícil emprestar diretamente.

Apoio aos clientes da CII

A avaliação dos projetos confirma que o apoio da CII às PMEs tem tido diversos resultados positivos. As PMEs do setor privado receberam financiamento de longo prazo que, normalmente, não estaria disponível para mercados subatendidos, e elas cresceram e expandiram suas operações. As empresas também receberam assistência técnica como ajuda que atingissem uma posição de liderança em sustentabilidade social e ambiental. A maioria (79%) dos financiamentos aprovados estão localizados em países com economias menores.

Alcance do desenvolvimento por intermédio de produtos financeiros

Intermediários financeiros

O empréstimo por meio de intermediários financeiros possibilita que a CII atinja empresas para as quais seria difícil emprestar diretamente. O relatório 2009 do OVE sobre os projetos aprovados em 2003 e 2004 mostra que esses intermediários financeiros forneceram US\$ 125 milhões a empresas privadas, usando fundos da CII e recursos próprios. Desse montante, cerca de US\$ 25 milhões foram emprestados a micro e pequenas empresas.

Na Bolívia, 823 micro e pequenas empresas receberam financiamento de um empréstimo da CII destinado a uma operação de microfinanciamento. O valor médio por transação foi de US\$ 1.823. O intermediário financeiro concentrou-se no apoio a setores que tinham menos oportunidades de acesso ao sistema financeiro tradicional.

823

micro e pequenas empresas da Bolívia receberam financiamento da CII por meio de intermediários financeiros

260 produtores de arroz

do Uruguai receberam financiamento e assessoria técnica de um cliente da CII



A CII oferece fundos de assistência técnica para facilitar a transferência de tecnologia e a contratação de especialistas técnicos.

Devido ao desemprego geralmente elevado, proporcionar a micro e pequenas empresas o acesso ao financiamento é essencial para melhorar as condições de vida das pessoas de baixa renda.

Com um empréstimo concedido pela CII, o primeiro fundo social familiar da Colômbia lançou um importante programa de financiamento voltado para as micro e pequenas empresas. Por intermédio desse programa, 104 empresas receberam empréstimos no valor médio de US\$ 29.000. O programa visava desenvolver a capacidade técnica para emprestar a setores que, tradicionalmente, enfrentam dificuldades para obter financiamento bancário.

Cadeias de suprimentos

Financiando empresas de maior porte, situadas em níveis mais elevados de uma cadeia de suprimentos, a CII as ajuda a financiar seus fornecedores de menor porte, como produtores agrícolas.

No Uruguai, um cliente do setor de agronegócios forneceu financiamento e consultoria técnica a 260 de seus fornecedores de arroz. O empréstimo da CII foi essencial, permitindo à empresa fornecer a seus agricultores, em condições adequadas, os recursos para capital de giro nem sempre disponíveis nos bancos comerciais. Com financiamento e assistência técnica do cliente da CII, as operações dos agricultores tornaram-se mais viáveis.

Empréstimos diretos ao setor privado

Os empréstimos diretos ajudam as empresas a solucionar as limitações ao crescimento do setor privado existentes na região.

Na Colômbia, uma empresa industrial não teria sido capaz de expandir sua produção sem financiamento de longo prazo. Com o apoio da CII, ela manteve sua posição competitiva, ampliou suas exportações e, seguindo recomendação da CII, aprimorou sua governança corporativa com a mudança dos auditores externos.

Assistência técnica financiada pela CII

Para maximizar seu impacto sobre o desenvolvimento, a CII vai além de conceder empréstimos às empresas e exigir que elas melhorem seu desempenho social e ambiental. Muitas vezes, os clientes são os primeiros em seu setor ou país a enfrentar os difíceis problemas sociais e ambientais para atender as normas locais e internacionais. É nesse aspecto que a CII desempenha um papel essencial oferecendo, com recursos fornecidos por seus doadores, fundos de assistência técnica para facilitar a transferência de tecnologia e a contratação de especialistas técnicos, ajudando os clientes a se tornarem líderes em responsabilidade empresarial social e ambiental.

No Haiti, uma distribuidora de combustíveis recebeu fundos de assistência técnica para desenvolver um plano de ação social e ambiental, que abrangerá melhorias nos postos e terminais de combustível para assegurar a conformidade com as práticas recomendadas do setor. Outras medidas incluirão melhorias nos tanques de armazenagem subterrâneos e de superfície, atenuação dos riscos de derramamento e vazamento e treinamento de funcionários.

Na Nicarágua, uma empresa farmacêutica, beneficiária de um empréstimo SBRL, foi submetida a uma auditoria de eficiência energética para identificar as melhorias necessárias, o custo do investimento e seu período de retorno e o potencial de economia anual.

Conhecimentos sobre sustentabilidade ambiental e social

Ao longo da última década, a CII forneceu treinamento em gestão de riscos ambientais a mais de 400 participantes de instituições financeiras da América Latina e do Caribe. Muitas delas implementaram seus próprios sistemas de gestão de risco ambiental e receberam reconhecimento internacional por seus avanços no campo da sustentabilidade.

Com o apoio da CII e de outros bancos multilaterais de desenvolvimento, uma empresa açucareira, com usinas na Guatemala, Honduras e Nicarágua está implementando melhorias ambientais. A empresa está melhorando a qualidade das águas residuais, ampliando o monitoramento de suas emissões de gases e aprimorando as práticas agrícolas com um sistema integrado de gestão para garantir a qualidade de sua produção.

Dos projetos empresariais aprovados pela CII em 2009, 61% receberam assistência técnica e 72% obtiveram pontuações ambientais e sociais elevadas.

gestão de riscos ambientais para o setor financeiro

Em 2009, a CII completou uma década de desenvolvimento de capacidades em instituições financeiras por meio de seu programa de treinamento em gestão de riscos ambientais. Até o momento, a CII já treinou mais de 400 participantes, de mais de 170 instituições financeiras.

O curso de gestão de riscos ambientais para o setor financeiro de 2009 foi apresentado na Jamaica, em colaboração com a Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID. Participaram do seminário 31 representantes de 23 instituições financeiras de 11 países: Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Guiana, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru e República Dominicana.

No seminário, as instituições financeiras clientes da CII e do BID aprenderam como desenvolver seus próprios sistemas de gestão de risco ambiental para se tornarem mais competitivas e rentáveis. Um palestrante convidado, do Banco Itaú, fez uma apresentação sobre o sistema de gestão de riscos ambientais de sua instituição e sobre as oportunidades relacionadas à sustentabilidade ambiental.

Na República Dominicana, um fabricante de produtos para o setor de construção civil está desenvolvendo um plano de melhoria de saúde e segurança ocupacional e ambiental com o apoio da CII. O plano prevê a instalação de uma usina para tratamento de esgoto e exaustores para melhorar a ventilação e reduzir a temperatura ambiente. A empresa buscará também a certificação ISO 14001 em sistemas de gestão ambiental para sua laminadora.

RESULTADOS FINANCEIROS

No período 2008-2009, a rentabilidade da CII foi influenciada pela recessão econômica na região, que afetou a receita operacional e tornou necessário o aumento nas provisões de carteira. A receita também foi afetada pela queda na LIBOR e pelo crescimento menor da carteira de empréstimos.



Em 2009, a Standard and Poor's manteve sua perspectiva positiva para a nota de crédito da CII, com base em seu perfil financeiro sólido e em suas iniciativas estratégicas e operacionais.

A provisão para perdas com empréstimos passou de US\$ 55,1 milhões em 2008 para US\$ 66,5 milhões em 2009 e continuou elevada como reação a um ambiente econômico negativo e incerto. O lucro líquido no exercício foi de US\$ 5,2 milhões, em comparação com US\$ 13,9 milhões em 2008.

Medida pela razão entre a receita líquida de juros e as despesas administrativas, a eficiência apresentou diminuição, tendo passado de 1,9 vezes em 2008 para 1,4 vezes em 2009.

Risco da carteira de investimentos de tesouraria

Apesar da crise econômica que perdurou durante a maior parte de 2009, a carteira de investimentos de tesouraria da CII terminou o ano em boa ordem, graças à sua abordagem conservadora de gestão e à maior diversificação da carteira, implementada devido ao ambiente mais incerto e volátil nos mercados financeiros.

A rentabilidade foi afetada pela queda na taxa de juros em todos os pontos da curva de rendimentos e pela necessidade de aplicar uma parcela maior dos fundos disponíveis no overnight e em títulos de baixo risco.

Qualidade dos ativos

Líquidos de provisões, os ativos remunerados diminuíram, passando de US\$ 879 milhões em 2008 para US\$ 823 milhões em 2009.

Ao longo do mesmo período, a qualidade dos ativos da CII deteriorou-se em virtude da recessão econômica mundial. Embora a carteira de inadimplentes só aumentou de 0,56% em 2008 para 0,65% em 2009, os empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos cresceram de 0,1% em 2008 para 3,6% em 2009. Entretanto, ao final de 2009, as provisões para perdas com empréstimos representavam 12 vezes os empréstimos inadimplidos e 2 vezes os empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável dos ativos. Assim, provisão para perdas com empréstimos cobria amplamente a parcela em risco da carteira da CII.

É possível que a região volte a crescer moderadamente em 2010, conforme a recessão mundial comece a dissipar-se. Embora o crescimento deva ter um efeito positivo sobre os clientes da CII, espera-se ainda mais alguma deterioração na carteira em consequência da crise.

Adequação do capital

O Convênio Constitutivo da CII limita o endividamento a três vezes o patrimônio líquido, mas, na prática, os níveis de alavancagem têm sido mantidos abaixo desse limite. O índice de passivo sobre o patrimônio líquido caiu, de 1,03 em 2008 para 0,88 em 2009.

Liquidez

Durante 2009, a liquidez da CII foi mantida em níveis elevados em reação ao ambiente desfavorável e incerto do mercado de capitais e em consequência do crescimento menor observado na carteira de empréstimos. O índice de liquidez sobre o patrimônio líquido passou de 0,79 em 2008 para 0,87 em 2009.

Perspectiva da Standard and Poor's

Em 2009, a Standard and Poor's manteve sua perspectiva positiva para a nota de crédito da CII, com base em seu perfil financeiro sólido e em suas iniciativas operacionais e estratégicas

que contribuem para sua solidez e maximizam os efeitos sobre o desenvolvimento que suas operações têm na região. O relatório da Standard and Poor's reconhece que a crise financeira mundial afetou a rentabilidade da CII, mas destaca que a gestão de riscos prudente e a administração adequada dos ativos e passivos minimizaram os efeitos da crise.

Fontes de financiamento

Historicamente, a principal fonte de financiamento da CII tem sido as contribuições de capital dos países membros e empréstimos bilaterais de bancos comerciais. Entretanto, em 2005 a CII começou a diversificar suas fontes de captação porque o período inicial para o recebimento parcelado da integralização de capital de 1999 deveria terminar em 2007.

Com a desaceleração da economia em 2009, a CII buscou melhorar o perfil de seu endividamento. Assim renegociou dívidas no valor de US\$ 100 milhões e reduziu os vencimentos no curto prazo, além de ter negociado novas linhas de crédito no total de US\$ 115 milhões.

Em dezembro de 2009, a CII tinha captações no valor de US\$ 647 milhões e suas linhas de crédito disponíveis totalizavam US\$ 747 milhões. Combinada com uma saudável posição de tesouraria, essa abordagem conservadora à captação minimiza consideravelmente o risco de crédito da CII.

Planos de pensões e de pós-aposentadoria

O valor dos ativos que lastreiam as obrigações por benefícios da CII aumentou 30% em 2009, em consequência da recuperação do mercado obtida com a intervenção agressiva dos governos e bancos centrais. A Administração e a Diretoria Executiva decidiram aumentar as contribuições da CII para os planos de pensão e de benefícios pós-aposentadoria. Como resultado, o índice de cobertura do ativo em relação com o passivo dos planos de pensões aumentou para 93%.

GOVERNANÇA

Estrutura

Assembleia de Governadores

Todos os poderes da CII estão investidos em sua Assembleia de Governadores, composta por um Governador e um Governador Suplente indicados por cada país membro. Entre os poderes investidos na Assembleia de Governadores e que não podem ser delegados à Diretoria Executiva estão a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da CII e a emenda do Convênio Constitutivo da Corporação.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela condução das operações da CII. Para tal fim, exerce todos os poderes conferidos pelo Convênio Constitutivo da Corporação ou delegados pela Assembleia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a organização básica da CII, inclusive a quantidade das principais posições profissionais



Todos os poderes da CII estão investidos em sua Assembleia de Governadores, composta por um Governador e um Governador Suplente indicados por cada país membro.

e administrativas e suas responsabilidades gerais, além de aprovar o orçamento da CII. Os 13 membros efetivos e 13 membros suplentes da Diretoria Executiva têm mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da CII.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por quatro membros: um Diretor ou Diretor Suplente nomeado pelo país membro com maior quantidade de ações da CII, dois Diretores que representam os países membros em desenvolvimento da região e um Diretor que representa os demais países membros. Este comitê analisa todos os empréstimos e investimentos da CII em empresas localizadas nos países membros.

Administração

O presidente do BID é o Presidente *ex-officio* da Diretoria Executiva da CII e preside suas reuniões, mas só tem direito de voto em caso de empate. O presidente pode participar nas reuniões da Assembleia de Governadores da CII, mas não tem direito a voto.

Mediante recomendação de seu Presidente, a Diretoria Executiva nomeia o Gerente Geral da CII por maioria de quatro quintos dos votos. O Gerente Geral supervisiona os oficiais de investimentos e os funcionários da CII. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral de seu Presidente, o Gerente Geral conduz os negócios correntes da CII e, após consulta prévia à Diretoria Executiva e seu Presidente, é responsável pela organização, nomeação e demissão de oficiais de investimentos e funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, mas não tem direito a voto.

O Gerente Geral determina a estrutura operacional da CII e pode alterá-la conforme evoluam as necessidades da organização.



203 projetos

A CII gere uma carteira de 203 projetos com empresas e instituições financeiras.

Estrutura de remuneração em Washington, D.C.*

Grau	Cargo	Mínimo	Máximo	Funcionários		Média De Benefícios [†]
				No Nível Salarial	Salário Médio / Grau	
E2	Executivo	US\$ 269.639	US\$ 323.567	1,39%	US\$ 323.567	US\$ 126.191
E5	Executivo	196.732	245.915	1,39	245.049	95.569
1	Gerencial	159.319	231.012	11,1	178.384	69.570
2	Gerencial	138.726	208.088	2,8	161.790	63.098
3	Profissional	115.775	185.241	9,7	133.065	51.895
4	Profissional	101.865	162.984	20,8	113.976	44.451
5	Profissional	92.807	139.211	9,7	102.775	40.082
6	Profissional	82.874	124.311	6,9	85.705	33.425
7	Profissional	73.629	110.444	2,8	73.807	28.785
8	Profissional	64.588	96.882	11,1	73.010	28.474
9	Profissional	57.223	85.835	11,1	60.946	23.769
10	Administrativo	46.514	74.422	4,2	51.661	20.148
11	Administrativo	40.522	64.835	5,6	44.987	17.545
12	Administrativo	36.384	58.215	1,39	42.569	16.602
				100,0%		

*O pessoal regional é remunerado localmente de acordo com faixas salariais determinadas pelo BID.

†Inclui licenças, verbas rescisórias, seguro de vida e de saúde e outros benefícios não salariais: férias no país de origem, reembolso de impostos, viagens para nomeação, despesas de relocação e repatriação, salário família, auxílio para educação e benefícios de viagem a serviço.

Os membros da Diretoria Executiva da CII, inclusive Diretores Executivos, Diretores Executivos Suplentes, Conselheiros Sênior e Conselheiros, bem como o Presidente da Diretoria Executiva, são remunerados pelo BID. Informações em dezembro de 2009

Pessoal

Para cumprir sua missão multilateral, em 31 de dezembro de 2009 a CII tinha 107 posições autorizadas em seu quadro de pessoal. A CII conta com 24 funcionários em 11 países da região: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Os demais funcionários estão lotados na sede da CII, em Washington, D.C. Os funcionários da sede incluem 15 oficiais de investimentos, que trabalham diretamente na criação e desenvolvimento de novos projetos, e 10 funcionários encarregados de supervisão direta, em tempo integral, de uma carteira de 203 projetos com empresas e instituições financeiras. Esta supervisão inclui visitas anuais in loco.

Os demais funcionários prestam apoio às operações e estão lotados nas divisões de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, Finanças e Gestão de Risco e Legal, e nas unidades de Assuntos Institucionais, Crédito, Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional, Gestão e Supervisão de Carteira e Operações Especiais.

107 funcionários,

24 dos quais estão lotados em 11 países da região

medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro

A CII dá grande ênfase à transparência em suas operações de financiamento, que passam por um processo rigoroso de diligência devida e devem seguir práticas gerenciais sólidas. Em cada operação, a CII avalia os relatórios financeiros, controles e capacidade gerencial do beneficiário, inclusive os riscos cruciais a que ele pode estar exposto. Práticas corruptas, com as quais a CII tem uma política de tolerância zero, são um exemplo de tais riscos. A CII analisa os regulamentos sobre lavagem de dinheiro do país anfitrião e avalia a conformidade de cada instituição financeira com eles e a adequação de seus controles gerenciais e de captação de depósitos. Juntamente com seus pares do BID e do Fundo Multilateral de Investimentos do BID, os oficiais de investimentos e advogados envolvidos na criação e estruturação de projetos da CII recebem treinamento sobre diretrizes de integridade.

Com seu mecanismo antifraude, a CII integra as atividades do Escritório de Integridade Institucional e do Comitê de Supervisão sobre Fraude e Corrupção do BID, o que amplia a sinergia entre as duas instituições nessa área.

O Grupo do BID dispõe de telefones, e-mails e fax seguros para qualquer pessoa que deseje apresentar uma alegação de fraude ou corrupção ligada a qualquer atividade financiada por qualquer de suas instituições membros. Em www.iadb.org/topics/transparency/IAD/ estão disponíveis mais informações sobre as políticas do Grupo do BID contra a fraude e corrupção e sobre como informar casos suspeitos.

Desde 2008, o BID vem promovendo uma ampla reforma em seus sistemas de integridade. Para colaborar nesse esforço, foi contratado um grupo externo independente para analisar os sistemas atuais contra a fraude e corrupção. Em 2009 foi implementado um programa de trabalho para responder às recomendações do grupo. A CII participou dessas discussões e pretende adotar as recomendações pertinentes e implementar um mecanismo revisto, compatível com o do BID.

demonstrações financeiras auditadas

relatório dos auditores independentes

Corporação Interamericana de Investimentos

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

balanço patrimonial

EM MILHARES DE US\$ (EXCETO DADOS SOBRE AÇÕES)	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 99.012	\$ 111.326
Títulos e valores mobiliários		
Títulos para negociação	330.471	312.321
Títulos mantidos até o vencimento	125.135	156.273
Títulos disponíveis para venda	26.589	20.090
Investimentos		
Empréstimos concedidos	857.626	904.170
Menos provisão para perdas	(66.477)	(55.124)
	791.149	849.046
Participações societárias (US\$ 19.430 e US\$ 14.408 ao valor justo, respectivamente)	32.168	29.680
Total dos investimentos	823.317	878.726
Contas a receber e outros ativos	19.459	28.308
Total do ativo	\$ 1.423.983	\$ 1.507.044
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 16.387	\$ 24.869
Juros e taxas de compromisso a pagar	3.161	4.110
Captações de curto prazo	110.043	30.000
Captações e dívidas de longo prazo (US\$ 48.328 e US\$ 51.032 ao valor justo, respectivamente)	535.513	703.817
Total do passivo	665.104	762.796
Capital social		
Autorizado:		
70.590 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal de US\$ 10.000)		
Ações subscritas:		
70.590 e 70.480 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)	705.900	704.800
Menos subscrições a integralizar	(47.199)	(47.199)
	658.701	657.601
Lucros acumulados	109.292	104.081
Outros prejuízos abrangentes acumulados	(9.114)	(17.434)
Total do patrimônio líquido	758.879	744.248
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.423.983	\$ 1.507.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstração do resultado

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros	\$ 45.432	\$ 57.333
Comissões de abertura	984	1.198
Taxas de compromisso	88	110
Outras receitas	856	480
	<u>47.360</u>	<u>59.121</u>
Participações societárias		
Variações no valor contábil	2.151	(1.297)
Ganhos na venda	431	3.380
Dividendos e distribuições	165	148
Outras receitas	50	251
	<u>2.797</u>	<u>2.482</u>
Títulos e valores mobiliários	10.561	18.790
Serviços de consultoria, cofinanciamentos e outras receitas	2.595	3.030
Total das receitas	63.313	83.423
Despesas com captações e dívidas de longo prazo (descontadas as variações no valor justo dos respectivos instrumentos financeiros)	21.523	30.599
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	41.790	52.824
PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS	10.285	14.179
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	25.917	24.657
(Ganhos)/Perdas em operações cambiais, líquido	(41)	7
Total das despesas operacionais	25.876	24.664
Receita antes das atividades de assistência técnica	5.629	13.981
Atividades de assistência técnica	418	68
RESULTADO	\$ 5.211	\$ 13.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstração do resultado abrangente

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
RESULTADO	\$ 5.211	\$ 13.913
OUTRAS RECEITAS/(PERDAS) ABRANGENTES		
Ganhos/(Perdas) atuariais líquidos	12.388	(25.597)
Amortização de:		
Obrigações de transição	174	174
Custo de serviços anteriores	(4.536)	64
Outros	—	(11)
	8.026	(25.370)
Ganhos não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	294	90
RESULTADO ABRANGENTE	\$ 13.531	\$ (11.367)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstração das mutações no patrimônio líquido

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	LUCROS ACUMULADOS	OUTRAS RECEITAS/(PERDAS) ABRANGENTES ACUMULADAS	CAPITAL*	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2007	\$ 90.168	\$ 7.846	\$ 636.526	\$ 734.540
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008				
Resultado	13.913	—	—	13.913
Outros prejuízos abrangentes	—	(25.280)	—	(25.280)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	21.075	21.075
Em 31 de dezembro de 2008	\$ 104.081	\$ (17.434)	\$ 657.601	\$ 744.248
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009				
Resultado	5.211	—	—	5.211
Outros resultados abrangentes	—	8.320	—	8.320
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	1.100	1.100
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 109.292	\$ (9.114)	\$ 658.701	\$ 758.879

*Deduzidas as subscrições a integralizar

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

demonstração dos fluxos de caixa

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (127.977)	\$ (264.644)
Desembolsos relativos a participações societárias	(3.737)	(1.618)
Desembolsos de garantias	—	(8)
Amortização de empréstimos	191.370	132.262
Venda de participações societárias	3.832	15.539
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		
Vencimentos	20.081	20.000
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		
Compras	—	(20.000)
Vendas	5.459	—
Despesas de capital	(124)	(134)
Produto da recuperação de ativos	4.272	1.717
Caixa líquido gerado por/(aplicado em) atividades de investimento	\$ 93.176	\$ (116.886)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(Pagamentos)/Saques de captações, líquido	(106.174)	266.244
Subscrições de capital	1.100	21.075
Caixa líquido (aplicado em)/gerado por atividades de financiamento	\$ (105.074)	\$ 287.319
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	5.211	13.913
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado em atividades operacionais:		
Ganhos de capital realizados na venda de participações societárias	(462)	(2.981)
Variação em contas a receber e outros ativos	12.211	(2.933)
Variação no valor contábil de participações societárias	(2.120)	2.396
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	10.285	14.179
Ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários	(3.718)	(1.120)
Recuperação de participações societárias	—	(318)
Variação em contas a pagar e outras obrigações	(1.347)	2.039
Variação nos ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	(1.976)	(1.254)
Perdas/(Ganhos) não realizados com derivativos não especulativos	723	(578)
Variação no valor de captações pelo valor justo	(1.186)	817
Outros, líquido	1.176	606
	13.586	10.853
Títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(1.638.598)	(1.802.481)
Vendas, vencimentos e pagamentos	1.619.378	1.648.563
	(19.220)	(153.918)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	\$ (423)	\$ (129.152)
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	7	(1)
(Redução)/Aumento em disponibilidades, líquido	(12.314)	41.280
Disponibilidades em 1º de janeiro	111.326	70.046
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 99.012	\$ 111.326
Informações complementares:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 24.137	\$ 28.904
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento transferidos para disponíveis para venda	\$ 12.286	\$ —

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

OBJETIVO

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países membros, ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, e suas atividades operacionais são restritas a seus vinte e seis países membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (U.S. GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (Financial Accounting Standards Board) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês Accounting Standards Codification).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, USD ou US\$), que constitui a moeda funcional da Corporação.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. A administração utilizou, em grau considerável, seu próprio critério de decisão ao definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos e garantias, o valor justo dos empréstimos concedidos e dos investimentos em participações societárias, das captações e dos derivativos, bem como ao definir o custo líquido dos benefícios periódicos dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação.

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteiras, a Corporação investe em títulos de governos e entidades públicas, depósitos a prazo, commercial paper e instrumentos bancários, de acordo com suas próprias políticas quanto a prazo e risco de crédito. Os títulos de governos e de entidades públicas incluem títulos de dívida, notas, letras e outras obrigações de renda fixa, com elevada classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou por outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição e contabilizados na data da negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” inclui títulos e valores mobiliários adquiridos e detidos para revenda em futuro próximo. Eles

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

são declarados pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como receita de títulos e valores mobiliários. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como “mantidos até o vencimento” são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em outros resultados abrangentes acumulados. Os juros e dividendos sobre os títulos e valores mobiliários, a amortização de ágios e o acréscimo de descontos são incluídos em receita de títulos e valores mobiliários. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como “mantidos até o vencimento” e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado.

As variações em circunstâncias específicas podem fazer com que a Corporação altere sua decisão inicial de deter um determinado valor mobiliário até o vencimento, sem que isso afete sua intenção de deter outros valores mobiliários até o vencimento no futuro. No primeiro trimestre de 2009, a administração constatou uma deterioração significativa na qualificação de crédito de um determinado emissor. Esse fato é previsto no FASB ASC 320-10-25-6a, antes SFAS 115 *Contabilização de determinados investimentos em títulos representativos de dívida ou de capital (conforme alterado)*, como sendo uma mudança de circunstâncias que não pode ser considerada incongruente com a classificação original dos títulos e valores mobiliários. Assim sendo, esses valores mobiliários foram transferidos para a categoria “disponíveis para venda” e foram depois parcialmente vendidos, ao longo de março e abril de 2009. A nota explicativa nº 3 traz outras informações sobre essa transferência de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias, que incluem investimentos diretos e investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo LLP (Limited Liability Partnerships), são inicialmente contabilizadas ao valor de custo, que geralmente representa o valor justo do pagamento feito. São reconhecidos pelo custo, com a devida redução ao valor recuperável de ativos, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LLPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem influência significativa. O reconhecimento pelo valor justo é aplicado a investimentos de participação societária em LLPs onde a participação da Corporação não seja considerada de pouca monta.

Os valores contábeis dos empréstimos e das participações societárias são examinados periodicamente e, se necessário, ajustados para eventual redução ao valor recuperável dos ativos. A Corporação considera que um empréstimo exige tal redução quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não sejam recebidos todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Os investimentos em participações societárias são examinados no mínimo uma vez ao ano para apurar a necessidade de redução ao valor recuperável do ativo, com base nas informações financeiras mais recentes e com base em outros documentos disponíveis. Essas análises são subjetivas e baseadas em dados financeiros pertinentes, entre outros fatores. Também são levadas em consideração as tendências do setor de atividade de cada emissor, o histórico de desempenho das ações e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido, e o valor resultante passa a ser a nova base de custo do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram reversões de valor quando a participação societária é vendida.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Provisão para perdas com empréstimos — A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos, que aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados na rubrica de lucro líquido. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, considerando ainda a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

A provisão para perdas com empréstimos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis. A apuração de perdas prováveis identificadas representa a decisão mais criteriosa possível pela administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, incluindo, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados na data de vigência inicial do contrato de empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado observáveis. Dado o objetivo da Corporação, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares. A provisão para perdas com empréstimos atribuída ao restante da carteira de empréstimos, ou seja, perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis, é definida por uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em um processo de classificação de risco da carteira. Esse processo baseia-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive risco país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de co-obrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos.

Reconhecimento de receitas originárias de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões, exceto comissões de abertura de empréstimos, são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida, sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente é recebido.

As comissões de abertura de empréstimos e os custos diretos incrementais referentes à originação dos empréstimos concedidos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo, porque as comissões de abertura servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação do empréstimo. As eventuais diferenças a maior ou a menor entre as taxas de originação de empréstimo não restituíveis e os custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e as participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável de ativos, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável de ativos, são contabilizados como receita quando realizados. No caso das LLPs contabilizadas pelo valor justo, os dividendos são levados em consideração ao se avaliar o respectivo ativo líquido de investimento, e registrados como variações no valor contábil das participações societárias.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de compartilhamento de riscos, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país membro com o objetivo de aprimorar sua situação de crédito e permitir a realização de uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia, são consideradas vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira com terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos na garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar pagamentos futuros. A obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, a menos que um passivo contingente já exista ou seja previsto no curto prazo, sendo contabilizada pelo valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em outras obrigações. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em outros ativos no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. Essas reservas são incluídas na provisão para perdas em outras obrigações. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou da liberação da garantia.

Atividades de gestão de riscos: Derivativos não especulativos — A Corporação realiza operações com determinados derivativos para fins de gestão do risco financeiro. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar os juros desejados, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo dos derivativos relativos a captações são informadas como contrapartida por despesas de juros sobre as captações protegidas por hedging.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Ativo fixo — A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos não expressos em dólar dos Estados Unidos são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando os valores aproximados da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos no resultado.

Valor justo dos instrumentos financeiros — O FASB ASC 825-10-50-10, antes SFAS 107, *Divulgação de valor justo de instrumentos financeiros*, e o FASB ASC 820-10-15-1, antes SFAS 157, *Mensuração do valor justo*, exigem que as pessoas

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e a mensuração do valor justo, quer esses valores sejam ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

O FASB ASC 820-10-15-3a define “valor justo” como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma operação regular entre participantes do mercado, na data de mensuração.

Para definir o valor justo, vários métodos de avaliação são utilizados pela Corporação, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. O FASB ASC 820-10-50-2 estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- Nível 1 — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Corporação tenha acesso. Os reajustes de avaliação e os descontos por blocos não são aplicados aos instrumentos do Nível 1. Como as avaliações são baseadas em preços cotados, disponíveis de forma pronta e regular no mercado ativo, a avaliação desses produtos não acarreta nenhum grau significativo de decisão pontual.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários que são negociados de forma ativa e alguns outros títulos soberanos.

- Nível 2 — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados não ativos ou em mercados para os quais todos os dados significativos sejam direta ou indiretamente observáveis.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, contratos de derivativos, determinados empréstimos estruturados e financiamentos concedidos a empresas.

- Nível 3 — Avaliações baseadas em dados não observáveis e relevantes para a mensuração geral do valor justo.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos a empresas e investimentos em participações societárias (private equity).

Como não seria viável estimar o valor justo de muitos dos empréstimos feitos a empresas pela Corporação, e em atendimento ao que preconiza o FASB ASC 825-10-50-16, são fornecidas outras informações pertinentes à mensuração do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos.

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como por exemplo o tipo do produto ou outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação do valor se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um nível maior de decisão pontual. Dessa forma, aumenta o nível de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração do valor justo podem ser classificados em diferentes níveis de hierarquia do valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração do valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja relevante para a mensuração integral do valor justo.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O cálculo do valor justo para muitos instrumentos financeiros é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, as curvas de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o FASB ASC 820-10, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (credit default swaps) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: A Corporação implantou um método para mensurar o valor justo dos empréstimos a determinadas instituições financeiras, concedidos através de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais estejam disponíveis dados informativos tanto observáveis como não observáveis, e essa metodologia requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimar o valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre os empréstimos concedidos contabilizados pelo valor justo.

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LLPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LLPs contabilizadas pelo valor justo.

Contratos de derivativos: Os contratos de derivativos incluem contratos de “swap” e de opções, relacionados a taxas de juros. O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. Os modelos de formação de preços utilizados não acarretam nenhum nível significativo de subjetividade, pois os métodos empregados não exigem decisão pontual relevante, já que os dados são observados a partir de mercados com cotações ativas, como é o caso dos contratos de opções e de “swap” de taxas de juros em geral. Todos os derivativos avaliados pela Corporação empregam modelos de

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

formação de preços classificados nessa categoria e são incluídos no Nível 2 da hierarquia de valor justo. O valor justo estimado para os derivativos é apresentado na nota explicativa nº 9.

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. A nota explicativa nº 9 informa o valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo.

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, conforme alterado, são totalmente isentos de tributos e de tarifas alfandegárias.

Novas regras para informações financeiras e contábeis — Em julho de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 105-10-70-2, antes SFAS 168, *Codificação de normas contábeis e a hierarquia de princípios contábeis geralmente aceitos, em substituição ao pronunciamento FASB nº 162*. A Codificação é a fonte dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos que são oficialmente reconhecidos pelo FASB para aplicação em entidades não governamentais. As normas e interpretações emitidas pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos, conforme a competência que lhe é conferida por leis federais sobre o mercado de capitais, também são fontes oficiais de reconhecimento de princípios contábeis geralmente aceitos para as empresas com registro em tal órgão. A partir de sua entrada em vigor, a Codificação substituiu todas as normas contábeis e de relatórios então existentes, que não sejam da SEC. Perderam o caráter oficial todas as outras regras contábeis não incluídas na Codificação, com exceção de regras emitidas pela SEC e com exceção de isenções ou exceções aplicáveis a casos específicos remanescentes. A Codificação aplica-se obrigatoriamente a demonstrações financeiras anuais de final de exercício e períodos intermediários com data posterior a 15 de setembro de 2009. A Corporação adotou o disposto na Codificação para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2009. Não houve impacto sobre os resultados financeiros já que a alteração afeta apenas a divulgação.

Em junho de 2009, foi emitido o FASB ASC 810-10-15-13, antes SFAS 167, *Alterações na interpretação do FASB nº 46(R)*. O objetivo do FASB com a emissão desse Tópico é aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras por empresas com diferentes níveis de participação em diferentes entidades. Esse projeto foi empreendido pelo FASB para: (1) tratar dos efeitos sobre determinadas disposições do FASB ASC 810-10-05, antes Interpretação FASB nº 46 (revisada em dezembro de 2003), *Consolidação de entidades com participações variáveis*, como resultado da eliminação do conceito restritivo de sociedade de propósito específico no FASB ASC 860-40-15-1, antes Pronunciamento nº 166 do FASB, *Contabilização de transferências de ativos financeiros*, e (2) tratar de dúvidas intrínsecas sobre a aplicação de determinadas disposições-chave do FASB ASC 810-10-05, inclusive onde a contabilização e as divulgações nem sempre oferecem informações úteis e em tempo oportuno sobre o envolvimento de uma empresa em entidades com participações variáveis. Esse Tópico entra em vigor no início do primeiro exercício anual de cada declarante em pauta, com data inicial após 15 de novembro de 2009, para períodos intermediários dentro de tal primeiro exercício e para períodos intermediários e anuais de prestação de contas que se seguirem. A aplicação antecipada não é permitida. Não é previsto nenhum impacto relevante desse Tópico sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em junho de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 860-10-05-1, antes SFAS 166, *Contabilização de transferências de ativos financeiros, como alteração do pronunciamento nº 140 do FASB*. Com a emissão desse Tópico, o FASB tem como objetivo aprimorar a relevância, a fidelidade de reconhecimento e a possibilidade de comparação das informações fornecidas pela empresa declarante em suas demonstrações financeiras, com respeito a: transferência de ativos financeiros, efeitos da transferência sobre sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, e eventual persistência de envolvimento do cedente nos ativos financeiros transferidos. O FASB empreendeu esse projeto para: (1) abordar práticas surgidas desde a emissão do FASB ASC 860-10-05-1, antes SFAS 140, *Contabilização de transferências*

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

e administração de ativos financeiros e extinção de passivos, sem consonância com a intenção original e as principais exigências de tal Tópico, e (2) abordar dúvidas de usuários de demonstrações contábeis sobre a manutenção nas demonstrações contábeis dos cedentes de muitos ativos financeiros (e respectivas obrigações) que foram cancelados. Esse Tópico terá aplicação obrigatória a partir do início de cada exercício anual da Corporação após 15 de novembro de 2009, para períodos intermediários dentro de tal primeiro exercício e para períodos intermediários e anuais de prestação de contas que se seguirem. A aplicação antecipada não é permitida. Não é previsto nenhum impacto relevante desse Tópico sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em maio de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 855-10-25-1, antes SFAS 165, *Eventos subsequentes*. O objetivo desse Tópico é estabelecer normas contábeis gerais para eventos e respectiva divulgação que ocorram após a data do balanço mas antes da emissão ou disponibilidade para emissão das demonstrações financeiras. Em especial, o teor desse Tópico define: (a) o período após a data do balanço durante o qual a administração de uma entidade declarante deverá avaliar eventos ou operações que eventualmente ocorram, para uma possível necessidade de reconhecimento ou divulgação nas demonstrações financeiras, (b) as circunstâncias sob as quais uma entidade deverá reconhecer em suas demonstrações financeiras os eventos ou as operações que ocorram após a data do balanço e (c) as informações que uma entidade deverá divulgar sobre os eventos ou as operações que ocorram após a data do balanço. Em consonância com esse Tópico, a Corporação deverá obedecer a suas exigências nos exercícios anuais ou intermediários encerrados após 15 de junho de 2009. Esse Tópico não teve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação, e a divulgação exigida consta na nota explicativa nº 13.

Em abril de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 820-10-65-4, antes FASB Staff Position (FSP) FAS 157-4, *A definição do valor justo quando o volume e o nível de atividades do ativo ou passivo sofreram decréscimo significativo e a identificação de operações irregulares*. Esse Tópico afirma que a definição do valor justo para mercado sem atividade de um ativo inclui: (a) o preço que seria recebido na venda do ativo em uma operação regular, (b) os fatores adicionais para esclarecer e definir se houve um decréscimo significativo na atividade de mercado para um ativo quando o mercado em pauta não tem atividade e (c) a eliminação da suposição proposta de que todas as operações sofreram problemas (irregulares), salvo prova em contrário. Esse Tópico exige que cada entidade baseie sua conclusão sobre a possível irregularidade de uma operação em provas comprovadas, oferece orientação adicional para a estimativa do valor justo quando houver um declínio significativo na atividade de mercado de um ativo e estipula que cada entidade informe toda alteração na técnica de avaliação (e nos respectivos dados de cômputo) resultante da aplicação a todas as mensurações de valor justo, onde cabível. O FASB ASC 820-10-65-4 tem aplicação prospectiva obrigatória, e sua aplicação retroativa não é permitida. Entra em vigor para os exercícios intermediários e anuais encerrados após 15 de junho de 2009, com adoção antecipada permitida para exercícios encerrados após 15 de março de 2009. Não houve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais e fluxos de caixa da Corporação.

Em abril de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 320-10-65-1, antes FSP FAS 115-2 e FAS 124-2, *Reconhecimento e apresentação de reduções não temporárias ao valor recuperável de ativos*. Esse Tópico altera as diretrizes existentes sobre a definição do caráter temporário ou não temporário de uma redução ao valor recuperável de título de dívida. Substitui a exigência existente, de que a administração da entidade declare que tenciona deter e é capaz de deter um título com problemas até sua recuperação, por uma exigência de que a administração declare: (a) que não tem a intenção de vender o título e (b) que é maior a probabilidade de que não venderá o título antes da recuperação de sua base de custo. Esse Tópico exige que a entidade reconheça os prejuízos não estritamente relacionados ao crédito (non-credit losses), referentes a títulos de dívida mantidos até o vencimento, na conta de outros resultados abrangentes, e ainda que ela amortize o respectivo montante ao longo do prazo restante do valor mobiliário, em termos de perspectiva futura, com a respectiva compensação do valor contabilizado do ativo, a não ser que o valor mobiliário seja depois vendido ou que ocorram outros prejuízos de crédito. O Tópico especifica ainda que as entidades devem indicar o total da redução

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

não temporária ao valor recuperável em sua demonstração do resultado, com a compensação do montante reconhecida em outros resultados abrangentes. No período inicial de implantação, o FASB ASC 320-10-65-1 exige que a entidade contabilize um reajuste com efeito cumulativo para que o componente não estritamente ligado a crédito de uma redução ao valor recuperável previamente contabilizada como não temporária seja reclassificado, com a mudança de lucros acumulados para outros resultados abrangentes acumulados, nos seguintes casos: (a) se a entidade não tem a intenção de vender o título e (b) se for maior a probabilidade de que ela não precisará vender o título antes da recuperação. Esse Tópico entra em vigor para os exercícios intermediários e anuais encerrados após 15 de junho de 2009, com adoção antecipada permitida para exercícios encerrados após 15 de março de 2009. Não houve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais e fluxos de caixa da Corporação.

Em dezembro de 2008, o FASB ASC 715-20-65-2, antes FASB Staff Position 132(R)-1, alterou o Pronunciamento 132(R) do FASB, *Divulgações por empregadores sobre pensões e outros benefícios pós-aposentadoria*. O FASB ASC 715-20-65-2 traz diretrizes sobre a forma como os empregadores devem divulgar os ativos dos planos de benefícios definidos ou outros planos pós-aposentadoria, que seriam similares a divulgações sobre mensurações de valor justo nos termos do FASB ASC 820-10-15. Também inclui um aditamento técnico, exigindo que toda sociedade de capital fechado divulgue o custo líquido de benefícios periódicos para cada exercício anual em que seja apresentada a demonstração de resultado. As divulgações de ativos de planos que esse Tópico exige serão aplicáveis para os exercícios encerrados após 15 de dezembro de 2009. A Corporação adotou o disposto nesse Tópico para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Não houve nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, nem sobre os resultados operacionais e fluxos de caixa da Corporação.

Em março de 2008, o FASB emitiu o FASB ASC 815-10-50-4, antes SFAS 161, *Divulgações sobre instrumentos derivativos e atividades de hedge*. Esse Tópico exige divulgações mais detalhadas sobre derivativos e atividades de hedge, para maior clareza de seus efeitos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da declarante. A Corporação adotou o disposto no FASB ASC 815-10-50-4 no primeiro trimestre de 2009. Não houve impacto sobre os resultados financeiros, já que a alteração refere-se apenas a divulgação.

Em acréscimo, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, o FASB emitiu ou aprovou atualizações de normas contábeis. A Corporação examinou as novas diretrizes e as incorporou, conforme apropriado, sem nenhum impacto relevante sobre a posição financeira, nem sobre os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

3. INVESTIMENTO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da receita líquida de investimentos em títulos e valores mobiliários, conforme a fonte:

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Receitas de juros	\$ 8.753	\$ 13.195
Ganhos líquidos realizados	2.880	4.475
Variação líquida em (perdas)/ganhos não realizados	(1.072)	1.120
	\$ 10.561	\$ 18.790

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Títulos privados	\$ 280.106	\$ 277.198
Fundos de investimento	50.365	35.123
	\$ 330.471	\$ 312.321

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Títulos privados	\$ 26.589	\$ 20.090
	\$ 26.589	\$ 20.090

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o custo amortizado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda totalizou US\$ 26.206 e US\$ 20.000, respectivamente.

Em março de 2009, a administração comprovou a existência de deterioração significativa na classificação de crédito de um emissor. Como resultado, alguns títulos classificados como mantidos até o vencimento, com um custo amortizado de aproximadamente US\$ 12.367, foram reclassificados como disponíveis para venda. Posteriormente, a Corporação vendeu alguns desses títulos. O custo amortizado dos títulos e valores mobiliários vendidos atingiu aproximadamente US\$ 6.162, com uma perda realizada de aproximadamente US\$ 702.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Corporação não registra perdas não realizadas na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Essa carteira inclui dois títulos com vencimento de até vinte e quatro meses.

Custo amortizado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Títulos privados	\$ 72.239	\$ 83.458
Obrigações de governos e de agências públicas	52.896	72.815
	\$ 125.135	\$ 156.273

Foi incluído na rubrica de títulos privados um certificado de depósito não negociável, emitido em pesos mexicanos, no valor aproximado de US\$ 25.257, que somente poderá ser liquidado a partir de novembro de 2010. Esse certificado é um ativo de desenvolvimento, assim aprovado e monitorado. O valor justo desse instrumento financeiro, indicado no quadro abaixo, foi apurado com base em outros dados observáveis significativos. A rubrica de títulos privados também inclui um título de US\$ 40.983 correspondente a outro ativo de desenvolvimento, assim aprovado e monitorado, com características similares a outros títulos e valores mobiliários de investimento, mantidos até o vencimento.

Valor justo dos títulos e valores mobiliários de investimento, mantidos até o vencimento:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO DE 2009		
	CUSTO AMORTIZADO	(PERDAS)/GANHOS NÃO REALIZADOS	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 72.239	\$ (1.059)	\$ 71.180
Obrigações de governos e de agências públicas	52.896	2.811	55.707
	\$ 125.135	\$ 1.752	\$ 126.887

Cronograma de vencimentos dos títulos e valores mobiliários de investimento mantidos até o vencimento:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Inferior a 12 meses	\$ 31.238	\$ 20.033
Entre 12 e 24 meses	46.914	36.016
Acima de 24 meses	46.983	100.224
	\$ 125.135	\$ 156.273

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em 31 de dezembro de 2009, a administração apurou que um investimento da carteira de investimentos mantidos até o vencimento atingia perdas não realizadas no valor de US\$ 1.574 (US\$ 961 em 31 de dezembro de 2008), constando como perda não realizada há mais de doze meses. A administração da Corporação confirma que não pretende vender o título e que é mais provável não ser necessário vendê-lo antes da recuperação de sua base de custo.

4. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Corporação monitora suas carteiras de empréstimos em aberto e de participações societárias no tocante à concentração geográfica dos riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2009, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram: Brasil, Colômbia e Chile (Brasil, Peru e Chile em 31 de dezembro de 2008). Em 31 de dezembro de 2009, os empréstimos em moeda local em aberto totalizavam US\$ 151.972 (os empréstimos em moeda local totalizaram US\$ 133.929 em 31 de dezembro de 2008). Uma das maiores exposições da Corporação é denominada Regional e consiste basicamente em fundos multinacionais de investimento em participações societárias (private equity).

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira ativa por país e por setor:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO					
	2009			2008		
	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES	TOTAL
Brasil	\$ 125.716	\$ —	\$ 125.716	\$ 147.049	\$ —	\$ 147.049
Colômbia	114.590	460	115.050	115.334	429	115.763
Chile	101.946	1.775	103.721	113.129	2.683	115.812
Peru	99.515	—	99.515	126.408	—	126.408
México	63.581	11.167	74.748	67.869	7.047	74.916
Regional	41.781	16.968	58.749	36.866	17.722	54.588
Argentina	53.602	1.061	54.663	45.263	1.061	46.324
Equador	42.875	—	42.875	49.338	—	49.338
Panamá	31.666	—	31.666	36.270	—	36.270
Nicarágua	31.407	—	31.407	32.392	—	32.392
Paraguai	29.255	—	29.255	26.126	—	26.126
Costa Rica	27.745	—	27.745	30.846	—	30.846
El Salvador	25.698	—	25.698	19.186	—	19.186
Jamaica	11.425	—	11.425	4.216	—	4.216
Guatemala	11.421	—	11.421	10.000	—	10.000
Haiti	10.281	—	10.281	—	—	—
República Dominicana	7.538	—	7.538	3.077	—	3.077
Estado Plurinacional da Bolívia	7.239	—	7.239	10.608	—	10.608
Belize	6.000	—	6.000	5.624	—	5.624
Honduras	5.321	—	5.321	8.519	—	8.519
Uruguai	3.851	—	3.851	10.050	—	10.050
Suriname	3.373	—	3.373	4.000	—	4.000
Guiana	1.800	140	1.940	2.000	140	2.140
Trinidad e Tobago	—	597	597	—	598	598
	\$ 857.626	\$ 32.168	\$ 889.794	\$ 904.170	\$ 29.680	\$ 933.850
Serviços financeiros	\$ 600.400	\$ 5.227	\$ 605.627	\$ 662.810	\$ 5.227	\$ 668.037
Agricultura e agronegócios	52.713	—	52.713	57.426	—	57.426
Serviços públicos e infra-estrutura	40.169	—	40.169	29.186	—	29.186
Fundos de investimento	—	26.941	26.941	—	24.453	24.453
Manufatura em geral	25.285	—	25.285	23.926	—	23.926
Produtos químicos e plásticos	20.411	—	20.411	11.385	—	11.385
Aquacultura e pesca	20.180	—	20.180	24.518	—	24.518
Alimentos, engarrafamento e bebidas	20.167	—	20.167	19.007	—	19.007
Têxteis, confecções e couro	19.970	—	19.970	23.294	—	23.294
Pecuária e avicultura	13.357	—	13.357	7.113	—	7.113
Petróleo e mineração	10.000	—	10.000	1.818	—	1.818
Madeira, papel e celulose	8.478	—	8.478	12.830	—	12.830
Educação	6.819	—	6.819	8.390	—	8.390
Transporte e armazenamento	3.364	—	3.364	3.888	—	3.888
Turismo e hotelaria	2.740	—	2.740	3.725	—	3.725
Tecnologia, comunicações e nova economia	283	—	283	347	—	347
Serviços não financeiros	154	—	154	190	—	190
Saúde	25	—	25	72	—	72
Zonas de processamento industrial	—	—	—	4.064	—	4.064
Diversos	13.111	—	13.111	10.181	—	10.181
	\$ 857.626	\$ 32.168	\$ 889.794	\$ 904.170	\$ 29.680	\$ 933.850

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Empréstimos e investimentos em participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Empréstimos concedidos	\$ 112.964	\$ 81.724
Participações societárias	10.113	12.445
	\$ 123.077	\$ 94.169

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. A carteira de empréstimos com taxas fixas de juros totalizou US\$ 281.160 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 255.787 em 31 de dezembro de 2008).

Os empréstimos em atraso para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 36.812 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 13.985 em 31 de dezembro de 2008). Os juros recebidos sobre empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 totalizaram US\$ 768 (US\$ 1.103 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008). As receitas financeiras relativas a empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 totalizaram US\$ 1.091 (US\$ 841 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008).

Cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO			
	2009		2008	
	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO
Até um ano	\$ 323.400	4,32%	\$ 193.060	5,54%
De um a cinco anos	478.428	4,72%	672.257	6,47%
Após cinco e até onze anos	55.798	7,57%	38.853	8,41%
	\$ 857.626		\$ 904.170	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos totalizou US\$ 31.160 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2008). O investimento médio em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de US\$ 16.126 (US\$ 1.046 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foi de US\$ 18.131 e US\$ 1.092, respectivamente. Em 2009, a administração apurou a existência de problemas em duas reestruturações de dívidas na carteira de empréstimos concedidos. Após realizar uma análise do fluxo de caixa descontado, a Corporação constatou a redução no valor recuperável dos investimentos e contabilizou um aumento de US\$ 3.550 na provisão, em 31 de dezembro de 2009.

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos e garantias:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO					
	2009			2008		
	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro	\$ 55.124	\$ —	\$ 55.124	\$ 39.481	\$ 72	\$ 39.553
Baixa contábil, líquida	(2.510)	—	(2.510)	—	(10)	(10)
Recuperações	3.573	5	3.578	1.401	1	1.402
Provisão/(Crédito) para perdas	10.290	(5)	10.285	14.242	(63)	14.179
Saldo em 31 de dezembro	\$ 66.477	\$ —	\$ 66.477	\$ 55.124	\$ —	\$ 55.124

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS

Resumo de contas a receber e outros ativos:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Outros ativos circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 8.351	\$ 10.417
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	1.761	2.552
Outros valores circulantes a receber	1.560	665
	<u>11.672</u>	<u>13.634</u>
Outros ativos não circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	6.493	10.624
Líquido a receber de vendas de participações societárias	266	914
Outros ativos não circulantes	1.028	3.136
	<u>7.787</u>	<u>14.674</u>
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 19.459	\$ 28.308

A rubrica juros a receber sobre empréstimos concedidos do ativo não circulante inclui os juros auferidos sobre os empréstimos para os quais o pagamento de juros ocorrerá no vencimento ou no cancelamento do empréstimo.

6. CONTAS A PAGAR E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Resumo das contas a pagar e outras obrigações:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Benefícios a funcionários, a pagar	\$ 3.607	\$ 3.392
Obrigações líquidas do Plano de Pensões	3.324	8.563
Receitas diferidas	3.289	3.290
Obrigações líquidas do PBPA	2.266	7.029
Contas a pagar	1.517	1.467
Contas a pagar a outras entidades do Grupo do BID	586	285
Outras obrigações	1.798	843
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 16.387	\$ 24.869

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as obrigações líquidas do Plano de Pensões e do PBPA refletem a situação de déficit dos Planos. Vide nota explicativa nº 16.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

7. CAPTAÇÕES E DÍVIDAS DE LONGO PRAZO

Captações e dívidas de longo prazo em aberto, por moeda:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	2009		2008	
Captações e dívidas de longo prazo (por moeda)	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO
Dólar dos EUA	\$ 470.000	1,96%	\$ 575.000	3,07%
Peso colombiano	73.307	7,35%	66.857	9,35%
Peso mexicano	36.737	6,35%	34.701	9,05%
Real brasileiro	43.094	10,64%	32.103	11,88%
Nuevo Sol peruano	17.072	6,47%	16.241	6,45%
Euro	3.844	3,26%	4.191	4,61%
Peso argentino	3.175	9,15%	3.692	9,57%
	\$ 647.229		\$ 732.785	
Ajustes ao valor justo	(1.673)		1.032	
Captações de curto prazo	(110.043)		(30.000)	
	\$ 535.513		\$ 703.817	

Há uma linha de crédito disponível para a Corporação no BID, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008 a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso e podem ser renovadas. A Corporação tem o direito de utilizar tal linha de crédito até novembro de 2010. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2009 uma linha de crédito stand-by de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AAA, com direito a utilizá-la até julho de 2011. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 447.218.

Os saldos em aberto das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2009 correspondem a linhas de crédito a prazo e crédito rotativo.

A Corporação também inclui na categoria de dívidas de longo prazo as seguintes emissões de títulos e notas:

Em 14 de dezembro de 2005, a Corporação emitiu títulos em moeda local, remunerados à taxa de Certificado de Depósito (DTF) + 0,42% (Série A) e conforme a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) + 1,62% (Série C), no valor de 150 bilhões de pesos colombianos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2010. O produto da emissão destinou-se integralmente ao financiamento a pequenas e médias empresas da Colômbia. Os juros sobre os títulos são devidos trimestralmente e no vencimento. Os títulos são negociáveis na Bolsa de Valores da Colômbia. Eles representam obrigações quirografárias da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive reclamações de outros credores gerais. As notas não são resgatáveis antes do vencimento, e os contratos não contêm cláusulas restritivas.

Em 27 de novembro de 2007, a Corporação emitiu notas à taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio (TIIE) menos 0,06%, em moeda local, no montante de 480 milhões de pesos mexicanos, antes dos custos de subscrição inicial e de outros custos de emissão, com vencimento em 2010. O produto da emissão destinou-se ao financiamento de reinvestimento nos mercados locais. Os juros sobre as notas são devidos mensalmente e no vencimento. As notas são negociáveis na Bolsa Mexicana de Valores. Elas representam obrigações quirografárias da Corporação, classificadas em condições de igualdade quanto a direitos de preferência no pagamento com todos os títulos de dívida atuais e futuros, inclusive reclamações de outros credores gerais. As notas não são resgatáveis antes do vencimento.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Cronograma de vencimentos das captações e dos títulos em aberto, por tipo de dívida:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	2010	2011	2012	2013	ATÉ 2023
Captações	\$ —	\$ 107.959	\$ 141.736	\$ 107.197	\$ 178.621
Títulos e notas	110.043	—	—	—	—
	\$ 110.043	\$ 107.959	\$ 141.736	\$ 107.197	\$ 178.621

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Corporação aumentou para US\$ 705,9 milhões, mediante resoluções de aumento de capital de US\$ 500 milhões e de US\$ 2,2 milhões aprovadas em 1999 e em 2008, respectivamente. Com essas duas resoluções, foi alocado um total de US\$ 502,2 milhões para subscrição pelos países membros durante os prazos de subscrição. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos.

Algumas parcelas de subscrição de capital devidas pelo aumento de capital de US\$ 500 milhões em 1999 não foram pagas conforme o cronograma de vencimento original. A Corporação estabeleceu novos prazos, aprovados por unanimidade pela Assembleia de Governadores em 2008, e continua a atuar com seus países membros a esse respeito. As subscrições com integralização pendente para o aumento de capital de 1999 totalizam US\$ 46,1 milhões. É prevista a integralização de todas as ações conforme os aumentos de capital aprovados.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro a seguir mostra o capital subscrito, as subscrições de capital a integralizar e as ações antecipadas pendentes de emissão:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	TOTAL		SUBSCRIÇÕES A RECEBER DE MEMBROS	PAGAMENTOS POR CONTA DE SUBSCRIÇÕES PENDENTES
	CAPITAL SOCIAL	SUBSCRITO		
AÇÕES	MONTANTE			
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ —	\$ —
Argentina	7.767	77.670	—	—
Áustria	345	3.450	—	—
Bahamas	144	1.440	—	—
Barbados	101	1.010	—	—
Bélgica	169	1.690	—	—
Belize	101	1.010	—	—
Brasil	7.767	77.670	—	—
Chile	2.003	20.030	—	—
Colômbia	2.003	20.030	—	—
Costa Rica	314	3.140	1.100	—
Dinamarca	1.071	10.710	—	—
El Salvador	314	3.140	—	—
Equador	420	4.200	—	—
Espanha	2.393	23.930	—	—
Estado Plurinacional da Bolívia	624	6.240	—	—
Estados Unidos	17.600	176.000	46.099	—
Finlândia	393	3.930	—	—
França	2.162	21.620	—	—
Guatemala	420	4.200	—	—
Guiana	120	1.200	—	—
Haiti	314	3.140	—	—
Honduras	314	3.140	—	—
Israel	173	1.730	—	—
Itália	2.162	21.620	—	—
Jamaica	420	4.200	—	—
Japão	2.393	23.930	—	—
México	5.000	50.000	—	—
Nicarágua	314	3.140	—	—
Noruega	393	3.930	—	—
Países Baixos	1.071	10.710	—	—
Panamá	314	3.140	—	—
Paraguai	314	3.140	—	—
Peru	2.003	20.030	—	—
Portugal	182	1.820	—	—
República Bolivariana da Venezuela	4.311	43.110	—	—
República da Coreia	110	1.100	—	—
República Dominicana	420	4.200	—	—
República Popular da China	110	1.100	—	—
Suécia	393	3.930	—	—
Suíça	1.071	10.710	—	—
Suriname	101	1.010	—	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	—	—
Uruguai	828	8.280	—	—
Total 2009	70.590	\$ 705.900	\$ 47.199	\$ —
Total 2008	70.480	\$ 704.800	\$ 47.199	\$ —

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

9. MENSURAÇÕES E VARIAÇÕES DE VALOR JUSTO

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base em hierarquia de valor justo que obedece ao FASB ASC 820-10-50-2. A nota explicativa nº 2 apresenta as políticas da Corporação sobre essa hierarquia.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo contido apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade pelo valor justo, em 31 de dezembro de 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS, COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 347.074	\$ 347.074	\$ —	\$ —
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	9.986	9.986	—	—
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	19.430	—	—	19.430
PASSIVO				
Captações	(48.328)	—	(48.328)	—
Contratos de derivativos	(135)	—	(135)	—

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo contido apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade pelo valor justo, em 31 de dezembro de 2008:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS, COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 287.425	\$ 287.425	\$ —	\$ —
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	44.986	44.986	—	—
Sociedades de responsabilidade limitada – LLPs*	14.408	—	—	14.408
Contratos de derivativos	926	—	926	—
PASSIVO				
Captações	(51.032)	—	(51.032)	—

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	OUTROS GANHOS E (PERDAS)	DESPESAS DE JUROS SOBRE OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO	TOTAL DAS VARIAÇÕES DO VALOR JUSTO INCLUÍDAS NO LUCRO DO EXERCÍCIO
ATIVO			
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	\$ 2.152	\$ —	\$ 2.152
Títulos privados e outras dívidas	2.894	—	2.894
Títulos soberanos, exceto dos Estados Unidos	50	—	50
PASSIVO			
Captações	2.559	(1.373)	1.186
Contratos de derivativos	(858)	—	(858)

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	OUTROS GANHOS E (PERDAS)	DESPESAS DE JUROS SOBRE OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO	TOTAL DAS VARIAÇÕES DO VALOR JUSTO INCLUÍDAS NO LUCRO DO EXERCÍCIO
ATIVO			
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	\$ (1.297)	\$ —	\$ (1.297)
Títulos privados e outras dívidas	6.958	—	6.958
Títulos soberanos, exceto dos Estados Unidos	42	—	42
Contratos de derivativos	779	—	779
PASSIVO			
Captações	(337)	(1.930)	(2.267)

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Variações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade conforme o valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	MENSURAÇÕES DE VALOR JUSTO PARA LLPs USANDO DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
Em 1º de janeiro de 2009	\$ 14.408
Variação no ativo líquido, por ganhos líquidos	2.152
Distribuições recebidas	(421)
Outros investimentos	3.291
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 19.430
Em 1º de janeiro de 2008	\$ 19.532
Variação no ativo líquido, por perdas líquidas	(1.297)
Distribuições recebidas	(4.944)
Outros investimentos	1.117
Em 31 de dezembro de 2008	\$ 14.408

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados pelo valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza líquida ou de curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber — clientes, Contas a receber — outros, e Contas a pagar — outros.

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Para divulgação, a Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável à avaliação de valor justo de sua carteira de empréstimos concedidos. Em 31 de dezembro de 2009, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais os juros acumulados, foi de US\$ 244.773 (US\$ 260.224 em 31 de dezembro de 2008), e seu valor justo estimado foi de US\$ 244.670 (US\$ 251.470 em 31 de dezembro de 2008). A administração considerou que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2009, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 621.691 (US\$ 652.690 em 31 de dezembro de 2008). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo acima citado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

As captações e dívida de longo prazo da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo conforme o FASB ASC 825-10-50-25, antes SFAS 159 *Opção do valor justo*. O valor justo das captações e dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2009, o valor contábil das captações e dívida de longo prazo, mais os juros acumulados, da Corporação era de aproximadamente US\$ 7.216 acima de seu valor justo (US\$ 7.096 em 31 de dezembro de 2008). Em 31 de dezembro de 2009, o valor justo estimado para as captações com taxa de juros fixa foi de US\$ 94.991 (US\$ 90.663 em 31 de dezembro de 2008), e o valor justo estimado para os títulos emitidos na Colômbia foi de US\$ 73.215 (US\$ 67.097 em 31 de dezembro de 2008). Os valores contábeis para as demais captações e dívida de longo prazo se aproximam de seus respectivos valores justos.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo menos desvalorização foi de US\$ 12.738 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 15.272 em 31 de dezembro de 2008). Para alguns desses investimentos — LLPs com valor contábil total de US\$ 7.512 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 10.045 em 31 de dezembro de 2008) — o valor justo estimado foi de US\$ 13.962 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 14.967 em 31 de dezembro de 2008). O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 19.430 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 14.408 em 31 de dezembro de 2008). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, incluído na rubrica variações no valor contábil de investimentos em participações societárias por variação em ganhos líquidos não realizados, com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 2.121 (US\$ 2.769 em perdas líquidas não realizadas em 31 de dezembro de 2008). O valor justo dos investimentos em LLPs foi apurado com base no valor do respectivo patrimônio líquido estimado. Para esse tipo de investimento, o patrimônio líquido corresponde à melhor estimativa do valor justo. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LLP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LLP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no patrimônio líquido quando se torna aparente uma diferença significativa entre o valor justo e o valor do patrimônio líquido.

10. DERIVATIVOS

A localização no balanço patrimonial e o valor justo dos derivativos não designados como instrumentos de hedge nos termos do FASB ASC 815-10-50-4Bc2, antes SFAS 133 *Contabilização de instrumentos derivativos e atividades de hedge*, são:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	2009		2008	
	RUBRICA NO BALANÇO	VALOR JUSTO	RUBRICA NO BALANÇO	VALOR JUSTO
Contratos de juros	Outros passivos	\$ 135	Outros ativos	\$ 926

Efeito dos derivativos sobre a demonstração do resultado:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	2009		2008	
	RUBRICA DE GANHOS OU PERDAS RECONHECIDOS EM RECEITA DE DERIVATIVOS	MONTANTE DE GANHOS OU (PERDAS) RECONHECIDO EM RECEITA DE DERIVATIVOS	RUBRICA DE GANHOS OU PERDAS RECONHECIDOS EM RECEITA DE DERIVATIVOS	MONTANTE DE GANHOS OU (PERDAS) RECONHECIDO EM RECEITA DE DERIVATIVOS
Contratos de taxas de juros	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (243)	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (70)

Vide nota explicativa nº 2 para informações adicionais sobre o objetivo da Corporação ao selecionar derivativos não designados como instrumentos de hedge, bem como suas estratégias gerais de gestão de riscos.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

11. GARANTIAS

Até 31 de dezembro de 2009, não foi recebido nenhum aviso de inadimplemento desde a constituição das garantias vigentes (nenhum aviso até 31 de dezembro de 2008). O montante máximo de pagamentos futuros em potencial, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito das garantias se houvesse um inadimplemento total das partes garantidas, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, atingiu US\$ 5.735 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 7.016 em 31 de dezembro de 2008). Em 31 de dezembro de 2009, todas as garantias vigentes foram prestadas em outras moedas que não sejam dólares dos Estados Unidos. Esses montantes não têm nenhuma relação com as perdas previstas com essas garantias e superam, em muito, as perdas previstas. Vide nota explicativa nº 4 com as variações na provisão para perdas com garantias.

12. CONTINGÊNCIAS

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, co-ré, ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às atividades de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Corporação monitora os acontecimentos relevantes ocorridos após a data do balanço patrimonial e antes da emissão das demonstrações financeiras, para apurar os eventuais impactos desses acontecimentos sobre as demonstrações financeiras a serem ainda emitidas. Todos os eventos subsequentes de que a Corporação tem ciência foram avaliados até a data de aprovação pela Assembleia de Governadores, em 23 de março de 2010. A administração definiu que, salvo conforme abaixo citado, inexistem eventos subsequentes que exijam divulgação segundo o Tópico 855, *Eventos subsequentes*, da Codificação do FASB.

O Haiti sofreu um terremoto em 12 de janeiro de 2010 que causou um transtorno considerável no funcionamento das empresas nas quais a Corporação investe. A administração estima, até a data de encerramento de suas demonstrações financeiras, que o impacto sobre as operações das empresas onde a Corporação investe poderão acarretar um aumento nas provisões da ordem de US\$ 500 a US\$ 1.500.

14. PARTICIPAÇÕES

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras (Participantes), através de participações em empréstimos sem direito de regresso. A Corporação administra e faz a gestão dessas participações em lugar e vez dos Participantes. Os montantes desembolsados e em aberto das participações em empréstimos não são incluídos no balanço patrimonial da Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Corporação realizou chamadas e desembolsou recursos de Participantes no total de US\$ 63.000 (US\$ 187.718 em 31 de dezembro de 2008). Os recursos compromissados por Participantes e não desembolsados totalizaram US\$ 85.000 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 0 em 31 de dezembro de 2008).

15. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O BID presta à Corporação alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação e o BID têm um contrato de arrendamento de escritórios a vencer em 2013.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritórios e por determinados serviços de apoio administrativo:

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2009	2008
Escritório (sede e outros)	\$ 1.776	\$ 1.711
Serviços de apoio	700	764
Outros serviços do BID	150	161
	\$ 2.626	\$ 2.636

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

EM MILHARES DE US\$	2010	2011	2012 – 2013
Escritório (sede)	\$ 1.726	\$ 1.778	\$ 3.718
	\$ 1.726	\$ 1.778	\$ 3.718

As contas a pagar ao BID totalizaram US\$ 586 em 31 de dezembro de 2009 (US\$ 285 em 31 de dezembro de 2008).

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente, a Corporação havia emprestado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo do BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2009, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008).

16. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE PENSÕES E DE PÓS-APOSENTADORIA

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Conforme o Plano de Pensões, os benefícios baseiam-se em anos de serviço e em remuneração média. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes abaixo indicados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715, *Remuneração — Benefícios de aposentadoria*, da Codificação do FASB.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA.

O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2009	2008	2009	2008
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ 47.075	\$ 41.707	\$ 26.622	\$ 23.496
Custo de serviços	2.442	1.901	1.443	1.054
Custo de juros	2.871	2.641	1.465	1.509
Contribuições dos participantes	780	725	—	—
Alterações do plano	—	—	4.600	—
(Ganho)/perda atuarial	(1.686)	615	(3.853)	701
Benefícios pagos	(519)	(514)	(142)	(141)
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	14	3
Obrigações em 31 de dezembro	50.963	47.075	30.149	26.622
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	38.512	50.961	19.593	22.774
Retorno real sobre os ativos	7.540	(13.385)	4.382	(6.418)
Benefícios pagos	(519)	(514)	(142)	(138)
Contribuições dos participantes	780	725	—	—
Contribuições do empregador	1.326	725	4.050	3.375
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	47.639	38.512	27.883	19.593
Situação de capitalização				
Situação de capitalização em 31 de dezembro	(3.324)	(8.563)	(2.266)	(7.029)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (3.324)	\$ (8.563)	\$ (2.266)	\$ (7.029)
Montantes reconhecidos como passivo:				
Passivo por benefícios dos planos	(3.324)	(8.563)	(2.266)	(7.029)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (3.324)	\$ (8.563)	\$ (2.266)	\$ (7.029)
Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados:				
Perda atuarial líquida	2.949	8.568	933	7.702
Custos de serviços anteriores	63	77	4.674	124
Ativo inicial líquido	—	—	879	1.053
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 3.012	\$ 8.645	\$ 6.486	\$ 8.879

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 40.158 e de US\$ 37.870 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Componentes do custo líquido dos benefícios periódicos

O custo líquido dos benefícios periódicos inclui os seguintes componentes:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2009	2008	2009	2008
Custo de serviços	\$ 2.442	\$ 1.901	\$ 1.443	\$ 1.054
Custo de juros	2.871	2.641	1.465	1.509
Rendimento esperado sobre os ativos dos planos	(3.607)	(3.216)	(1.718)	(1.350)
Amortização de:				
Obrigações e ativos de transição	—	—	174	174
Ganho atuarial líquido não reconhecido	—	—	52	85
Custo de serviços anteriores	14	14	50	50
Alterações do plano	—	—	200	—
Custo líquido de benefícios periódicos	\$ 1.720	\$ 1.340	\$ 1.666	\$ 1.522

O valor líquido estimado de ganhos ou perdas atuariais, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo líquido de benefícios periódicos durante 2010, é de US\$ 14 para o Plano de Pensões e US\$ 2.064 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e a conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação de benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início do exercício são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviços aos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondentes a cerca de 11,6 e 12 anos, respectivamente.

O custo de serviços anteriores não reconhecidos é amortizado ao longo de 10,5 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 7,9 anos para o PBPA.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações por benefícios e o custo líquido dos benefícios periódicos foi a seguinte:

	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2009	2008	2009	2008
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	6,25%	5,75%	6,25%	5,75%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		
	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2009	2008	2009	2008
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo líquido dos benefícios periódicos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	5,75%	6,25%	5,75%	6,25%
Retorno a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,75%	6,75%	6,75%	6,75%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	6,00%		

A taxa anual de retorno esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de retorno das categorias de ativos utilizados pelos planos, e a aplicação conservadora dessas taxas de retorno na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação pelos benefícios são escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2009	2008
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2017	2017
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Médicos	8,50%	9,50%
Medicamentos	8,50%	9,50%
Odontológicos	6,00%	6,50%
Fora dos Estados Unidos*	10,00%	10,00%

*Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

EM MILHARES DE US\$	AUMENTO DE UM PUNTO PERCENTUAL		REDUÇÃO DE UM PUNTO PERCENTUAL	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2009	2008	2009	2008
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 720	\$ 511	\$ (702)	\$ (372)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	5.664	5.453	(4.290)	(4.072)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID, que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento foram concebidas de forma que os planos, em consonância com as taxas históricas de rendimento, tenham uma elevada parcela de seus recursos aplicados em ações, com expectativa de rendimento suficiente para atender às necessidades de capitalização no longo prazo.

A exposição média dos investimentos é de 60% a 70% aplicados em uma carteira de ações bem diversificada. Os ativos também são investidos em títulos de renda fixa (20%) para proteger a carteira de desinflação, em outros tipos de aplicações (10% a 20%) com expectativa de reação positiva a uma aceleração inflacionária, em participações societárias de mercados emergentes (0% a 5%) e em títulos de dívida de mercados emergentes (0% a 5%). As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2009 são as seguintes:

	PLANO DE PENSÕES	PBPA
Ações dos Estados Unidos	35%	40%
Ações não dos Estados Unidos	25%	30%
Títulos e valores mobiliários de mercados emergentes*	5%	0%
Renda fixa	20%	20%
Investimentos sensíveis à inflação**	15%	10%

* Inclui ações e títulos de mercados emergentes.

**Inclui títulos públicos indexados à inflação dos Estados Unidos (5% – 15%), fundos de investimento imobiliário e ações (0% – 6%), futuros de índices de commodities com garantia (0% – 4%) para o Plano de Pensões, e títulos públicos indexados à inflação dos Estados Unidos (10%) para o PBPA.

Os riscos são administrados por monitoramento contínuo de cada categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa. Se os fluxos de caixa forem insuficientes para manter os percentuais visados, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica para cada instrumento.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2009, mensurados pelo valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração de valor justo, com exceção de fundos de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial, no curto prazo.

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES				ALOCAÇÕES EM MÉDIA PONDERADA
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL	
Ações e fundos de ações:					
Ações dos Estados Unidos	\$ 5.064	\$ 11.970	\$ —	\$ 17.034	36%
Ações não dos Estados Unidos	4.806	6.832	—	11.638	24%
Ações de mercados emergentes	—	1.215	—	1.215	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa	9.429	—	—	9.429	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	5.174	—	—	5.174	11%
Dívida de mercados emergentes	—	1.252	—	1.252	3%
Fundos de investimento de curto prazo	240	590	—	830	2%
Fundos de investimento imobiliário	—	—	1.067	1.067	2%
	\$ 24.713	\$ 21.859	\$ 1.067	\$ 47.639	100%

EM MILHARES DE US\$	PBPA			ALOCAÇÕES EM MÉDIA PONDERADA
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	TOTAL	
Ações e fundos de ações:				
Ações dos Estados Unidos	\$ —	\$ 10.200	\$ 10.200	37%
Ações não dos Estados Unidos	—	7.107	7.107	25%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa	5.517	—	5.517	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	3.445	—	3.445	12%
Fundos de investimento de curto prazo	53	1.561	1.614	6%
	\$ 9.015	\$ 18.868	\$ 27.883	100%

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados pelo valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com uma abordagem de mercado — incluem ações dos Estados Unidos, ações não dos Estados Unidos, fundos de renda fixa, títulos do Tesouro dos Estados Unidos indexados à inflação e futuros de índices de commodities. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

As combinações de fundos de ações, tanto de mercados emergentes como dos Estados Unidos e de outros países, fundos de dívida com ênfase em renda fixa (debt funds) de mercados emergentes, bem como fundos de investimento de curto prazo, sem negociação pública, são mensurados pelo valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação da data da avaliação. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os fundos de investimento imobiliário são mensurados pelo valor justo com base em seu valor patrimonial e são classificados como Nível 3, já que é incerto o prazo necessário para resgatar esses investimentos. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

Variações em ativos do Nível 3 mensurados com regularidade pelo valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO PARA OS INVESTIMENTOS DO PLANO DE PENSÕES UTILIZANDO DADOS NÃO OBSERVÁVEIS E SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
Em 1º de janeiro de 2009	\$ 1.556
Total de prejuízos, líquido	(401)
Distribuições do resultado e vendas	(88)
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 1.067

O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, incluído na rubrica Variações no valor contábil dos investimentos do Plano de Pensões por variação em perdas líquidas não realizadas, com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 552.

Fluxos de caixa

Os aportes pela Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA, previstos para 2010, são de aproximadamente US\$ 2.000 e US\$ 3.061, respectivamente. Todos os aportes são feitos em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo período de cinco anos e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2009.

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	PLANO DE PENSÕES	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2010 – 31 de dezembro de 2010	\$ 1.300	\$ 490
1º de janeiro de 2011 – 31 de dezembro de 2011	1.300	500
1º de janeiro de 2012 – 31 de dezembro de 2012	1.400	550
1º de janeiro de 2013 – 31 de dezembro de 2013	1.800	660
1º de janeiro de 2014 – 31 de dezembro de 2014	1.900	670
1º de janeiro de 2015 – 31 de dezembro de 2019	13.300	4.900

17. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

A Corporação administra para doadores, inclusive países membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como serviços de consultoria na demonstração do resultado.

anexos



Tahuamanu, S.A.

BOLÍVIA

governadores e governadores suplentes (em dezembro de 2009)

PAÍS	GOVERNADOR	GOVERNADOR SUPLENTE
Alemanha	Karin Kortmann	Rolf Wenzel
Argentina	Amado Boudou	Martín P. Redrado
Áustria	Josef Pröll	Edith Frauwallner
Bahamas	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
Barbados	David J. H. Thompson	Grantley W. Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Dean Barrow	Joseph Waight
Bolívia, Estado Plurinacional da	Noel Ricardo Aguirre Ledezma	Luis Alberto Arce Catacora
Brasil	Paulo Bernardo Silva	Alexandre Meira da Rosa
Chile	Andrés Velasco Brañes	María Olivia Recart Herrera
China, República Popular da	Zhou Xiaochuan	Yi Gang
Colômbia	Oscar Iván Zuluaga Escobar	Esteban Piedrahita Uribe
Coreia, República da	Jeung-Hyun Yoon	Seongtae Lee
Costa Rica	Jenny Phillips Aguilar	Francisco de Paula Gutiérrez
Dinamarca	Susan Ulbæk	Lars Bredal
El Salvador	Alexander Ernesto Segovia Cáceres	Carlos Enrique Cáceres Chavez
Equador	María Elsa Viteri Acaiturri	Diego Borja Cornejo
Espanha	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
Estados Unidos	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
Finlândia	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin
França	Christine Lagarde	Ramón Fernández
Guatemala	Juan Alberto Fuentes	María Antonieta de Bonilla
Guiana	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
Haiti	Daniel Dorsainvil	Jean-Max Bellerive
Honduras	Rebeca Patricia Santos Rivera	Edwin Araque Bonilla
Israel	Stanley Fisher	Oded Brook
Itália	Giulio Tremonti	Mario Draghi
Jamaica	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
Japão	Hirohisa Fujii	Masaaki Shirakawa
México	Agustín Carstens Carstens	Alejandro Werner Wainfeld
Nicarágua	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
Noruega	Hakon Arald Gulbrandsen	Henrik Harboe
Países Baixos	Bert Koenders	Yoka Brandt
Panamá	Alberto Vallarino Clément	Frank De Lima Gercich
Paraguai	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
Peru	Luís Julián Martín Carranza Ugarte	José Arista Arbildo
Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
República Dominicana	Vicente Bengoa	Juan Temístocles Montás
Suécia	Jan Knutsson	Anders Bengtscén
Suíça	Beatrice Maser Mallor	Roger Denzer
Suriname	Humphrey Stanley Hildenberg	—
Trinidad e Tobago	Emily Gaynor Dick-Forde	Esme Rawlins-Charles
Uruguai	Álvaro García Rodríguez	Enrique Rubio
Venezuela, República Bolivariana da	Alí Rodríguez Araque	Jorge A. Giordani C.

diretores executivos e diretores executivos suplentes

(em dezembro de 2009)

	DIRETOR EXECUTIVO	DIRETOR EXECUTIVO SUPLENTE
Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália, Países Baixos e República Popular da China	Hans Hamman	Francesca Manno
Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla	Martín Bès
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Winston A. Cox	Richard L. Bernal
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Manuel Coronel Novoa	Carmen María Madríz
Brasil e Suriname	José Carlos Miranda	Sérgio Portugal
Chile e Peru	Verónica Elizabeth Zavala Lombardi	Alejandro Foxley Tapia
Colômbia e Equador	Luis Guillermo Echeverri	Xavier Eduardo Santillán
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Leena Viljanen	Marc-Olivier Strauss-Khan
Espanha, Israel, Japão, Portugal e República da Coreia	Luis Martí	Daniel Cohen
Estado Plurinacional da Bolívia, Paraguai e Uruguai	Hernando Larrazábal	Hugo Rafael Cáceres
Estados Unidos da América	Gustavo Arnavat	—
México e República Dominicana	Cecilia Ramos Ávila	Muriel Alfonseca
Panamá e República Bolivariana da Venezuela	Adina Bastidas	Antonio de Roux

órgãos de ligação (em dezembro de 2009)

PAÍS	INSTITUIÇÃO
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des Finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia, Estado Plurinacional da	Ministerio de Planificación del Desarrollo
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
China, República Popular da	People's Bank of China
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Coreia, República da	Ministry of Finance and Economy
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency (DANIDA)
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'économie, des finances et de l'industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais–Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela, República Bolivariana da	Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela

informações de contato

SEDE

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telefone: (202) 623-3900
Fax: (202) 623-3815

NA REGIÃO

ARGENTINA

Esmeralda 130 Piso 17
C1035ABD Buenos Aires, Argentina
Telefone: (54 11) 4320-1864
Fax: (54 11) 4320-1831/7

CHILE

Avda. Pedro de Valdivia 0193
Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago, Chile
Telefone: (562) 431-3719
Fax: (562) 374-2436

COLÔMBIA

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Davivienda
Bogotá, Colômbia
Telefone: (571) 325-7058/59;
(571) 325-7000
Fax: (571) 325-7057

COSTA RICA

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Telefone: (506) 2523-3348
Fax: (506) 2257-0083

EL SALVADOR

Edificio World Trade Center
4º Nivel
Calle El Mirador y 89 Avenida Norte
San Salvador, El Salvador
Telefone: (503) 2233 8900 ramal 2201
Fax: (503) 2233 89 21

GUATEMALA

3ª. Avenida 13-78
Zona 10
Torre Citigroup
10 nivel
Guatemala, CA 01010
Telefone: (502) 2379 9393
Fax: (502) 2379 9301

HONDURAS

Colonia Lomas del Guijarro Sur
Calle Principal
Tegucigalpa, Honduras
Telefone: (504) 290-3544
Fax: (504) 239-5752/7953

NICARÁGUA

Edificio BID km. 4½, Carretera a Masaya
Managua, Nicarágua
Telefone: (505) 2267-0831
Fax: (505) 2270-8463

PARAGUAI

Quesada 4616 esq. Legión Civil
Extranjera – Piso 2
Asunción, Paraguai
Telefone: (595 21) 616-2320
Fax: (595 21) 615-681

PERU

Paseo de la República No. 3245
Piso 13
Lima 27, Peru
Telefone: (511) 215 7800
Fax: (511) 442 3466

URUGUAI

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguai
Telefone: (598 2) 915-3696
Fax: (598 2) 916-2607

Equipe de produção na CII

Maridale Jackson, Susana Medina-Day, Izaskun Orkwis,
Rebeca Sánchez de Tagle, Guillermina Schinder, Alejandra Vallejo

Coordenação

Flavia Sandoval

Projeto gráfico e editoração

FCl www.fcicreative.com

Impressão

Graphtec

Fotos

Fotos da CII, Getty Images, Photos.com e National Mango Board.

© 2010 por Corporação Interamericana de Investimentos



© **Fontes Mistas**

Grupo de produto proveniente de florestas
bem manejadas, fontes controladas
e madeira ou fibra reciclada

www.fsc.org Cert no. SW-COC-001530
© 1996 Forest Stewardship Council



Corporação Interamericana de Investimentos

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Telefone: (202) 623-3900
Fax: (202) 623-3815
www.iic.int